



REVISTA DO CLUBE NAVAL

ISSN 0102-0382 • ANO 128 • N° 399 • JUL/AGO/SET • 2021

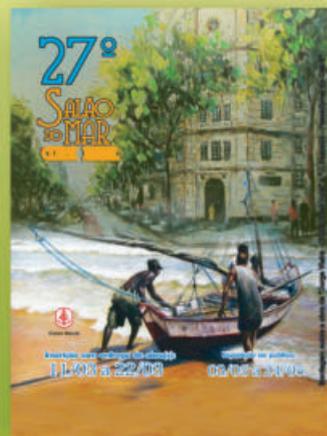


7
DE SETEMBRO

INDEPENDÊNCIA

DO BRASIL

28º Salão do Mar do Clube Naval ABRIL 2022



Em função das comemorações
do Bicentenário da
Independência do Brasil em 2022,
o já tradicional
Salão do Mar do Clube Naval
contará em sua próxima edição,
com uma **categoria especial**
para obras relacionadas a este tema.

Mais informações serão divulgadas no regulamento,
pelo WhatsApp (21) 99882-7758, Telefone (21) 2112-2435 ou
pelo e-mail culturaleventos@clubenaval.rio

Nesta edição:

PALAVRAS DO PRESIDENTE

- 2** • Alte Esq (Ref) Luiz Fernando Palmer Fonseca

EM PAUTA

- 3** • Notas sobre acontecimentos na Sede Social.

SEMANA DA PÁTRIA

- 4** • 7 de setembro de 1822: Independência do Brasil

ENTREVISTA

- 12** • Aspirante Eduardo da SILVA BAUER Guimarães

ESTRATÉGIA

- 14** • Estudos estratégicos • C Alte (Ref) Antônio Alberto Marinho Nigro

HISTÓRIA

- 16** • Capacidade expedicionária: uma tradição • CT (FN) Esley Rodrigues de Jesus Teixeira

ARTE & CULTURA

- 22** • Literatura como farmácia e Livro como remédio para minimizar os efeitos da pandemia
• Clarissa Xavier Machado

CIBERSEGURANÇA

- 26** • Crimes cibernéticos e a proposta de adesão do Brasil à Convenção de Budapeste
• CMG (T) Fabio Bittencourt Quirino • Angela Dias Mendes

DEFESA

- 30** • Guerra híbrida - os desafios do Brasil na salvaguarda dos recursos da Amazônia Azul • CC Igor da Silva Alves

EDUCAÇÃO

- 35** • Avaliação da qualidade de cursos superiores • V Alte (Ref-EN) Renato Vilhena de Araujo

CULTURA NAVAL

- 40** • “Corsários” na Enseada Batista das Neves • CMG (RM1) Alberto Piovesana Junior
46 • A Terceira Ponte salva vidas • CMG (Ref) Jose Luiz Barreira Batista

FILATELIA

- 49** • Selos na Marinha do Brasil • CMG (RM1) Claudio da Costa Braga

POLÍTICA EXTERNA

- 51** • A competição entre a China e os EUA no Atlântico Sul • C Alte (Ref) Antonio Ruy de Almeida Silva

ENERGIA

- 57** • Transição energética no Brasil: desafios e oportunidades • Luiz Carlos Gabriel

MARINHA DO BRASIL

- 63** • O Brasil possui um Tribunal Marítimo • V Alte (RM1) Wilson Pereira de Lima Filho

ÚLTIMA PÁGINA

- 68** • Nova Logomarca - Valores de sempre • Centro de Comunicação Social da Marinha





Não me lembro de ter assistido, no passado, a um 7 de setembro como o realizado este ano. Por quase todas as capitais e grandes cidades do País, as ruas e praças foram tomadas por pacíficas multidões em verde e amarelo. Bandeiras do Brasil tremularam por toda parte e a todo instante o hino brasileiro era cantado patrioticamente. Em meio a famílias, crianças, amigos e também desconhecidos que se confraternizavam, percebia-se o “anseio de liberdade” como o sentimento dominante a emanar de todos os espíritos.

E qual foi o significado de tão magnífica manifestação? Foi um sonoro e contundente não aos hábitos políticos deletérios que por anos vigoraram no País; não às imposições das opiniões únicas do “politicamente correto”; não à corrupção que impregna boa parte do Estado brasileiro; não ao cerceamento da liber-



dade de expressão; não ao ativismo político do judiciário; não ao intervencionismo estatal; não ao globalismo do “pesadelo orwelliano”; enfim, não ao socialismo!

Mais uma vez em nossa história o povo brasileiro se manifestou, com clareza, contrário às imposições de uma ideologia utópica e totalitária. Mais uma vez o povo brasileiro soltou o grito de independência e de liberdade!

Luiz Fernando Palmer Fonseca

Almirante de Esquadra (Ref) • Presidente do Clube Naval

Clube Naval

Av. Rio Branco, 180 • 50 andar
Centro • Rio de Janeiro • RJ
Brasil • 20040-003

Presidente

Alte Esq (Ref) Luiz Fernando Palmer Fonseca

Diretor do Departamento Cultural

C Alte (Ref) Antônio Alberto Marinho Nigro

Assessora do Departamento Cultural

CC (RM1-T) Ana Cláudia Corrêa de Araujo



CLUBE NAVAL REVISTA DO

Direção de Arte e Design Gráfico

Real Digital Publisher Ltda
(21) 98873-1502

Produção

José Carlos Medeiros
Fabiana Peixoto

revista@clubenaval.org.br
Tel.: (21) 2112-2425

As informações e opiniões emitidas em entrevistas, matérias assinadas e cartas publicadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores

Não exprimem, necessariamente, informações, opiniões ou pontos de vista oficiais da Marinha do Brasil, nem do Clube Naval, a menos que explicitamente declarado.

A transcrição ou reprodução de matérias aqui publicadas, em todo ou em parte, necessita autorização prévia da Revista do Clube Naval.

Os artigos enviados estão sujeitos a cortes e modificações em sua forma, obedecendo a critérios de nosso estilo editorial.

Também estão sujeitas às correções gramaticais, feitas pelo revisor da revista.

As fotos enviadas através de e-mail devem medir o mínimo de 15cm, em jpg ou psd, com 300dpi.



MISSA SOLENE EM MEMÓRIA AOS MORTOS DA MARINHA EM GUERRA

• No dia 13 de agosto, foi celebrada, na Igreja Nossa Senhora da Candelária, missa solene em memória aos integrantes da Marinha do Brasil e da Marinha Mercante brasileira que perderam as vidas em operações de guerra.

Promovida pelo Comando do 1º Distrito Naval, pelo Clube Naval e pelo Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, a solenidade contou com a presença de autoridades, Oficiais do Centro de Capitães da Marinha Mercante, Diretoria do Clube Naval, membros da Soamar-Rio, da comunidade marítima, escoteiros do mar e associações militares.

Em seguida, foi realizado um almoço de confraternização para os ex-combatentes, veteranos e convidados, no Salão Nobre da Sede Social do Clube Naval.

Em ambos os eventos foram respeitados os protocolos de prevenção e combate à COVID-19 recomendados pelas autoridades de saúde.



SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM À SEMANA DA PÁTRIA

• Dia 1º de setembro, no Salão dos Conselheiros da Sede Social, o Clube Naval realizou a tradicional Sessão Solene em homenagem ao dia da Independência do Brasil. Na ocasião, o Professor Doutor Eurico de Lima Figueiredo, do Instituto de Estudos Estratégicos da UFF, proferiu uma elucidativa palestra que abordou temas como o *significado da Independência; a constituição da nacionalidade; a construção do Estado; e desafios ao Estado Monárquico brasileiro.*

Pelo segundo ano consecutivo, considerando a pandemia da COVID-19, o evento foi transmitido virtualmente pelo canal do Clube Naval no Youtube e contou com a presença de público restrito.





Sete de Setembro de Independência do

Alocução proferida pelo Professor Doutor Eurico de Lima Figueiredo () no Salão dos Conselheiros do Clube Naval durante*

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Almirante de Esquadra (Ref) Luiz Fernando Palmer Fonseca, Presidente do Clube Naval, o honroso convite para proferir esta alocução na semana em que se comemora a Independência do Brasil. Agradeço também ao Contra-Almirante (Ref) Antônio Alberto Marinho Nigro que, tão gentilmente, me levou às mãos o enobrecedor chamado. Ao cumprimentar esses dois oficiais gerais, levo também minhas saudações a todos os ilustres presentes, na forma física ou virtual, a esta solenidade.

A Independência do Brasil foi um ato e um processo. Foi mudança e permanência. Continuidades coexistiriam com descontinuidades marcantes no processo político.

Ocorreu uma ruptura com a monarquia portuguesa, mas com ela se manteve laços profundos. O formal – a Declaração de Independência – levou a uma nova realidade, vivida e sentida, que inaugurou o Brasil politicamente brasileiro. Se, manifestadamente, deixamos de ser uma colônia, com a criação de um Estado nacional soberano, permanecemos, em latência, um país que continuava ligado à antiga metrópole, inclusive por laços sanguíneos do nosso primeiro monarca com a realeza lusitana. Economicamente continuávamos dependentes de Portugal, mas, também, e principalmente, da maior potência econômica da época, o Império britânico. Porém, pela primeira vez podíamos descortinar uma política externa como Estado nacional independente. Do ponto de vista



1822: Brasil

a comemoração da Semana da Pátria

cultural/intelectual, continuamos submetidos, em boa parte, ao modo de pensar, sentir e agir que vinha do centro europeu e dos Estados Unidos da América (EUA), que já despontava como um país próspero e que seguia um caminho todo próprio. Mas, por outro lado, houve o desafio de forjar uma concepção política singular, original e inédita nas diversas Américas, a do Norte e a do Sul, a Central e a Insular. Tornamo-nos uma monarquia constitucional, mas o monarca que aqui ficou era herdeiro de um Império que tinha colônias mundo afora. Seja qual for o ângulo de observação ou da lente teórica utilizada para se entender o que aconteceu entre nós quase dois séculos atrás, há de se atentar para o gigantismo das tarefas empreendidas. Como se manteve a integração de

território que já era um dos maiores do mundo? Como se afirmou o senso de nacionalidade em um território de proporções continentais, com uma população rarefeita que, na época, era composta por menos de quatro milhões de habitantes, sendo quase a metade originária de escravos? Como lidar com uma economia que parecia uma espécie de arquipélago terrestre, onde apenas alguns polos experimentavam riqueza, enquanto a maior parte das pessoas sobrevivia na base da subsistência e de uma economia que ainda era de escambo?

Seria simplista dizer que a Independência foi pacífica. Não foi. Em muitas partes do Brasil, portugueses e brasileiros se enfrentaram com armas na mão, os primeiros querendo a manutenção do *status quo*, os segundos, fa-

voráveis à superação da condição de colônia. Brasileiros lutaram contra brasileiros, com sangue derramado, grupos defendendo ideais diferentes para o futuro do Brasil. Não foi uma guerra como a da Independência estadunidense, onde ocorreram cerca de 25 mil mortes entre 1775 e 1783; aqui estima-se que o custo humano foi bem menor, algo entre 2.000 e 3.000 vítimas. Mas há de se atentar para uma conspícua diferença. A extensão do território brasileiro era muito maior do que o dos EUA na época de sua independência do Império britânico. Naquela época, o país americano não possuía a extensão territorial contígua que só ganharia no século XIX. O estado do Texas em 1845; o do Oregon em 1846; os de Nevada e Novo México em 1848; os de Califórnia e Utah em 1850. Ou seja, em um espaço territorial muito menor, morreram algo como 10 vezes mais americanos na sua Guerra de Independência do que brasileiros quando de sua separação de Portugal. Mas, mesmo assim, não foi sem sangue que se fez a Independência e se afirmou um Estado nacional com dimensões continentais.

Durante mais de três séculos o Brasil pertenceu a Portugal como colônia. Os que aqui nasciam ou os que para aqui emigraram eram súditos da Coroa Lusitana. Para um novo país, que se constituía como um Estado soberano, uma grande questão era a consolidação de sua identidade nacional. Com a independência, todos os que aqui habitavam passaram a ser brasileiros. Teriam que obedecer a uma ordenação jurídica que os subordinava a uma nova ordenação política, consubstanciada na Carta Magna promulgada em 1824. A nova Constituição definiu os termos da lealdade e obediência ao soberano.

Para os cientistas sociais a definição de “nação” e “nacionalidade” constituem-se em questões complexas. O conceito de nação não é algo dado: implica em um processo constituinte onde vai se formando, de uma parte, o sentido de identidade e, por outro, o de pertencimento. Ambos surgem por via de movimentos que vêm de “cima para baixo”, porquanto é elaborado e, afinal, imposto pelos que conquistam e mandam. Mas é também, como em espécie de refluxo, de “baixo para cima”, na medida em que os dominados vão assimilando e se acomodando à ordem estabelecida. Conceitos como o de cultura, no sentido antropológico, são úteis para se entender os fenômenos da “nação e da nacionalidade”. Porém, são limitados. Em um mesmo país, grupos opostos podem comungar a mesma língua e linguagem, normas de interação, crenças em geral, mas imaginarem que compõem diferentes nações, seja por motivos étnicos, religiosos, econômicos ou político-ideológicos e, assim, se opõem uns aos outros, com maior ou menor violência, até o limite de uma guerra civil violenta. Quase um século depois



“Entrada do Exército Libertador”, obra de Presciliano Silva Salvador após a rendição das forças portuguesas em 1823



(1930) representando o Exército brasileiro adentrando

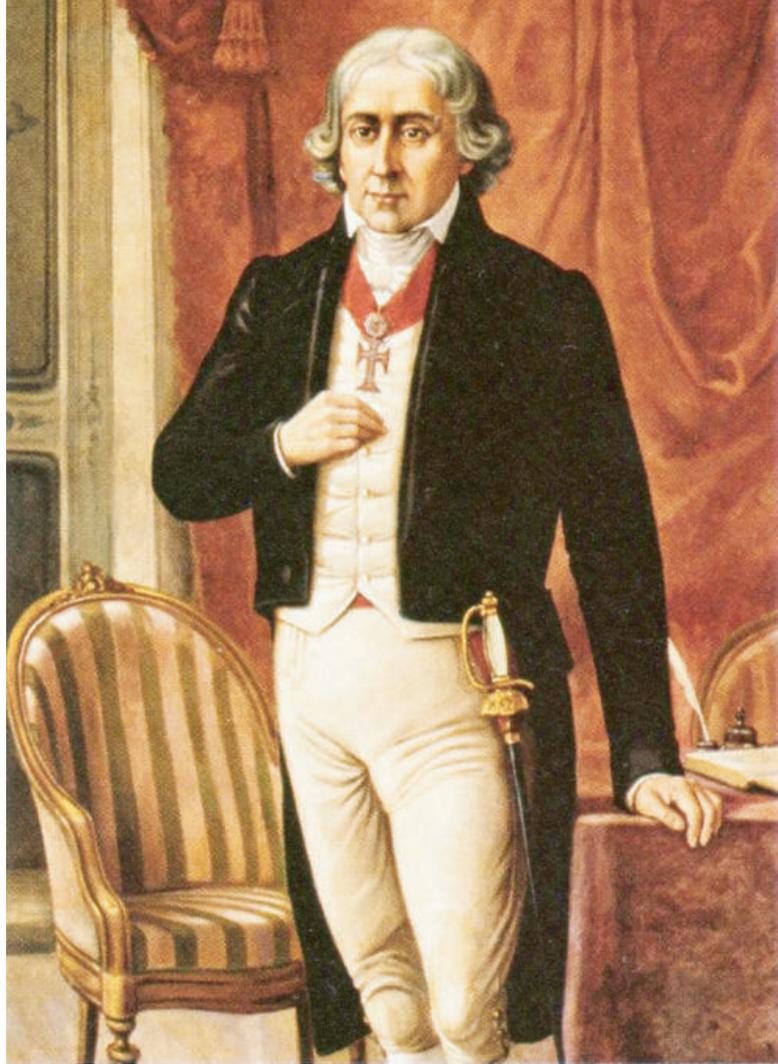
de sua independência, estadunidenses do sul e do norte entraram em sanguinolenta guerra. A conflagração resultou em um número maior de mortos do que em todos os grandes conflitos que os EUA enfrentaram no século XX. Foi algo como 600 a 800 mil fatalidades, cifra ainda mais expressiva quando se tem em mente que, na época, a população do país era muito menor, cerca de 30 milhões de habitantes. As sequelas de um conflito de tais proporções atravessam os tempos, deixam marcas, estão presentes até os dias de hoje na sociedade americana. No caso do Brasil, o que surpreende até os dias presentes, foi a capacidade demonstrada na construção de um sentimento de identidade nacional relativamente pacífico, sem se contar com o dinamismo econômico que marcou o desenvolvimento dos EUA. Demoraria quase, ou mesmo mais do que um século, para que surgissem no País os primeiros grandes intérpretes de nossa nacionalidade, tais como Eduardo Prado, Alberto Torres, Manoel Bonfim, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Raymundo Faoro, entre outros não menos importantes na busca da compreensão do que fomos e somos. O ponto a realçar aqui é que a existência de nossa nacionalidade, de nossa constituição como Estado-nação a partir da nossa independência foi um fato, uma realidade concreta, pulsante e pujante. Sua grandeza e complexidade desafiam até hoje as críticas mais cruas e cortantes que tantas vezes fazemos a nós mesmos, olvidando nossos feitos e realizações. A Independência criou o brasileiro no sentido político, pertencente ao Estado monárquico nacional brasileiro. Mas não o criou no sentido cultural, antropológico, sociológico. O brasileiro – e o sentimento de ser brasileiro – foi se constituindo desde que os portugueses aqui chegaram e se miscigenaram com as populações indígenas, desde os primórdios da colonização. A fundação do Estado nacional brasileiro em 1822 formalizou a existência do “brasileiro político”, mas o “brasileiro real”, que já clamava por sua identidade própria, distinta da lusitana, era caudatário de mais de 300 anos de história multiétnica.

A construção do Estado-nação é um dos tópicos marcantes da Ciência Política. Uma definição corrente de Estado nos diz, descritivamente, que se trata de um ente político que requer três elementos constituintes: território, população e mando político (governo). É uma instituição que se supõe acima das demais como a família, a educação, as crenças, o trabalho; nesse sentido o Estado moderno é a instituição das instituições porque envolve e ordena todas as demais. Certo, nem sempre foi assim. O Estado moderno, no mundo ocidental, foi se formando a partir do século XV, experimentando singularidades próprias em cada caso, até adquirir suas complexas fun-

ções nos tempos contemporâneos. O Estado monárquico nacional brasileiro, que vai se constituindo no Brasil após a Independência, herdou a máquina estatal portuguesa, que aqui foi sendo montada, desde os primórdios da colonização. Ela rapidamente se modernizou após a chegada de Dom João VI, em 1808, embora sempre estivesse muito aquém das necessidades de um país de nosso tamanho. Em 1822 não se tratava de se construir um Estado nacional sem passado. Estava lá uma burocracia, tanto civil como militar, que se entranhava, mal ou bem, por todo o território nacional. Por outro lado, a existência prévia dessa engrenagem, montada tendo em vista os interesses lusitanos, teria, como foi, de ser repensada e readaptada às necessidades geradas pela Independência. Uma questão aí ressaltava: muitos dos ocupantes do maquinário estatal eram de origem portuguesa e, mais, os brasileiros que ocupavam postos de mando foram treinados para atender aos interesses portugueses. Havia, portanto, a dupla tarefa de conquistar a lealdade e a obediência de uns e de outros face aos interesses próprios do novo Estado que aqui se organizava. Há de se pensar quão custoso e difícil foi a missão de montagem de um sistema estatal nas condições de um país de tão grandes proporções territoriais que, ademais, não podia contar, naqueles tempos, com meios ágeis de comunicação e integração.

O fenômeno do Estado se inscreve dentro de um fenômeno político que o antecede, o envolve e mesmo o transcende. É o fenômeno do poder, relação sempre tão dinâmica quanto conflituosa entre os que mandam e os que obedecem, os que governam e os que são governados. Há o fenômeno do poder onde o Estado ainda não se constituiu, mas as relações de mando existem, como, por exemplo, nas sociedades onde impera o caciquismo político. Grupos, comunidades, classes ou frações de classe podem não fazer parte do Estado formalmente constituído, mas fazem parte do processo de decisão política estatal, seja através de seus representantes imediatos (parlamentares, por exemplo), seja através de seus laços de interesse com os que mandam (os meios de comunicação, os grupos de interesse e pressão etc.). O processo de decisão estatal não é um jogo de cabras cegas onde as respostas se destituem de racionalidade: ao contrário, elas resultam da interação, mais conflituosa do que harmoniosa, de interesses objetivos que ora se chocam, ora se entrelaçam. É a dialética do poder.

No Brasil de 1822, no topo da pirâmide da sociedade escravista, encontravam-se não só os produtores dos bens primários, os exportadores de nossa produção, os importadores de bens de consumo, mas também seus associados, os traficantes de escravos, os grandes fazendeiros, os donos de engenhos, os charqueadores. As rare-



José Bonifácio de Andrada e Silva foi um dos conselheiros de D. Pedro I e ficou conhecido como Patrono da Independência

feitas classes médias eram compostas por comerciantes, profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, professores), oficiais militares, clérigos, funcionários civis de um Estado ainda pouco complexo. O processo de ruptura com Portugal os fez se unirem em torno do único centro do poder político que, na avaliação deles, poderia enfrentar a forte turbulência política que se apresentava. Este centro era o herdeiro da Coroa, Pedro I. No limite temia-se uma guerra civil ou étnica, esta última podendo ganhar a forma de uma incontornável rebelião dos cativos, vista como ameaça que poderia levar à desagregação caótica da ordem constituída. A base social do poder do Estado nacional monárquico apoiava-se nesse amálgama de interesses. O homem que foi capaz de idealizar o Brasil monárquico, dando-lhe sentido e direção, um pouco antes da Independência, e logo depois, nos momentos iniciais da construção do Estado imperial, foi José Bonifácio de Andrada e Silva (1763/1838), embora tenha sido breve sua permanência no primeiro governo constituído por Pedro I. A elite brasileira da época, repita-se,

não era homogênea quanto aos seus interesses e objetivos. Havia os adeptos da liderança de José Bonifácio, defensores de uma monarquia forte, centralizadora, capaz de evitar a fragmentação do País. Eram favoráveis à abolição da escravatura, à realização de reforma agrária, aos investimentos do Estado que atenuassem a ingerência dos interesses estrangeiros no desenvolvimento do País. Defendiam o incentivo à educação gratuita para todos, além de, pelo menos, a criação de uma universidade com ensino superior para medicina, engenharia, direito e economia. Eram conservadores, mas, em boa medida, também modernizadores. Mas a eles se opunham duas poderosas facções. Por um lado, havia os “absolutistas”, tanto portugueses como brasileiros, que defendiam uma monarquia autoritária, forte, centralizadora, mas sem tocar na estrutura econômica prevalecente, assentada na escravatura. Por outro, estavam os “liberais federalistas”, defensores de uma monarquia descentralizada, com autonomia federativa e redução do poder real, que deveria ser controlado por assembleias legislativas, detentoras, essas sim, da energia política. Supunham uma sociedade de homens livres para criar e empreender, mas sem tocar na estrutura escravista, tal como prevalecia nos EUA naquela época. Essas duas últimas tinham em comum a defesa do sistema da escravidão como “motor da economia”. D. Pedro I, por afinidade pessoal e ideológica, identificava-se com a ala que estava do lado do seu amigo e mentor, José Bonifácio. Mas, por outro lado, reconhecia a força de seus opositores. Entre uns e outros tinha que conciliar, mas preservando sua capacidade de decisão. Foi no choque entre essas tendências conflitantes que foi surgindo e ganhando densidade a ideia de um poder moderador, que acabou materializado na Constituição de 1824, a mais longeva de nossa história até hoje. Surgia em uma palavra, a ideia de conciliação, como categoria ideológica do sistema político brasileiro. Nessa situação, o poder monárquico atuava como polo mediador de tensões eventualmente antagônicas, mas que convergiam,



Esboço da bandeira do Império brasileiro, por Jean-Baptiste Debret

por consenso, para a manutenção do *status quo*, ancorado no sistema econômico escravista. As concessões foram custosas para o País como um todo: resultaram no atraso econômico. O trabalho escravo, tão iníquo em termos morais, quão contraproducente em termos produtivos e sociais, impedia a modernização da agricultura, privava a economia de uma massa de brasileiros incapazes de criar e comprar no mercado interno, colocava a industrialização fora do horizonte das elites, satisfeitas com a exportação de produtos primários e a importação de produtos manufaturados. O Brasil permaneceu na contramão do que acontecia na Europa e nos EUA, neste último país mormente após a Guerra de Secessão, entre 1861 e 1865. Mais: a manutenção do sistema escravista entre nós, estimulou a degradação dos costumes públicos e privados com a valorização dos gastos ostentatórios em uma sociedade pobre. Incrementou a corrupção e habituou a elite a ficar à cata das benesses do Estado para atender seus interesses privados.

Quero finalizar esta alocução com dois breves apontamentos. O primeiro diz respeito à formação das Forças Armadas nacionais brasileiras. Que tarefa formidável foi a formação de nosso Exército e da nossa Marinha em condições tão adversas como as prevalecentes 199 anos atrás! Levando em consideração a definição clássica do grande cientista social alemão, Max Weber (1864-1920), o Estado é uma relação de homens dominando homens, dentro de um determinado território, sendo esta relação mantida, com êxito, por meio do monopólio do uso legítimo da força física. Nesta definição, se reconhece a presença da violência nas interações humanas, mas o Estado, exercendo o seu monopólio, procura exatamente contê-la e controlá-la, quando usada por outros que não sejam os próprios agentes estatais. Isto implica não só em um conjunto de diplomas legais que ordene o uso e os limites do uso da força. Requer também algo mais complexo: sua legitimidade, ou seja, o emprego da força deve ser aceito pela sociedade como uma necessidade à sua própria proteção. Não posso, nas circunstâncias desta exposição, deter-me mais demoradamente sobre a questão, um dos capítulos mais fascinantes e intrincados da Ciência Política. Mas já me permito frisar o ponto que aqui quero destacar: o desafio que foi a invenção e implementação, sempre processual, na forma de “zig-zagues”, das instituições constituintes do Estado nacional brasileiro que se formava. Certo, já se herdara o aparato estatal legado pela Coroa portuguesa. Mas o desafio estava em dar-lhes um novo conteúdo simbólico que expressasse os ideais de um novo Estado, livre e independente, leal e fiel a uma nova autoridade estatal que afirmava sua identidade nacional. Nessas circunstâncias,



“Primeiros Sons do Hino da Independência”, de Augusto Bracet (1922). Acervo do Museu Histórico Nacional.

logo após a Independência, as Forças Armadas foram pensadas como meios de garantir a unidade territorial, uma espécie de “polícia das polícias” que garantisse a obediência ao poder central instituído. Já aí uma distinção importante: se as polícias se organizavam e atuavam submetidas ao poder local, as Forças Armadas precisavam se estruturar com escopo nacional, presentes em todo o território brasileiro. Porém, elas não deveriam ser formadas sendo apenas “a polícia das polícias”. Suas missões eram ainda mais importantes: deveriam ser capazes de garantir a so-

berania do País no plano internacional, pois é a soberania a alma profunda do Estado, sua capacidade, em última análise, de existir em um mundo tomado por ambições e cobiças de outrem. Como isso tudo foi pensado e posto gradualmente em prática, incita a imaginação histórica até hoje.

O segundo apontamento se relaciona à própria comemoração da Semana de nossa Pátria nos dias que correm. Revemos sempre o passado a partir do ponto de vista em que nos situamos. Isto acontece, no plano individual, quando, com o passar do tempo,



revisitamos nossa própria biografia, avaliando criticamente nossos erros e acertos, à luz do que aprendemos ao longo de nossas jornadas. *Mutatis mutandis*, o mesmo acontece no plano histórico. Entretanto, se podemos mudar nossa compreensão sobre nós mesmos e da história que herdamos, não se pode alterar a materialidade dos fatos? Que fatos, no caso do nosso país, são esses? Cito apenas alguns. Primeiro, fomos capazes de criar e manter nossa unidade continental. Cabem aqui 27 países europeus e nos sobra muito mais. Aqui há contido uma Índia com sua área de três

milhões de quilômetros quadrados e seus um bilhão e quatrocentos milhões de habitantes, e ainda nos resta mais de cinco milhões de quilômetros quadrados para nossos um pouco mais de 210 milhões de pessoas nos dias de hoje. Segundo: falamos uma só língua em um espaço continental, com respeito aos dialetos indígenas. Terceiro: aqui se constituiu uma sociedade interétnica que, formada pela mestiçagem de índios autóctones, brancos e negros, recebeu o aporte de espanhóis, italianos, alemães, poloneses, japoneses, chineses, árabes, judeus e de vários outros povos, em processo de assimilação constante. Quarto: no decorrer do processo histórico, passamos de uma economia distante dos centros desenvolvidos, para, há quase um século, desde 1930, irmos, paulatinamente, saindo da periferia do mundo, até termos um Produto Interno Bruto (PIB) que, entre cerca de 200 países, vem se perfilando, nos últimos 50 anos, como um dos dez maiores do planeta. Certo, tudo isto é ainda muito pouco, se temos em vista o tanto que nos falta. Contamos ainda com muitos problemas para equacionar e resolver, principalmente nas áreas da educação, saúde, habitação, infraestrutura e segurança, tanta a interna quanto a externa. Ganha realce, entre todos, o resgate de nossa intolerável dívida social para conosco mesmo: o combate implacável à pobreza que atinge, desumanamente, grande parte de nossa população que, no limite, ameaça o futuro estratégico da nação.

Mas há muito a comemorar e festejar: foram os feitos de nosso passado que nos permitiram chegar até aqui. Comemoramos então, com orgulho patriótico, e gratidão cívica, na Semana da Independência, o muito que herdamos de nossos antepassados. Afinal, tudo o que temos e somos, com seus erros e acertos, devemos a eles. Em 1822 raiou a liberdade no horizonte do Brasil, como diz a letra do hino de nossa Independência. Desde então nossa brava gente vem enfrentando obstáculos de toda sorte, sem temor servil, na busca incessante do florescimento da civilização brasileira. Ela se fará tão mais forte e pujante quanto mais formos capazes de realizar nossos ideais republicanos e democráticos, em uma sociedade justa e fraterna, comprometida com o desenvolvimento nacional de suas grandes potencialidades. Tudo isso sem abdicar, jamais, de nosso lugar soberano no concerto das nações.

Muito obrigado.

**Coordenador do Núcleo de Estudos Avançados do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense*



O futuro: operabilidade e renovação

Nesta edição, o Aspirante Eduardo da Silva Bauer Guimarães, atual Comandante-Aluno da Escola Naval, nos fala sobre suas expectativas para o desenvolvimento de sua carreira na Marinha do Brasil.

Qual a Marinha que você idealiza para o Brasil nos próximos 20 anos?

A visão que eu tenho para a Marinha do Brasil nas próximas duas décadas gira em torno de três pontos principais: o término da construção do Submarino com Propulsão Nuclear Brasileiro (SNBR) Álvaro Alberto, o lançamento das Fragatas da Classe *Tamandaré* e a continuidade dos levantamentos hidrográficos para a garantia de uma soberania na exploração e exploração da Elevação do Rio Grande (ERG).

O marco do primeiro submarino de propulsão nuclear representa mais uma conquista da Marinha do Brasil por meio do Programa Nuclear Brasileiro, já que

a infraestrutura que transborda para diversas áreas abrangidas pelo programa reforça a contribuição da instituição como catalisadora do desenvolvimento nacional, além de, é claro, abrir um horizonte de novas possíveis concepções táticas em futuras operações.

A construção das novas Fragatas Classe *Tamandaré* projeta uma visão de futuro semelhante àquela mencionada anteriormente, estendendo a quantidade de comandos, funções e encargos os quais eu e minha turma teremos a grande oportunidade de assumir. Na minha opinião é sinônimo de operabilidade e de renovação.

A continuidade do trabalho de levantamentos hidrográficos realizado pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) é algo que particularmente não vejo como desarraigar do caminho trilhado para uma crescente extensão de soberania do País e da mentalidade marítima na sociedade brasileira. O enfoque nos estudos de relações internacionais durante o 4º ano de formação na Escola Naval tem papel fundamental nesse fragmento da minha visão de futuro para as próximas décadas, principalmente ao saber que, graças ao esforço hidrográfico, a exploração e exploração da Elevação do Rio Grande estão cada vez mais tangíveis, assim como o mapeamento da nossa Amazônia Azul.

De maneira geral, para os próximos 20 anos eu idealizo uma Marinha focada em capacitação de pessoal e que fomenta a mentalidade marítima na sociedade brasileira como um todo, contribuindo também para o desenvolvimento nacional.

Como você pretende se realizar profissionalmente na Marinha do Brasil?

Particularmente não decidi exatamente o Curso de Aperfeiçoamento que realizarei, mas pretendo aproveitar ao máximo as oportunidades de capacitação que surgirem, principalmente sabendo da possibilidade de realização de mestrados e outros cursos. Eu me sentiria extremamente realizado fazendo um mestrado e aplicando na prática a bordo dos meios navais aquilo desenvolvido na teoria.

Outro ponto que eu considero importante e que me realiza profissionalmente é a possibilidade de aperfeiçoar a liderança com os subordinados, algo que eu já venho



trabalhando desde 2017 como Comandante-Aluno do Colégio Naval e mais ainda agora como Comandante-Aluno da Escola Naval. Acredito que motivar homens e mulheres para consecução de um objetivo maior é extremamente gratificante para mim como militar.

Quais os desafios na área de liderança que você acredita que sua geração enfrentará no século XXI?

Acredito que os principais desafios serão aqueles decorrentes das diferenças entre a minha geração e as gerações mais antigas. Trazer essas visões de mundo distintas,

porém complementares, para um denominador comum será o grande desafio para o cumprimento das missões no século XXI. No entanto, creio que a conhecida “liderança pelo exemplo” continuará sendo o meio mais eficaz de convencer e conduzir homens e mulheres em prol de uma Marinha suntuosa. É claro que a consolidação de novas e mais ágeis plataformas de comunicação colocará em pauta questionamentos e desafios inéditos na liderança de oficiais, suboficiais, sargentos e demais praças principalmente devido à velocidade com que as informações trafegam. Mesmo assim, a demonstração de zelo e de honestidade no dia a dia a bordo dos meios navais conduzirá os subordinados ao sucesso.

Qual legado de sua formação você considera mais relevante para sua atuação futura como oficial?

Sem sombra de dúvidas a oportunidade de ter sido Comandante-Aluno na Enseada Batista das Neves e depois na Ilha de Villegagnon é um grande legado que me ajudará futuramente como oficial. As experiências vividas à frente de um contingente de militares relativamente grande compõem uma de minhas bases como militar e mudaram a minha visão de mundo, assim como os aprendizados com os erros e acertos no exercício da liderança no decorrer de seis anos como chefe de classe da minha turma amadureceram os meus valores e princípios.

Com certeza esse histórico em minha formação me ajudou a criar valores de modo prematuro, principalmente pela oportunidade de lidar com excelentes oficiais com maior proximidade, contribuindo para a minha formação militar-naval e me motivando a seguir com profissionalismo e dedicação. ■



ESTUDOS ESTRATÉGICOS

C Alte (Ref) Antônio Alberto Marinho Nigro

Ao final da 2ª Guerra Mundial, a nuclearização dos arsenais dos Estados Unidos da América (EUA) e da antiga União Soviética (ex-URSS) estabeleceu a bipolaridade no sistema internacional e espalhou-se, pela primeira vez na história da humanidade, o medo da sua autodestruição.

Paralelamente, os temas estratégicos ultrapassaram os limites dos campos diplomáticos e militares. Esses assuntos passaram a ser estudados, sistematicamente, no ambiente acadêmico e nos laboratórios de ideias (*think tanks*) privados, notadamente nos EUA e Reino Unido (UK). Posteriormente pela Europa Ocidental.

O foco dessas questões estava concentrado nas ameaças militares, com ênfase nas estratégias para contrapor-se às ameaças nucleares. Deterrência, Destruição Mútua Assegurada e Dissuasão Nuclear foram conceitos desenvolvidos nos anos 50 e 60 do século XX, como produto das investigações dos Estudos Estratégicos.

Ao fim da Guerra Fria, com o aparecimento das novas ameaças, como o crime organizado transnacional, terrorismo, tráfico de pessoas, riscos ambientais, e crimes financeiros, entre outros, os estudiosos expandiram o foco dos Estudos Estratégicos para a segurança, surgindo os Estudos da Segurança, para contemplar essas novas ameaças em conjunto com as ameaças militares.

Conveniente salientar que após o fim da Guerra Fria houve uma explosão de pesquisas e novas correntes de análise da política internacional. Isto concorreu para o aparecimento de novas teorias para o estudo das Relações Internacionais. Os pesquisadores Barry Buzan,

britânico, e Lene Hansen, dinamarquesa, detalharam esse desenvolvimento no livro *A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional*, constante nas referências ao fim do artigo.

Todavia, essa evolução nos Estudos da Segurança Internacional foi concentrada nos EUA e na Europa Ocidental, não levando em conta a percepção dos países liberados do colonialismo e da periferia do mundo ocidental desenvolvido, espalhados pela África, Ásia e América Latina. Essa questão levou ao estabelecimento de uma teoria pós-colonialista das Relações Internacionais. Um dos seus expoentes é o pesquisador indiano Amitav Acharya ao sugerir uma linha de pesquisa contemplando o Sul Global: a corrente de pensamento intitulada de Relações Internacionais Globais.

No Brasil, o tema passou a ser abordado fora do segmento militar e diplomático a partir do início do século XXI. A questão foi inicialmente abordada pelo Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, na área da Ciência Política sob a liderança do Professor Dr. Eurico de Lima Figueiredo.

O objeto de investigação dos Estudos Estratégicos é o complexo defesa nacional/segurança internacional, segundo o Prof. Figueiredo. Ainda mais, “os Estudos Estratégicos são conceituados como uma área de conhecimento científico por constituírem um conjunto de conhecimentos inter-relacionados; um saber coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação; e que tem como propósito o ensino, a pesquisa e aplicações práticas da área de conhecimento que se pretende identificar”. (Figueiredo, 2015)

E prossegue aquele Professor:

“Os Estudos Estratégicos se constituem em área de conhecimento próprio não só porque é identificável a natureza do objeto, como também porque o conjunto de saberes que a tal natureza corresponde permite identificar suas temáticas próprias tendo em vista os fins de ensino, pesquisas e aplicações práticas”.

Assim, os Estudos Estratégicos foram reconhecidos como uma área de conhecimento científico pelo Ministério da Educação (MEC). O Núcleo de Estudos Estratégicos da UFF assumiu a categoria de Instituto e possui um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos com cursos de Mestrado e Doutorado.

Em complemento, os pesquisadores Baylys e Wirtz (2013, p. 13-14) apresentam uma percepção das relações entre a Ciência Política, as Relações Internacionais, os Estudos de Segurança e os Estudos Estratégicos, entendimento este compartilhado por pesquisadores brasileiros.



Fonte: Baylys e Wirtz, 2013.

Adicionalmente, o conjunto de conhecimentos inter-relacionados compreende uma riqueza temática, evidenciada nos quadros 1 e 2.

Ameaças (novas e tradicionais)	Estratégias Militares	Recrutamento nas Forças Armadas
Antropologia Militar	Estratégia Nacional de Defesa	Relações militares versus militares
Aprestamento Militar	Estudos Aeroespaciais	Revolução Civil
Aquisição de material militar	Estudos Marítimos	Revolução nos assuntos militares
Atividades subsidiárias das Forças Armadas	Forças Armadas e Sociedade	Políticas de Defesa
Cerceamento tecnológico militar	Indústria da Defesa	Teoria e análise dos assuntos de Defesa
Ciências Militares	Infraestrutura de Defesa	Teoria Política dos Estudos Estratégico (viés "Defesa")
Ciência, Tecnologia e Inovação para fins militares	Instituições e Organizações Militares	Segurança Nacional (relacionada à Segurança Internacional)
Cultura de Defesa	Inteligência	Segurança Pública (relacionada à Segurança Nacional)
Cultura Militar	História Militar	Serviço Social Militar
Cultura Estratégica	Gênero e Forças Armadas	Sistemas de comando, controle, comunicações, computação e inteligência
Defesa Nacional	Logística Militar	Sociologia Militar
Defesa Civil	Mobilização Nacional	
Diplomacia Militar	Pesquisa e Desenvolvimento voltados para a indústria de Defesa	
Dissuasão	Planejamento Estratégico	
Doutrina Militar	Pensamento Estratégico	
Economia de Defesa	Polemologia	
Educação e Ensino Militares	Psicologia Militar	

Quadro 2 - Temas relacionados à Segurança Internacional

Ameaças e novas ameaças	Estudos Estratégicos e Relações internacionais	Organizações internacionais e regionais de segurança e defesa
Cenários regionais de Segurança e Defesa	Geopolítica	Operações de paz
Cerceamento tecnológico em Defesa e Segurança	Geoestratégia	Segurança Internacional
Contrabando de armas	Guerra (*)	Pirataria
Cultura Estratégica	Missões de Paz	Políticas de Segurança Internacional
Direito Humanitário	Mobilização	Teoria e análise dos assuntos de Segurança
Direito Internacional dos conflitos armados	Narcotráfico	Teoria Política dos Estudos Estratégicos (viés "Segurança")
Economia Política dos Estudos Estratégicos	Novas conflitualidades	Terrorismo e Contraterrorismo (**)
	Mercenários e empresas militares privadas	

(*) Guerra Assimétrica, Guerra Cibernética, Guerras de diferentes gerações, Guerras em diferentes dimensões, Guerra Civil, Guerra Espacial, Guerra Interestatal, Guerra de Guerrilha, Guerra Irregular, Guerra Marítima, Guerra Nuclear, Guerra Psicológica, Guerra Submarina, Guerra Terrestre, Jogos de Guerra.

(**) Terrorismo Ambiental, Terrorismo Biológico, Terrorismo Cibernético, Terrorismo Nuclear. Fonte: (Figueiredo, 2015, p. 113).

Atualmente, a área de conhecimento dos Estudos Estratégicos está institucionalizada e difundida por universidades e nas escolas de altos estudos militares - Escola Superior de Guerra, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica e Escola de Guerra Naval – onde civis e militares compartilham as complexas interações entre a Defesa Nacional e a Segurança Internacional, em Programas de Pós-Graduação credenciados pelo Ministério da Educação. ■

Referências:

- ACHARYA, Amitav (2014). Global International Relations (IR) and Regional Worlds: A New Agenda for International Studies. *International Studies Quarterly*, Volume 58, Issue 4, p. 947-659.
- BAYLYS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. Strategy in the Contemporary World. Oxford, Oxford University Press, 2013 (fourth edition).
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional. São Paulo: Unesp, 2012.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Estudos Estratégicos (2015). Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento Científico. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, vol 2, n.2, p. 21-28.



Capacidade Expedicionária: uma tradição



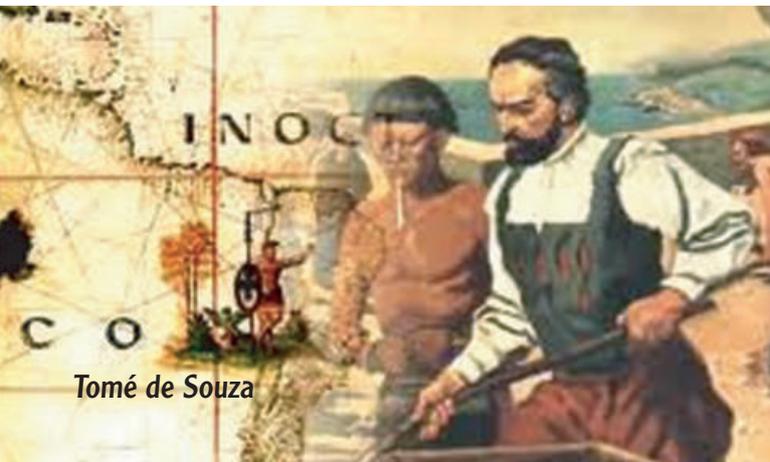
CT (FN) Esley Rodrigues de Jesus Teixeira

Breve histórico das expedições militares brasileiras

Apesar de sempre ameaçada pelas potências europeias, a colônia portuguesa nas Américas foi vista com maior cautela pela metrópole apenas no século XVII, com as constantes invasões espanholas ao Sul. A minguada guarnição composta de 600 voluntários que aqui chegaram com Tomé de Souza em 1549 (Barroso, 1938; p. 10) evoluiriam bastante até a Guerra do Paraguai, marco do fim da política intervencionista no Prata (Barrio, 2021; p. 33). Neste intervalo, sobrevieram à *Terra Brasilis* diversas incursões (particularmente de França, Holanda e Espa-

nha), cujo fim residia na exploração das riquezas naturais. Houve, contudo, três ocasiões em que tropas coloniais e imperiais projetaram-se para além das fronteiras. A primeira foi a tomada de Caiena, capital da colônia francesa da Guiana, como retaliação à Napoleão I pela invasão de Portugal pelas tropas de Junot; a segunda durante as guerras que gestaram a independência da Província da Cisplatina; a terceira, na própria Guerra do Paraguai, impulsionada pelo ideal comum de acabar com o governo de Solano Lopez.

Peremptoriamente defensiva, a Tomada de Caiena rimbombou nas cortes europeias, permitindo assento de relevo aos portugueses no Congresso de Viena (particularmente após a fuga de Napoleão I de Elba) com a repentina elevação do Brasil a Reino Unido (Mendonça, 2013; p. 118) e maior respeito aos objetivos portugueses no Atlântico, oceano cercado por colônias portuguesas em pontos focais, mesmo com a então recente expansão territorial francesa e britânica. Assim como a Guerra do Paraguai seis décadas depois, a invasão territorial não ocorreu no intuito de permitir anexações, pleito que foi abandonado durante o congresso em tela, mas sim reparações. Cerca de sessenta anos depois, os anseios ex-



Tomé de Souza



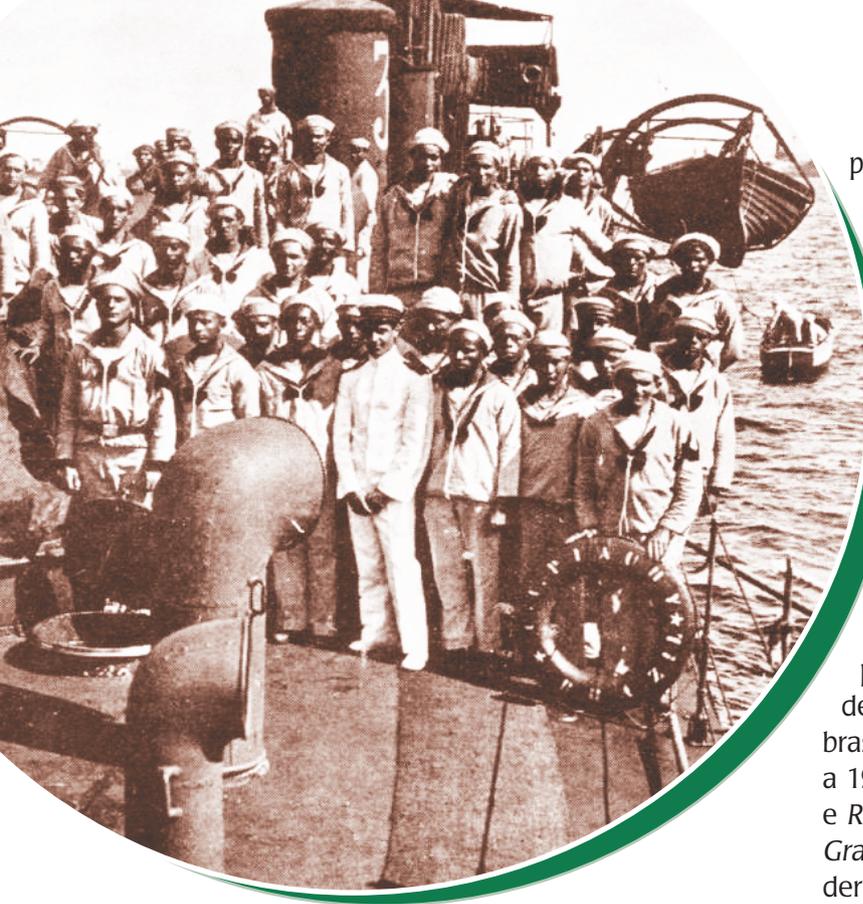
pansionistas das repúblicas platinas (Soares, 2021; p. 96), herança de um constante estado de beligerância desde os regimes hispano-americanos e mormente do Vice-Reinado do Prata, aflorou ainda mais com a chegada ao poder do General Francisco Solano Lopez (Barrio, 2021; p. 100), pondo em xeque a hegemonia brasileira na região.

No conflito do Paraguai, o Brasil alcançou o ápice de seu projeto hegemônico no Cone Sul, impedindo a expansão portenha sobre as terras paraguaias e do Chaco, como formalizado pelo Tratado Sosa-Tejedor de 1875 (Doratioto, 2002; p. 482). Além disso, longe de colocar brasileiros contra paraguaios, o Império sempre idealizou o inimigo como Solano Lopez e, mesmo possuindo condições econômicas e militares desfavoráveis quando comparadas às paraguaias no início do conflito (Mendonça, 2013; p. 185), investiu em uma guerra cujo resultado seria o aniquilamento do inimigo cuja ascendência (o presidente Carlos Antônio Lopez, pai de Solano) já havia dado aos gabinetes imperiais bastante trabalho. Saliente-se que houve cerca de 123 mil Voluntários da Pátria, em um país de nove milhões de habitantes e um Exército de 18 mil almas em 1864 (Doratioto, 2002; p. 91), o que, se não pode por si só representar o tamanho do espírito de pátria assomado pelo surgir de um inimigo comum graças aos métodos pouco convencionais do alistamento à época, pode claramente demonstrar a capacidade de esforço de guerra

em uma guerra convencional aos moldes do século XIX. Em todo caso, o envolvimento tupiniquim na guerra derivou-se de uma questão defensiva, contra a invasão guarani ao território brasileiro. Mesmo considerando o imprevisto na constituição da força que lutou naquela guerra, a vitória brasileira trouxe grandes avanços doutrinários aos militares brasileiros componentes da Força Terrestre, acostumados que estavam na contenção de revoltas intestinas.



Representação do Apoio de Serviços ao Combate na Batalha de Caiena, a primeira campanha anfíbia e expedicionária de tropas do Vice-Reinado do Brasil



A guarnição do Contratorpedeiro Piauí. Fotografias tiradas na véspera da partida. Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG)

Ponto interessante a ser abordado é como a guerra foi apresentada ao povo brasileiro. A começo, foi a captura do vapor *Marquês de Olinda*, na madrugada do dia 11 de novembro, pela canhoneira guarani *Tacuari*, o *estopim*¹ do conflito, mostrado à imprensa e à opinião pública brasileira como “um ato traiçoeiro de pirataria” (Doratioto, 2002; p. 66), ao que foi seguido pela tomada do forte Coimbra em dezembro. Tratando-se de uma empreitada imperialista com traços bonapartistas (Mossé, 2015; p. 103), a expansão intentada por Solano Lopez chafurdou em meio à sua falta de tato para tratar de questões diplomáticas, herança do (des)governo de seu pai (Soares, 2021; p. 52). A Guerra do Paraguai representou uma ação contra uma série de ditadores que se revezaram no poder. A forma como o governo de Solano Lopez (des)tratou os chefes de legações imperiais foi ultrajante, contribuindo para a visão brasileira de tratar-se de uma nação bárbara: o embaixador, impedido de sair do território

paraguaio por falta de navios que lhe transportasse a família e pertences, apenas pode evadir-se com a atuação do embaixador norte-americano, Charles Ames Washburn (Doratioto, 2002; p. 67). Quanto ao cônsul-geral, depois de se ver praticamente em prisão domiciliar em decorrência de atentado sofrido em 29 de março de 1865 com uma garrafada na cabeça, acabou morto como prisioneiro em Humaitá (Doratioto, 2002; p. 69).

Com um interregno de mais de quatro décadas, o Brasil, já *res publica*, entraria no conflito mundial da segunda década do século XX em não menor despreparo bélico que no conflito platino. Levando mais de quatro meses para garantir o preparo de oito naus, a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) representou o maior esforço militar brasileiro no conflito europeu que se estendeu de 1914 a 1918. Contava com 1.502 almas e os cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul* e pelos contratorpedeiros *Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba* e *Santa Catarina*, além do tender *Belmonte* e do rebocador de alto mar *Laurindo Pita* (Araújo, 2014; p. 324). Também representaram o Brasil em solo europeu uma comitiva para avaliação de material bélico, médicos e aviadores que compuseram as tripulações da *Royal Air Force* (Piovezan & Grassi, 2014; p. 221). O que ficou evidente durante este episódio foi a pequena envergadura brasileira para manter missões de longo alcance. Seja pela obsolescência do parque bélico ou pela falta de uma base industrial de defesa (BID) pujante, a DNOG chegou ao estreito de Gibraltar em 9 de novembro de 1918, dois dias antes do armistício. Todos os 156 homens que pereceram foram vítimas da Gripe Espanhola, adquirida quando da passagem da frota por Dacar, e fortalecida pelas inadequadas condições higiênicas a bordo dos navios do Almirante Frontin, que, sabedor das condições dos navios sob sua escota, determinou uma economia de carvão, reduzindo ao máximo o uso das máquinas auxiliares para a iluminação e serviços sanitários (Araújo, 2014; p. 326). Na tentativa de apaziguar os ânimos dos militares, inflamados com o espírito tenenista, os mortos acabam sendo trasladados entre 1928 e 1931 desde o cemitério de Bel Air em Dacar, e depositados no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro (Piovezan & Grassi, 2014; p. 223).

Não obstante o heroísmo dos 1.502 marinheiros que

¹ Reste claro que a motivação expansionista e ditatorial de Francisco Solano Lopez foi atizada com a invasão brasileira ao Uruguai em favor do General Rosas, campanha liderada em 12 de outubro de 1865 por Mena Barreto e Marques Lisboa. Com efeito, Lopez valeu-se da divisão política brasileira na questão da intervenção na Banda Oriental, aliada à sua superioridade militar. Esta última, apesar de desprezada pelo cônsul-geral (Amaro José dos Santos Barbosa) e pelo embaixador (César Sauvã Viana de Lima) imperiais em Assunção, trazia à tona o desconhecimento tanto da capacidade do Exército Imperial (que em 1864 possuía o mesmo número de soldados regulares da república paraguaia) quanto da falta de reconhecimento das potencialidades paraguaias.

a compuseram, mostra como as condições militares devem ser encaradas dentro do bojo de uma Grande Estratégia, capaz de abarcar conceitos multidisciplinares. Tivesse o Brasil melhores condições de construção² e adaptação³ de navios mercantes, a força naval brasileira na guerra poderia ter se saído melhor, capaz de projetar mais poder a tempo hábil nos mares da Europa. Sem embargo, a pequena participação brasileira no conflito permitiu ao Brasil participar ativamente na Conferência de Versalhes, além de ser cotado, após a saída dos Estados Unidos da Liga das Nações, a ser o representante americano na nova organização multilateral (Garcia, 1994; p. 7). Tal qual a campanha em Caiena capitaneada pela Brigada Real de Marinha, o esforço naval seria de enorme importância na afirmação tupiniquim frente às potências europeias. Não se deve olvidar, certamente, da atuação do Barão do Rio Branco na formação do poder militar brasileiro (Luna, 2007; p. 1). O Barão foi grande defensor da construção naval, seguindo a cartilha saquarema de manter a hegemonia brasileira no Cone Sul, concomitante ao respeito das potências dominantes da Era dos Impérios.

Balanco do desempenho e lições aprendidas

Os erros da guerra contra Lopez e contra os Hohenzollern-Habsburgo foram apagados da memória militar nacional. Vargas teria de se apoiar plenamente na capacidade logística norte-americana para enviar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Itália. Desde o treinamento ao transporte, o Brasil levaria mais de ano e meio para mobilizar a FEB, composta de uma brigada de infantaria, apesar da promessa de três por Vargas. Boa parte disso foi devido à obsolescência da doutrina e do material das Forças Armadas da época, cujas táticas ainda incluíam artilharia rebocada por cavalos (Penteado, 2006; p. 35). *Criogenizada* desde o início do período republicano, a doutrina militar brasileira passava por mudanças em decorrência da percepção da força mais poderosa à época (o padrão alemão de Rio-Branco, o francês que culminou no estabelecimento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, o norte-americano pós-Guerra que criou a Escola Superior de Guerra), sem que houvesse a formação de

² Esta herança pode ser encontrada durante o Império. Todavia, foi durante a República que a falta de visão de futuro ficou patente, quando a Esquadra dos Almirantes Noronha/Alexandrino foi desenhada, vindo completamente de estaleiros estrangeiros. Esta aquisição deu ensejo ao perene estado de dependência tecnológica nacional quanto ao poder naval.

³ A maior garantia de uma marinha de guerra forte é uma marinha mercante robusta. Isto demanda uma forte indústria naval, englobando desde a formação contínua de recursos humanos ao capital investido. Uma forte indústria naval permite que o país, além de garantir a si os lucros e louros do comércio internacional, prescindir de larga marinha de guerra, vez que, com pouco esforço consegue adaptar e modificar navios mercantes em belonaves. Um excelente exemplo foi o tempo médio de transformação dos navios mercantes durante a Guerra das Falklands: 72 horas.



**Força Expedicionária Brasileira (FEB)
na Itália - 2ª Guerra Mundial**

uma doutrina autóctone baseada nas idiosincrasias de recursos humanos, materiais e geográficas. Apesar da vitória sobre os alemães, e de ter sido de grande valia para a estratégia aliada criando dificuldades e carreando recursos do 3º Império alemão para a Itália, o Brasil não alcançou, ao final do conflito, o prestígio desejado desde Artur Bernardes quando da crise na Liga das Nações (Garcia, 1994; p. 5). Sem desenvolver capacidade militar comparável aos outros cinco grandes vencedores, o Brasil continuou a contar como um país com interesses limitados.

Apesar de haver outros desdobramentos militares desde a atuação da FEB, como nos Bálcãs, Suez, República Dominicana, Angola, Moçambique e Haiti, o mundo bipolar e a falta de atualizações na Grande Estratégia brasileira impediram atuações mais marcantes do Brasil no cenário internacional. Ainda que durante o governo Fernando Henrique Cardoso o Brasil tenha visto crescer de importância a participação militar brasileira no cenário internacional, culminando, no período Lula da Sil-



Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE)

va, com o comando do componente militar da Missão para Estabilização do Haiti, infelizmente, a baixa ou nula representatividade de bons quadros militares nas decisões congressuais da república conjugada à pouca sinergia entre a Sociedade Civil e a Casa Militar inibiu a continuação deste processo, intensificando os já existentes abismos entre as diversas agências decisórias da Grande Estratégia.

Resta claro que a atuação militar brasileira em campanhas militares, longe do modelo preconizado por poderes continentais clássicos como China, Rússia, Alemanha e França, não focou na expansão territorial pura e simples, opondo-se a isso, na verdade. A infeliz utilização do poder terrestre em seus primeiros anos como tropa de *gendarmaria* apenas seria mitigada com o conflito platino, aumentando novamente com a eclosão de conflitos intestinos, contando-se desde Canudos às recentes operações de Garantia da Lei e da Ordem. A possibilidade de “fagocitar” o Paraguai ao território imperial foi bastante real, mas de forma alguma reinou nos discursos do parlamento do Império. Da mesma forma, abrindo mão do território conquistado na primeira expedição anfíbia saída do Vice-Reino do Brasil, Portugal deixava marcada a derrota a percorrer pelos brasileiros. A campanha das guerras contra os segundo e terceiro impérios alemães também foi permeada por sentimento de defesa e justiça pelas vítimas dos navios afundados pelos Reich. Da mesma forma, as campanhas que se seguiram foram todas permeadas por acordos multilaterais (até mesmo Santo Domingo sob a égide da

Organização dos Estados Americanos). Todas as ações externas das forças armadas brasileiras foram, conforme sua política externa, baseadas nos princípios de “não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz”.

A derrota a percorrer

A expansão das responsabilidades brasileiras é um reflexo natural de sua preponderância econômica e política. Sustentado por raízes culturais e históricas, a atuação do Brasil deve conjugar tanto uma ativa presença econômico-financeira quanto um lastro realista de elementos materiais de poder que o permitam difundir seus valores e princípios emanados no artigo 4º de sua Carta Magna. A inserção do Corpo de Fuzileiros Navais no contexto da responsabilidade de proteger, tema que avulta de importância frente à constante ameaça aos direitos humanos materializados desde os genocídios do século passado até as instabilidades sociais hodiernas, toma novas matizes quando observamos a necessidade de proteção que diversos povos demandam. A Força de Emprego Rápido (FER) precisa ter uma estrutura e meios que possibilitem melhores condições de atuação, dando ao Brasil a possibilidade de efetivar uma política mais assertiva para a África e a América Latina, e o aumento do compromisso brasileiro, em conjunto com União Africana e Organização dos Estados Americanos, de garantir a paz e a harmonia regionais.

Dado o histórico de nossas campanhas militares d’além-mar/rios, impera que demos atenção à atuação do eixo das Forças Armadas capaz de projetar-se em outros teatros, possuindo mobilidade, versatilidade, flexibilidade e permanência necessárias a permitir maior contribuição do Brasil no Sistema de Capacidades de Missões de Paz das Nações Unidas (UNPCRS – *United Nations Peacekeeping Capabilities Resources System*). A necessidade de possuir uma tropa em pronto uso para acionamento repentino torna a FER da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) ferramenta estratégica fundamental na garantia dos desígnios nacionais perante o sistema internacional (Lange, 2017; p. 38). Engana-se o estrategista, portanto, que se mantém fiel ao mantra da primazia do poder terrestre de Mearsheimer (2001; p. 83), desconsiderando a importância do conjugado anfíbio e de sua indissociável sinergia entre os modais da Expressão Militar.

A Marinha do Brasil deve ter um papel central, junto ao Itamaraty e demais agências cuja ação esteja ligada à integração regional, na construção de uma crescente cooperação militar multilateral que englobe todas as nações do leste africano, sul americanas e caribenhas, ten-

cionando garantir melhores condições para a atuação de nossas tropas expedicionárias, sobretudo no que tange à padronização doutrinária e de materiais, visando mitigar os problemas logísticos advindos do desdobramento de tropas além-mar. Tarefas multifacetadas devem ser compiladas na responsabilidade de proteger, indo ao encontro do disposto na Constituição Federal e na tradição brasileira de desdobrar tropas com fito na manutenção da harmonia regional e global. Além disso, é mister garantir a flexibilidade multimodal da tropa, permitindo que os ativos de fuzileiros navais disponíveis abarquem funções aéreas, marítimo-fluviais e terrestres essenciais ao movimento navio-terra (Kelly, 2007; p. 18).

A capacidade expedicionária nacional, conjunto de ferramentas da expressão militar do Poder Nacional, precisa conjugar esforços conjuntos das três Forças, abarcando capacidades heterogêneas e componentes específicos, que devem se compreender e falar entre si. Além disso, a observação do ambiente hodierno exige que forças expedicionárias possuam a capacidade de comando e controle tanto no âmbito nacional quanto de coalizões internacionais (Cobbold, 1997; p. 25), sendo capazes de atuar com uma diversidade de nações em operações combinadas. A FER, como ponta de lança da capacidade expedicionária nacional, precisa desenvolver-se em uma força ágil, capaz de atuar com rapidez e versatilidade em condições austeras contra uma grande variedade de adversários, sem depender de bases avançadas, tampouco de contratos internacionais para sua sustentação. Maior ênfase deve ser dada à construção de uma Indústria de defesa autóctone, garantindo níveis de suprimentos que contemplem um fluxo perene de materiais desde as indústrias aos mais diversos teatros de operação.

O gerenciamento da cadeia de suprimentos torna-se ponto fundamental para a empresa expedicionária. Para tanto, o emprego e preparo dos militares deve ser inserido dentro do contexto da Grande Estratégia, englobando todos os *stakeholders* do iceberg científico-tecnológico militar (Amarante, 2012; p. 12), promovendo a “autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa” (Brasil, 2020; p. 25). Além disso, uma maior sinergia entre os negócios estrangeiros e a guerra deve permear o debate político, envolvendo toda a sociedade e seus representantes nos objetivos nacionais de defesa, emanados na Política Nacional de Defesa⁴. ■



Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais da Força de Emprego Rápido (Quick Reaction Force), parte integrante do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas

Referências

- AMARANTE, José Carlos Albano do. A base industrial de defesa brasileira. Texto para discussão. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.
- ARAÚJO, Johny Santana de. “A guerra que vai acabar com todas as guerras”: o Brasil na Primeira Grande Guerra – a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha – 1917 – 1918. Revista História: Debates e Tendências. v. 14, nº 2, jul./dez. 2014, p. 318-333.
- BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. O Império do Brasil e a política de intervenção no rio da Prata (1843-1865). Brasília: FUNAG, 2018.
- BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. Política Nacional de Defesa. Brasília, 2020.
- COBBOLD, Richard. A joint maritime based expeditionary capability. The RUSI Journal, 142:4, 23-30, 2008.
- GARCIA, Eugênio Vargas. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, ano 37, nº 1, 1994, p. 5-23.
- MENDONÇA, Renato. História da política exterior do Brasil: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825). Brasília: FUNAG, 2013.
- SOARES, Álvaro Teixeira. Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865). 2ª ed. rev. Brasília: FUNAG, 2021.
- DORATÓTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KELLY, Richard M. Naval Expeditionary Air Power, A Justified Capability. Newport: Naval War College, 2007.
- LANGE, Valério Luiz. Expeditionary force capability: improving the Brazilian military. Artigos Estratégicos. Vol 2 (1), Jan/ Jun, 2017.
- LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. Os “jovens turcos” no processo de desenvolvimento do Exército e da nação. ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007.
- MEARSHEIMER, John J. The tragedy of Great Power politics. New York: W. W. Norton & Companhia, 2001.
- MOSSÉ, Benjamin. Dom Pedro II, Imperador do Brasil: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco. Brasília: FUNAG, 2015.
- PENTEADO, Carlos José Russo Assumpção. The Brazilian participation in World War II. A thesis presented to the Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Military Art and Science-Military History. Ft. Leavenworth, KS, 2006.
- PIOVEZAN, Adriane; GRASSI, Clarissa. Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial – Cemitério São João Batista (1928). Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio De Janeiro. n.8, 2014, p.219-236.

⁴ Particularmente a salvaguarda de “pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior”, a ampliação do “envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional”; “contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais”; e o incremento da “projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais”.



Literatura como farmácia e Livro como remédio para minimizar os efeitos da pandemia

Clarissa Xavier Machado*

O Sars-CoV-2 (causador da COVID-19, também chamado de “Novo Coronavírus”) que assombra o mundo inteiro, impõe um cenário que põe por terra a rotina, os planos futuros, e, de certa forma, a esperança; tal panorama provocou um aumento na ocorrência de quadros de ansiedade, estresse e depressão, inclusive em adolescentes. Para minimizar os feitos causados pela pandemia à saúde mental é que se faz recomendável olhar a Literatura como farmácia e o Livro como remédio.

De acordo com os dicionários, entende-se por farmácia a provisão de medicamentos de diferentes tipos para atendimento de urgências ou de primeiros socorros. Em sentido mais amplo, farmácia constitui um conjunto, uma reunião de medicamentos¹. Por remédio, entende-se a substância usada para conter ou amenizar uma dor, uma doença ou para restaurar a saúde, sendo um termo equivalente a medicamento. Em sentido genérico considera-se remédio qualquer recurso utilizado para aliviar o sofrimento seja físico, emocional, moral ou espiritual, isto é, uma maneira de melho-

rar ou de lidar com uma situação difícil. Visto por este prisma é sinônimo de assistência, de ajuda, socorro e auxílio². À luz destas perspectivas é que consideramos Literatura como farmácia e Livro como remédio. É assunto que, por mais que tenha ares de novidade (literatura a serviço da saúde), é na verdade milenar, com registros na Antiguidade (Egito e Grécia), prática comumente designada como Literatura Balsâmica (*Balsamic Literature*, Literatura Curativa ou Literatura Medicinal). Esta seria uma seção da literatura dedicada à aplicação deste campo como recurso terapêutico e instrumento de autoconhecimento, caracterizada pela reunião de determinados elementos como míticos, místicos e pertinentes ao imaginário e ao inconsciente coletivo. A força disto está em que a literatura comunica, trabalha linguagens verbais e não verbais, e tem um impacto nas emoções e, portanto, na alma. Em todos os tempos, os textos orais ou escritos desempenharam um papel fundamental para o ser humano desde o ponto de vista pedagógico e filosófico ao psicológico. Ao longo dos séculos, a Literatura Balsâmica tem sido adotada, muitas vezes, sob os nomes “terapia literária” ou “leitura terapêutica”³. O foco, em tese, alicerça-se

¹ Os termos botica e apoteca (século X) foram substituídos por farmácia no século XVIII. Contudo, em alguns países como Alemanha, Holanda, Dinamarca, Suécia e Noruega “apoteca” ainda é o vocábulo utilizado (apotek, apotheke, apothek).

² Em inglês, *remedy* é recurso caseiro, em oposição a *medicine* (o que um médico prescreve e você compra), *medication* (termo técnico, área médica) ou *drugs* (qualquer substância seja natural ou industrializada/ química usada como medicamento). *Remedy* é, portanto, sempre um recurso natural, preparado artesanalmente, em casa, como o caso de um chá de alho para um resfriado ou uma canja de galinha para um pós-operatório.

³ É imprescindível aferir a maturidade do leitor e a formação do profissional, o Literatoterapeuta ou Aconselhador em Terapias Literárias, frequentemente graduado em Letras, Belas Artes ou Biblioteconomia, afinal, até mesmo um receituário literário pode ter efeitos colaterais. Conhecer as obras de referências da área também é indispensável para bons resultados.

em estudos médicos que vêm, ao longo de vários anos, demonstrando que pessoas que têm acesso habitual a algum tipo de arte apresentam melhora em suas indisposições, recuperação mais rápida e, em muitos casos, cura nos campos emocional e mental. Dentre as várias possibilidades da Arteterapia está a Terapia Literária, a qual utiliza as Artes Literárias como instrumento terapêutico. Mas, efetivamente, como os livros podem contribuir para redução da ansiedade, do estresse e da depressão, e combate à irritabilidade e agressividade? A seguir, apresento breves apontamentos sobre cada uma delas:

Biblioterapia

Na década de 1940 surgiu oficialmente o uso da biblioteca como um espaço terapêutico. Inicialmente, o tratamento era destinado às pessoas portadoras de distúrbios nervosos. Depois, passou a ser realizado como preventivo para todas as idades em escolas e salas de leitura de orfanatos, asilos e presídios. A ideia, apesar de ter sido considerada inovadora, não era tão nova assim. Os gregos, egípcios e romanos já utilizavam a leitura para fins terapêuticos, tendo o filósofo Aristóteles deixado algumas notas a respeito.

Livroterapia (Book Therapy)

Diz respeito ao uso dos livros como recurso terapêutico. Anteriormente, está mencionada a Biblioterapia, e aí surge uma dúvida muito natural: é Biblioterapia ou Livroterapia? Bom, depende. Vejamos: Biblioterapia é *lato sensu*. Biblio é um prefixo (origem grega; *bibl-íon*) utilizado em várias línguas (inglês: *bibliotherapy*, francês: *bibliothérapie*, alemão: *bibliotherapie*, norueguês: *bibliotera-pi...*), que significa “livro”. Em português, biblio é o marcador para o substantivo coletivo “biblioteca” (conjunto de livros, coleção de livros, reunião de livros). Visto sob este prisma, na prática a Biblioterapia concerne à aplicação de um coletivo de livros. Exemplo: livros de contos de fadas. Importa, ainda, assinalar que Biblioterapia é um termo mais utilizado em países de língua inglesa, alemã, norueguesa e portuguesa. Livroterapia é *stricto sensu*. Livro é uma palavra de origem latina (*liber/ libr*) que significa obra de cunho literário, artístico, intelectual e científico. Nesta esteira de raciocínio, na prática a Livroterapia reporta-se à aplicação da obra de um único autor. Exemplo: livros de Liev Tolstoy (inclusive há um livro chamado ‘Tols-

toy Therapy, a fiction prescription”). Finalmente, saliento que Livroterapia é um termo mais utilizado em países de línguas espanhola, basca, italiana, corsa e galega. Para ambos os casos são técnicas elegíveis: amigurumiterapia, fantocheterapia, maquete terapia, massinha terapêutica, origami terapia, kamishibai terapia, *costume play therapy/ cosplay therapy* e *storytelling-therapy*.

Contoterapia (Story Therapy)

É o uso de contos com fins terapêuticos. Segundo pesquisadores, contoterapia é uma prática milenar e bastante tradicional em várias culturas. Escritores como Marie de France, Andrew Lang, Charles Perrault, Madame D’Aulnoy, Madame Leprince de Beaumont e os Irmãos Grimm eram especialistas em recolher contos populares, exatamente esses transmitidos de geração em geração nas rodas de histórias. No Brasil, este trabalho foi em boa parte realizado por Alexina de Magalhães Pinto, Monteiro Lobato, Ruth Guimarães, Mário de Andrade e Câmara Cascudo, com destaque para Ely Camargo e Inezita Barroso, na música. Na realidade, o que acontece é que todos esses contos, inicialmente orais, constituíam fonte de conhecimento para a comunidade (ou tribo) e derivaram da experiência dos mais velhos, da história de vida dos antepassados e dos cuidados necessários para a sobrevivência individual e coletiva. Por este motivo, é que tais contos estão repletos de mensagens de sabedoria, ditos populares, pensamentos filosóficos e uma moral (“a moral da história”).

Contos de Fadas-Terapia (Fairytale Therapy)

É o uso dos contos de fadas como recurso terapêutico. Desde os anos 1990 esta linha tem sido cuidadosamente trabalhada com resultados positivos tanto no âmbito de Aconselhamento quanto de Terapia contínua, individual ou em grupo⁴.

Mitoterapia (Mythotherapy)

Consiste no uso de mitologia, sabedorias ancestrais e textos sagrados para fins terapêuticos. É especialmente aplicado com o objetivo de transmitir ensinamentos sobre corpo físico, alma e espírito; bem como compreender seus níveis: consciente, subconsciente e inconsciente. Entretanto, sua utilização é documentada principalmente em textos relacionados ao Egito Antigo, onde, segundo

⁴ Grandes obras contribuíram para ampliar a visão em relação ao assunto; dentre elas: *Mulheres Que Correm Com Os Lobos* (Clarissa Pinkola Estes), *Fadas no Divã* (Diana Corso), *A Psicanálise dos Contos de Fadas* (Bruno Bettelheim), *The Story Within - Myth and Fairy Tale in Therapy* (Yehudit Silverman) e *A Interpretação Dos Contos de Fadas* (Marie-Louise von Franz).

relatos, os médicos narravam mitos ou liam textos sagrados junto ao leito dos enfermos. Carl Gustav Jung foi um grande desenvolvedor e incentivador deste método terapêutico seguido pela médica psiquiatra Jean Shinoda Bolen que, nos anos 1980, escreveu sobre mitos, alma e inconsciente, e cujo livro mais aclamado é *As Deusas e a Mulher* ⁵.

Poematerapia (Poetry Therapy ou Arteterapia em Poesia)

Trata-se do uso da linguagem e dos textos poéticos como um recurso terapêutico em que se busca levar o paciente a mergulhar na profundidade dos poemas, desde seus símbolos, histórias, metáforas e diálogos com outras artes. É apontada como uma rica estratégia porque, em geral, um poema é composto por textos curtos ou dividido por partes, o que permite trabalhos variados aplicando outras artes e outras terapias como *Storytelling Therapy*, com amplas possibilidades para desenvolver Escritas Criativas e Leituras Criativas ⁶.

Novelaterapia (Novel Therapy, Therapy in Romance Novels ou Romance Terapia)

É o uso dos romances ficcionais como recurso terapêutico, em alguns países denominado de “novela”. Um dos motivos da leitura deste gênero ajudar tanto está na própria estrutura do romance. Esta é que posiciona o “destino” como ponto focal, demonstrando, quase sempre, quando é e quando não é possível “fugir” dele. Ao lado deste detalhe, há ainda de maneira muito enfática a presença de uma rede de intrigas e os desdobramentos disto para o personagem principal. E, acima de tudo, como ele lida com isso, possibilitando alívio das angústias e expressão de emoções. Em suma, todo o romance avança uma defesa para o comportamento dos personagens, isto é, razões pelas quais ele é o que é. Todo este emaranhado leva o leitor a pensar sobre sua própria existência sob algum aspecto, e em alguns casos, a enxergar possibilidades diferentes para seu cotidiano; o que significa dizer que ele passa a compreender melhor os acontecimentos.

Epistolaterapia (Epistolary Therapy, Epistolary Memory ou Therapeutic Letters)

É o uso terapêutico da escrita de cartas e da leitura de Literatura Epistolar. Quem nunca ouviu falar das Epístolas do Novo Testamento (Bíblia); de *Pamela*, de Samuel Richardson; de *As Ligações Perigosas*, de Choderlos de Laclos; de *Drácula*, de Bram Stoker; de *A Cor Púrpura*, de Alice Walker, de *Carrie, a Estranha*, de Stephen King e das *Cartas Persas*, de Montesquieu? E quem nunca ouviu falar de “brincadeiras”, como em “Carta para mim mesma daqui a 20 anos” ou “Carta para a criança que eu fui”? Tudo isso é Epistolaterapia, técnica literária que trabalha a história (verídica ou não) como se fosse uma carta, configurando um estilo de redação que, como vimos, não é moderno, muito pelo contrário. Para os psicólogos, a Epistolaterapia constitui um suporte eficaz por provocar uma catarse emocional, uma purificação, especialmente se o texto é lido, recitado, interpretado, encenado ou cantado. O paciente coloca para fora o que lhe faz mal e, por isto, se sente mais leve e aliviado.

Terapia em Memórias (Memoir Therapy ou Therapy of Memoir)

Refere-se a recurso terapêutico que se utiliza da leitura e da escrita de livros de memórias. *Memórias de Uma Gueixa*, romance histórico, escrito por Arthur Golden (1997) talvez seja o grande destaque de uma categoria que é considerada a mais próxima de uma terapia, pela necessidade que há em contar uma história que é real. No processo de leitura o paciente tem um panorama da vida de outra pessoa e no processo de escrita o próprio paciente tem a chance de relatar os acontecimentos por que passou. Em ambos os casos, seja ele leitor efetivamente, ou o escritor que lê o que ele mesmo escreveu, terá a oportunidade de analisar as situações, as ações, as reações e, acima de tudo, recriar-se ⁷.

Terapia em Literatura Cômica (Comic Book Therapy)

É uma vertente da Arteterapia que combina Terapia Literária, Terapia do Riso (Risoterapia; *Laughter Therapy*), Yoga do Riso e Desenhoterapia. Pesquisas comprovam

⁵ Nesta área, destaca-se o historiador e mitólogo ucraniano Eleazar Moiseevich Meletinski com seu livro *Os Arquétipos Literários* (1998) em que ele perpassa toda a literatura universal.

⁶ Uma das obras mais relevantes neste âmbito é *Poetry Therapy: Theory and Practice*, de Nicholas Mazza.

⁷ Dentre as obras mais aclamadas estão: *A Invenção da Solidão*, de Paul Auster; e *Autobiografia de Um Rosto* (Lucy Grealy). Para aqueles que querem aprender a escrever memórias, a obra *Let's Take The Long Way Home*, de Gail Caldwell é uma excelente referência.

que o riso libera hormônios como serotonina e endorfina, que são justamente aqueles ligados ao bem-estar, contentamento, satisfação e prazer. Ademais, outros efeitos comprovados são os dos movimentos que o corpo realiza no momento do riso; e por fim, equilibra emoções, o que acelera a recuperação dos pacientes e promove longevidade. A leitura de textos de humor, que contenham piadas ou narrativas engraçadas, é o foco da Terapia em Literatura Cômica, que tende a preferir o uso de histórias em quadrinhos. Por esta razão, é muitas vezes denominada simplesmente como “Terapia de Quadrinhos”⁸.

Terapia em Literatura Fantástica (*Fantastic Literature Therapy* ou *Fantastic Literature-based Therapy*)

É o uso de Literatura Realista Mágica, Literatura Mágica, Realismo Mágico e Realismo Maravilhoso como um recurso terapêutico, cujo grande sucesso está na dinâmica das histórias: os elementos mágicos e fantásticos, os simbolismos e os arquétipos que são o pano de fundo de uma experiência repleta de aventuras, desafios, perigos, ameaças e vilões terríveis. O herói precisa treinar. Se preparar, ganhar confiança e coragem para enfrentar as dificuldades e superar os obstáculos. E, mais do que a força física, é preciso força emocional porque no final das contas tudo é sobre a força invisível e não a visível. Grandes clássicos da Literatura estão nesta categoria e é realmente difícil escolher por onde começar: *As Brumas de Avalon*, *O Senhor dos Anéis*, *A Guerra dos Tronos*, *Eragon*, *As Crônicas de Nárnia*, *Uma Dobra No Tempo*, *A Rainha Vermelha*, e por aí vai...

Para filhos lerem para seus pais, para pais lerem para seus filhos e para todos lerem para si mesmos, é recomendável iniciar por contos de fadas, contos folclóricos, contos fantásticos e poesia motivacional, à distância ou acompanhado, com atividades em Leitura Criativa, Escrita Criativa e Caligrafia Criativa que farão todos descarregarem tensões e recarregarem as energias, tornando os dias mais leves e mais cheios de esperança.

Por fim, cumpre assinalar que os clubes militares brasileiros têm, ao longo dos anos, consagrado especial atenção à literatura e aos livros por meio de suas bibliotecas, clubes e círculos de leitura, publicações de jornais, revistas e antologias; e, ainda a realização de concursos literários. São ações que, neste período pandêmico, se traduzem em recursos de inestimável relevância para militares e civis, principalmente os da área de saúde que tanto necessitam de um refrigério diário para recompor suas forças e, ao mesmo tempo, transmitir positividade a seus pacientes.

Ao longo dos séculos, o livro demonstrou ser a companhia certa nas horas incertas, razão pela qual em um momento cheio de interrogações pode-se dizer que, talvez, um bom “remédio” seja um livro, e uma boa “farmácia” seja uma biblioteca⁹.

E, para ampliar o conhecimento a respeito do assunto recomendo a leitura da bibliografia referenciada em nota de rodapé¹⁰. ■

* *Graduada em Letras e Direito, membro do Círculo Literário do Clube Naval*

⁸ A Literatura Cômica abrange, dentre outros, as seguintes vertentes: Comédia Romântica, Comédia Pastelão, Comédia Bulesca, Comédia Escrachada, Comédia de Bordões, Comédia Visual, Comédia Surreal, Comédia Musical, Comédia Americana, Comédia de Costume, Comédia de Terror (ou de Horror), Sátira, Humor Ácido, Humor Absurdo, Farsa, Piada, Paródia e Tragicomédia.

⁹ No Egito Antigo as bibliotecas eram chamadas de “tesouro dos remédios da alma”.

¹⁰ *A Literatura como Remédio* (Dante Gallian); *Biblioterapia – Um cuidado com o ser* (Clarice Fortkamp Caldin); *Biblioterapia* (Ana Lídia Sobrinho Rudakoff); *Biblioterapia* (Marc Alain Quakin); *Biblioterapia em minutos: Resumo teórico e dicas de aplicação* (Crichyna Madalane Da Silva e Cristiane Do Prado); *Era uma vez: Um guia para a utilização de livros em psicoterapia infantil* (Ellis Buranelo Pascoal e Michela Rodrigues Ribeiro); *Farmácia Literária* (Ella Berthold e Susan Elderskin); *Fundamentos de Biblioterapia* (Ana Claudia de Oliveira Leite); *Literatura e Cura* (Sonia Saj); *Quintais da Biblioterapia* (Cristiana Seixas); *Remédios Literários* (Ella Berthold e Susan Elderskin); *Terapia Literária* (Elizeu Rocha); *Vivências em Biblioterapia: Prática do Cuidado através da Literatura* (Cristiana Seixas); *Iniziazione Alla Libroterapia* (Manuela Racci); *Libroterapia: Leer es vida* (Jordi Nadal); e *Trame arquetípiche. Libroterapia e benessere* (Rachele Bindi e S. Mazzei).



Crimes cibernéticos e a proposta de adesão do Brasil à Convenção de Budapeste

CMG (T) Fabio Bittencourt Quirino *1
Angela Dias Mendes *2

Na sociedade atual, as inovações digitais não encontram barreiras para concretizar o desenvolvimento tecnológico. As inúmeras ferramentas domesticadas pelo mercado ampliam-se continuamente e, com elas, as habilidades pessoais para o uso desses recursos, fatos significativos para aumentar as preferências e desejos de navegar nesse mundo quase mágico. Além disso, governos e organizações civis expandem os investimentos em tecnologias inovadoras com vistas à maior eficiência na prestação de serviços e no aprimoramento da cadeia produtiva.

A transformação digital favoreceu o desenvolvimento econômico, permitiu novas práticas educacionais e comerciais, criou profissões, trouxe avanços nas áreas da

Saúde e da Segurança Pública, entre outras. Com a crise sanitária mundial da COVID-19, essa transformação recebeu um forte impulso, o que aumentou significativamente o índice de crimes cibernéticos. Além disso, a cada dia surgem novas modalidades de crimes ou são aperfeiçoados seus métodos de ataques. Desta forma, Estados, organizações privadas e a sociedade em geral precisam adotar medidas mais apropriadas para conter a incidência desses delitos, identificar e punir os autores e minimizar os danos deles decorrentes.

Para o bem ou para o mal, as novas tecnologias existem! Sendo assim, é vital fomentar reflexões acerca dos desafios desse que, atualmente, é um dos temas mais relevantes da sociedade mundial. Portanto, no presente



texto abordaremos brevemente a proposta de adesão do Brasil à Convenção de Budapeste e os crimes cibernéticos. O objetivo principal, nas breves linhas que nos cabem, não é fazer um estudo aprofundado, mas informar e suscitar reflexões necessárias e úteis para os assuntos de Estado, como é o caso da referida proposta.

O termo convenção¹ é atribuído ao instrumento internacional utilizado por Estados, quando se reúnem para dispor sobre soluções conjuntas de problemas cuja relevância ultrapassa as fronteiras nacionais, assim como os crimes de natureza cibernética. A convenção para ser aprovada deve harmonizar-se com a ordem constituio-

nal de cada Estado, pressuposto da soberania interna dos países. Por isso, há uma longa discussão sobre os benefícios e riscos da adesão, a fim de lapidar a opção desejada pelo Estado-parte.

Recentemente, no Brasil, foi indicado o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 255/21² para aprovação da Convenção de Budapeste. O governo brasileiro recebeu o convite de adesão do Conselho Europeu em 2019, através do Ministério das Relações Exteriores, e tem o prazo de três anos para apresentar a resposta. A Convenção foi discutida no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, convertendo-se em seguida, pela Câmara dos Deputados, no PDL nº 255/21. Após transitar regularmente nesse Poder, se aprovada, ela seguirá para o chefe do Poder Executivo a quem compete editar o Decreto, conforme art. 84, V, da Constituição da República.³

Entre os objetivos da Convenção ressaltamos três: facilitar a cooperação internacional, com vistas ao combate dos delitos praticados por cibercriminosos; alcançar uma política criminal comum que proteja a sociedade dos crimes cibernéticos e permitir celeridade na troca de dados informáticos entre as partes.

Vale acrescentar que o instrumento prevê a essencialidade do direito à proteção de dados pessoais e à privacidade. Esta é uma exigência da comunidade internacional que, diga-se, o Brasil vem acompanhando através da adoção de medidas legislativas e administrativas para efetivar internamente o sistema de proteção no País. A promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (MP nº 869/2018) indicam o nível de maturidade jurídica nesse cenário.

A pavimentação de políticas estratégicas que reestruturem uma nova governança na área de segurança cibernética requer tempo. Podemos destacar o marco temporal em 2012 com a tipificação dos delitos informáticos pela Lei nº 12.737. Mais recentemente o Decreto nº 10.222/2020 instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética e a Lei nº 4.554/20 ampliou as penas para o crime de furto e estelionato com o uso de dispositivos eletrônicos. Como vemos, o País caminha no sentido de consolidar uma política robusta de segurança nesse novo ambiente.

1. As palavras Convenção e Tratado podem ser consideradas sinônimas “ambas significando um acordo bilateral ou multilateral de vontades manifestadas por Estados Soberanos ou organismos internacionais, regularmente representados por órgãos competentes, destinando-se a produzir efeitos jurídicos” (Ricardo Alexandre, 2009, p. 199)

2. Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais – PDL. Link de acesso ao PDL 255/21: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2287513>, acesso em 18 ago. 2021.

3. Disponível em Agência Câmara de Notícias. <https://www.camara.leg.br/noticias/779447-projeto-aprova-adesao-do-brasil-a-convencao-europeia-sobre-crime-cibernetico/>, acesso em 18 ago. 2021.



Entretanto, quando se trata de crimes cibernéticos é vital compreender que não há barreiras físicas, temporais e legais para eles, pois características específicas de tais crimes os permitem ultrapassar os limites jurisdicionais das nações. Por esta razão, hoje, exige-se que os instrumentos legais favoreçam uma rede unívoca, sólida e eficaz para combatê-los. Nesse campo, a segurança jurídica será alcançada à medida que o lastro normativo acompanhar o lastro das ações de contenção.

Os crimes cibernéticos têm natureza complexa, o que exige uma análise mais detida de seus elementos, formas e busca pela autoria. As inúmeras técnicas de despistamento, cada dia mais sofisticadas, e as falhas na identificação efetiva do usuário são exemplos dos desafios para detecção de sua origem, pois ela poderia advir de qualquer computador conectado à internet, seja de forma direta, via *proxy*, ou na pior situação, por

meio de uma rede wi-fi aberta ou em uma *lan house*. Dois países podem estar a milhares de quilômetros de distância, mas uma comunicação entre computadores, neles localizados, é realizada em alguns segundos, tempo suficiente para que evidências eletrônicas sejam eliminadas com facilidade. Por isso, o recurso da cooperação internacional visando recuperar dados apagados pode ser crucial nesses casos. Daí a importância desse instrumento legal que oportuniza a troca de experiências e facilita o intercâmbio de informações. Um típico exemplo são os crimes relacionados com pornografia infantil, quando os arquivos são armazenados em um servidor em um país diferente daquele onde se pratica o delito. Caso não sejam signatários da mesma convenção, haverá maior dificuldade na obtenção de provas e na identificação dos culpados.

Para termos uma ideia ainda mais clara da mag-



nitude do tema, recentemente o Fórum Econômico Mundial anunciou a criação do Centro Global de Segurança Cibernética⁴, cujo principal objetivo é o fortalecimento da cooperação internacional. O Centro visa estabelecer uma plataforma global onde governos, empresas, agências reguladoras e especialistas possam contribuir para vencer os desafios da segurança cibernética. Entre os *stakeholders*⁵ comprometidos estão a *International Telecommunications Union (ITU)*, a INTERPOL, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Universidade de Oxford e o Centro Nacional de Segurança Cibernética do Reino Unido.

O Brasil conta hoje com uma Estratégia Nacional de Defesa Cibernética (E-Ciber), que prevê a possibilidade de ampliação da cooperação internacional nessa área, além do estímulo à participação do País em iniciativas de estruturação normativa externa. Este é um assunto de alta relevância para a Defesa Nacional tendo em vista o número expressivo de crimes de espionagem e ações de células terroristas que se comunicam no ciberespaço, disseminando o medo e a instabilidade econômica e social. Em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, o Comando de Defesa Cibernética do Exército se mostrou favorável à proposta e preocupado com os “prejuízos causados pelos crimes cibernéticos no mundo, onde 86% dos ataques cibernéticos têm motivação financeira e 10%, atos de espionagem...”. O Brasil possui cerca de 70 milhões de vítimas, segundo fontes oficiais.⁶

Evidentemente, se o Brasil aderir à Convenção de Budapeste, ainda precisará definir e realizar ações políticas, jurídicas e administrativas internamente para ajustar-se às exigências prescritas na Convenção, além de outras medidas legislativas necessárias para regulamentar e efetivar a cooperação.

No ambiente cibernético há perceptíveis conexões de ações delituosas que exigem uma força contrária, também conectada, para impedir a disseminação das ações criminosas e romper a cadeia complexa de delitos. Assim será possível somar esforços comuns e trocar experiências, conferindo maior uniformidade e celeridade nas estratégias internacionais conforme preconiza a Convenção de Budapeste. ■

*1 Especialista em Cibersegurança, membro do CTEMI do Clube Naval

*2 Doutora em Direito, membro do CTEMI do Clube Naval

4. Disponível em: <https://www.weforum.org/>, acesso em 01 set. 2021.

5. Partes envolvidas

6. Exposição do Chefe do Comando de Defesa Cibernética do Exército, General Heber Garcia Portella. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/em-audiencia-publica-expositores-sao-favoraveis-a-adesao-do-brasil-a-convencao-de-budapeste-sobre-crimes-ciberneticos>, acesso em 03 set. 2021.



Guerra Híbrida

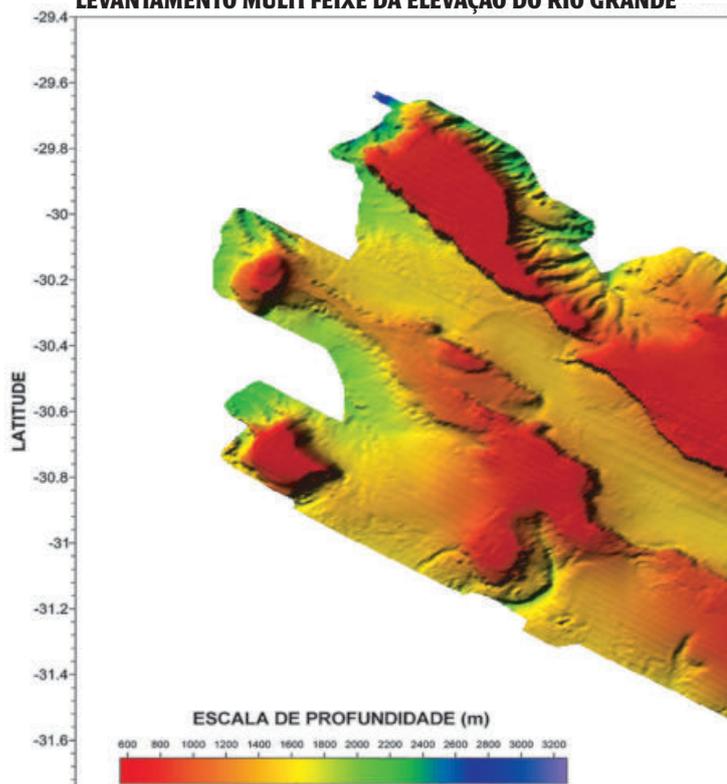
os desafios do Brasil na salvaguarda dos recursos da Amazônia Azul

CC Igor da Silva Alves

Uma commodity¹ metálica pouco difundida, mas presente na totalidade dos dispositivos eletrônicos utilizados no dia a dia e equipamentos de transmissão de dados de alta tecnologia, vem ganhando o centro das atenções na última década: os elementos terras-raras (ETR).

Segundo o Serviço Geológico do Brasil – CPRM², o recrudescimento no interesse da exploração dos ETR é explicado pela oscilação dos preços no mercado internacional e pela alta concentração do produto, restrita a poucas localidades no globo terrestre. Outro aspecto que também contribui para sua valorização reside no fato que os equipamentos responsáveis pela produção de energias renováveis, como ímãs de neodímio utilizados em turbinas eólicas e baterias de íons de lítio para veículos elétricos, requerem o ETR por ocasião de sua produção. No Brasil, atualmente todos os campos de extração dos ETR estão localizados no continente, mas pesquisas recentes no litoral brasileiro revelaram que existe um grande po-

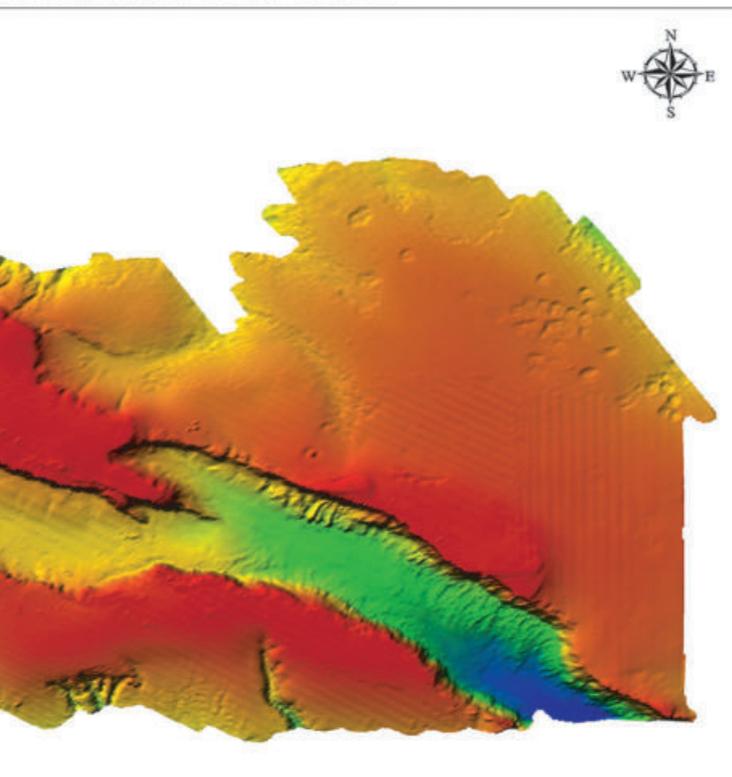
LEVANTAMENTO MULTI FEIXE DA ELEVÇÃO DO RIO GRANDE



¹ mercadoria em estado bruto ou produto básico de grande importância no comércio internacional, como café, cereais, algodão etc., cujo preço é controlado por bolsas internacionais. (Dicionário escolar da língua portuguesa/Academia Brasileira de Letras. 2ª edição. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 2008. p. 327).

² Informe de Recursos Minerais 02/2015, do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, p. IX.

rida



tencial marítimo de exploração desses elementos. Desta forma, e em proveito do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)³, em 2019 o Brasil encaminhou à ONU uma proposta com a inclusão da Elevação do Rio Grande (ERG), região apontada como detentora de grandes recursos metálicos, incluindo os ETR, à atual Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira. O Estado brasileiro atualmente detém a segunda maior reserva mundial de ETR, com 22 milhões de toneladas de reserva lavrável⁴.

No espectro militar, por sua vez, desponta o conceito de guerra híbrida, modal de conflito que agrega a Guerra Cibernética às consagradas Operações de Informação e Operações Especiais, podendo ser realizada por *proxies*⁵ e desta forma mascarar os reais autores das ações, que podem ser Estados ou até mesmo grandes corporações.

Sendo assim, o presente artigo tem como objetivos contribuir para a construção do conceito de guerra híbrida – ainda incipiente em nosso país –, difundir o alto valor estratégico da ERG, analisar a possibilidade de eventuais ameaças híbridas que podem se processar na região bem como propor instrumentos para confrontá-las. Para

³ <https://www.marinha.mil.br/secirm/leplac>.

⁴ Informe de Recursos Minerais 02/2015, do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, p. X.

⁵ Atores intermediários ou não-dominantes (o agente ou procurador) alavancados por uma manifestação de um ator dominante contra um adversário para alcançar os objetivos deste ator dominante (Amos C. Fox, In Pursuit of a General Theory of Proxy Warfare, 2019, p. 3).



Recursos da Amazônia Azul

atingir tais objetivos, primeiramente serão apresentados os conceitos teóricos e, por fim, ponderar sobre o desenvolvimento de capacidades de defesa e as possibilidades de expectativa de ocorrência de uma guerra híbrida no ambiente marinho.

A origem do termo e o emprego em conflitos



Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz (1780 - 1831)

Em seus ensinamentos sobre os propósitos e meios na guerra, Clausewitz (1780-1831) estabelece a existência de três objetivos amplos: as forças armadas inimigas, o território e a determinação do inimigo⁶. Não obstante, é incisivo ao afirmar que somente a destruição das forças armadas inimigas e a ocupação do território não são suficientes, ou seja, os objetivos políticos só serão alcançados com a quebra da vontade de lutar do inimigo. Partindo dessa ideia central, uma nova modalidade de guerra tem se aproveitado da integração maciça proporcionada pelas redes sociais e do desenvolvimento de novas tecnologias disruptivas para atuar de forma eficiente na estabilidade interna do oponente: a guerra híbrida.

O termo guerra híbrida foi pela primeira vez utilizado pelo Major William J. Nemeth, no ano de 2002, em sua

tese sobre o futuro da guerra e a Primeira Guerra na Chechênia (1994-1996). De acordo com Nemeth, a característica híbrida da sociedade chechena, baseada em uma arquitetura de fortes laços familiares que favoreceu a uma ampla mobilização da população para uma guerra, foi palco para a ascensão de uma modalidade híbrida de guerra, baseada sobretudo em elementos de táticas de guerrilha – também conhecida como guerra irregular, do uso sofisticado da tecnologia, e do emprego de operações psicológicas e de informações contra os soldados russos. A combinação do uso da mídia como meio de comando e controle dos guerrilheiros chechenos e como ferramenta de promover a desinformação entre os soldados inimigos mostrou-se eficiente contra o exército russo, que, organizado de maneira tradicional, terminou a guerra derrotado⁷.

Em 2014 foi a vez da própria Rússia atestar que não só havia compreendido a importância da guerra híbrida, como também empregar os conceitos por ocasião da anexação da Península da Crimeia. Segundo Rácz, após mudança no governo da Ucrânia, em fevereiro de 2014, grupos armados e treinados organizaram a tomada de órgãos de administração locais, sob a alegação de serem separatistas insatisfeitos com o novo governo. Todas essas ações foram acompanhadas pelo uso maciço, coordenado e intenso de campanhas publicitárias bem como ações no campo diplomático e econômico na região da Ucrânia e seu entorno. Tais ações também contaram com a pressão de unidades militares do exército russo, posi-

⁶ Clausewitz, Carl von, Da Guerra, 2010, p. 31.

⁷ Nemeth, William J., Future war and Chechnya : a case for hybrid warfare, 2002, p. 4.

cionadas de maneira estratégica na região fronteiriça⁸.

As forças separatistas bem treinadas, associadas a aliados locais, não só foram capazes de incapacitar por completo a administração do Estado ucraniano como também de rapidamente anexar a península da Crimeia à Rússia. O emprego, sem precedentes, de ações eficientemente coordenadas entre soldados russos e separatistas pró-Rússia pode ser descrito como mais um exemplo, bem-sucedido, de emprego da guerra híbrida.

O faseamento da guerra híbrida e seu elemento central: a incerteza

Uma análise pormenorizada do ocorrido na península da Crimeia demonstra que a variedade de operações e ações militares que podem ser realizadas nos quatro domínios da guerra - terrestre, aerospacial, marítimo e cibernético, podendo operar em conjunto por meio de forças paramilitares *proxies*, além da possibilidade da utilização de operações psicológicas, fazem com que a guerra híbrida seja caracterizada por um alto grau de incertezas. Clausewitz já apontava que a dificuldade de se fazer um reconhecimento preciso constitui uma das fontes mais graves de fricção na guerra e a reflexão atenta aos seus ensinamentos nos leva a compreender os desafios de se contrapor a tal modalidade de conflito⁹.

Contudo, a despeito do alto grau de incertezas, Rácz se propõe a definir, tomando o episódio da Crimeia como exemplo, um encadeamento das ações realizadas que culminaram com a vitória russa. Nesse contexto, podem ser identificadas três fases principais: preparação, ataque e estabilização.

A fase de preparação inclui o mapeamento dos pontos fracos nos setores político, econômico, social e de infraestrutura do inimigo, bem como a definição da estratégia que será empregada para a conquista desses meios. Essas ações podem incluir o estabelecimento de organizações não-governamentais (ONG's) ou grandes empresas leais ao país atacante. Ações de propaganda na mídia e redes sociais também podem ser utilizadas como forma de incitar grupos de pressão, por meio de pautas étnicas, culturais, ecológicas ou econômicas, utilizando-os de forma a atuar contra o governo instituído, assim como posicionamentos no campo diplomático, como forma de atrair atenção internacional sobre o assunto.

Durante a fase de ataque é possível identificar ações



Disparos da guerra híbrida

com alto grau de ofensividade, aí incluindo depredação de prédios públicos e infraestrutura civil, empregando armas de fogo. Eventuais baixas, promovidas pela repressão das forças policiais, podem ser utilizadas para inflamar um número maior de pessoas, por meio da propaganda maciça nas redes sociais. Tais ações, fundamentadas nas teorias de John Boyd e John Warden¹⁰, visam provocar uma paralisia estratégica no inimigo por meio do ataque a diversos subsistemas. Rácz pontua que durante as ações na Ucrânia, grupos locais capturaram emissoras de rádio e TV com o intuito de impedir a transmissão do canal oficial do governo e substituí-lo por um canal russo.

Finalmente, na fase de estabilização são realizadas ações que visam consolidar os interesses do atacante e tal objetivo pode ser alcançado por meio da proposição de plebiscitos ou realização de eleições. Ao analisar o episódio da anexação da Crimeia pela Rússia, percebe-se que o referendo, proposto logo após a fase de ataque, foi o instrumento utilizado para legitimar as ações dos grupos separatistas¹¹.

Desenvolvimento de um modelo de defesa

A construção de um modelo de defesa adequado envolve uma complexa gama de atividades que, para efeitos didáticos deste artigo, será resumidamente apresentada pelo autor em dois pilares centrais: resiliência e capacidade de resposta.

O ponto central da guerra híbrida reside em sua incer-

⁸ Rácz, András, *Russia's Hybrid War in Ukraine: Breaking the Enemy's Ability to Resist*, 2019, p. 11.

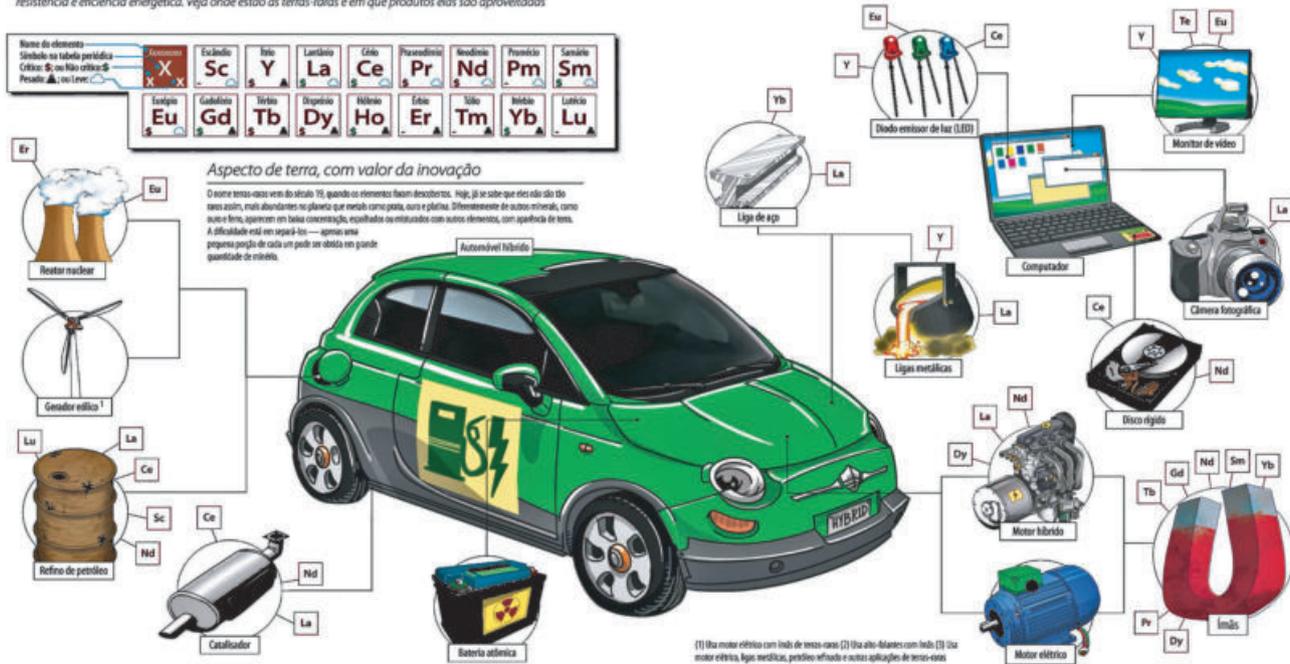
⁹ Clausewitz, Carl von, *Da Guerra*, 2010, p. 80.

¹⁰ Coutau-Bégarie, Hervé, *Tratado de Estratégia*, 2010, p. 508

¹¹ Rácz, András, *Russia's Hybrid War in Ukraine: Breaking the Enemy's Ability to Resist*, 2019, p. 58-61.

Mil e uma utilidades na alta tecnologia

Os elementos de terras-raras têm características eletrônicas, ópticas, magnéticas e catalíticas, associadas a leveza, resistência e eficiência energética. Veja onde estão as terras-raras e em que produtos elas são aproveitadas



teza e na dificuldade de se antecipar a ataques, tornando a surpresa inevitável. A análise das ações empreendidas no episódio russo na Crimeia permite inferir que um Estado com baixo nível de resiliência, quando submetido a ameaças híbridas, é rapidamente arrastado para uma condição de paralisia estratégica. Sendo assim, torna-se imprescindível a consolidação de uma estrutura com a resiliência adequada a lidar com o inesperado.

O incremento da resiliência, sobretudo em um país com dimensões continentais como o Brasil, requer que as agências de inteligência e Forças Armadas operem em sinergia e de forma contínua no monitoramento das ameaças e na manutenção de uma consciência situacional. Especificamente, no que tange à questão da ERG, cabe ressaltar o papel central da Marinha, que já dispõe de meios com a capacidade de permanência necessária à atuação na região. Ademais, considerando que a força atacante poderá se valer do desconhecimento da sociedade civil sobre o assunto para promover ações de desinformação, é importante que a manutenção de tal consciência situacional não se limite às agências governamentais.

O segundo pilar – a capacidade de resposta –, pode ser traduzido como as ações a serem empreendidas uma vez que as ameaças híbridas sejam materializadas. Assim como o pilar da resiliência, a capacidade de resposta também dependerá de uma estrutura integrada, atuando em sinergia e que tenha capacidade, em termos de alcance e velocidade, igual ou superior ao ataque recebido.

A estrutura também deverá estar apta a atuar em um amplo espectro do uso da força e, considerando que grupos de pressão poderão incitar a participação da própria sociedade civil, deve-se sopesar à correta graduação do

poder de fogo empregado, tendo em vista que uma eventual extrapolação degradará o pilar da resiliência.

A capacidade de emprego de ações de guerra cibernética, já existente no Comando Conjunto Cibernético, por sua vez, ocupa uma posição central na rápida resposta às ações do contentor que empreguem tecnologias disruptivas, comumente utilizadas nessa modalidade de ataque.

Conclusão

O desenvolvimento e a fabricação de dispositivos eletrônicos, que requerem os ETR como matéria-prima essencial, produzidos em escala exponencial e a partir de recursos naturais finitos e concentrados em poucas regiões do globo terrestre, poderão resultar em um futuro cenário de escassez ou até mesmo na sua utilização como arma econômica.

Sendo assim, é possível concluir que uma eventual concretização dessa insuficiência implicará em uma alta probabilidade de ameaças híbridas, que poderiam se valer de pautas ecológicas para afetar, ou até mesmo inviabilizar, a exploração dos ETR no Brasil.

Finalmente, as ações de defesa da Amazônia Azul e dos recursos naturais nela contidos, que tenham por objetivo confrontar as ameaças híbridas, não poderão se limitar ao aparato da guerra convencional. É imperioso o desenvolvimento de sistemas integrados de comando e controle, que consigam atuar em um conflito de amplo espectro e que não sejam limitados somente às Forças Armadas, mas que também abarquem os diversos órgãos e agências responsáveis pelas estruturas-alvo em ações no contexto de uma guerra híbrida. ■



AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE CURSOS SUPERIORES

V Alte (Ref-EN) Renato Vilhena de Araujo

Subjetivamente, a noção que se tem da qualidade de um curso decorre da qualidade profissional de seus formandos. Para tornar esta noção mais objetiva, seguindo a orientação de Galileu citada ao lado, o Ministério da Educação (MEC) criou (através da Lei nº 10.861/2004) um chamado Índice Geral de Cursos (IGC) para medir a qualidade da educação superior no País. Tal índice é calculado anualmente a partir, dentre outros parâmetros, de um outro índice chamado de Conceito Preliminar de Curso (CPC).

O IGC é usado para, inclusive, saber se uma instituição estaria apta a oferecer cursos de pós-graduação à distância (Portaria nº 90/2019 da CAPES, art. 9º, inciso I).

Tanto o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), quanto o Instituto Militar de Engenharia (IME), são sempre muito bem posicionados na escala do IGC, mas a Escola Naval não é avaliada.

“Meça o que é mensurável e torne mensurável o que parece não ser.”

Galileu Galilei



Avaliação *a priori*

O CPC (calculado pelo método descrito na Nota Técnica nº 3/2017 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP) é uma estimativa da qualidade presumível de um curso antes mesmo que tenha sido efetivamente realizado.

É publicado anualmente e usado para classificar cursos oferecidos pelos centros universitários, universidades e faculdades do país segundo seu nível de qualidade potencial. No meio esportivo, se diria: para ranquear os cursos.

Pretende ser uma estimativa *a priori* da capacidade dos cursos superiores de produzir ensino de boa qualidade resumida em um único número, que é baseado em dados objetivos relevantes para que um curso possa vir a funcionar a contento. Serve para orientar os alunos que se candidatam a realizá-lo.

Vale sempre lembrar que uma boa formação acadêmica justifica amplamente os investimentos escolares que eventualmente forem feitos pelos alunos e seus familiares. Como se costuma dizer: se você acha que uma boa educação te custaria muito caro, pense em quanto te custaria ficar ignorante.

O CPC é calculado pela fórmula abaixo.

Fórmula 1	$\text{CPC} = 0,55E + 0,30P + 0,15 I$
-----------	---------------------------------------

Onde “E” denota o nível dos estudantes, conforme o resultado obtido no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); “P” o nível dos professores, conforme a titulação acadêmica que detêm e seu regime de dedicação ao ensino; e “I” o nível da infraestrutura didático-pedagógica utilizada para ministrar o curso, sua organização e as perspectivas que abre para o futuro dos formandos.

Apesar de parecer intuitiva e familiar, especialmente para professores acostumados a dar notas e calcular médias gerais dos alunos, a fórmula do CPC envolve a soma de grandezas heterogêneas (nível dos alunos, capacitação dos professores e adequação das facilidades de ensino) e precisa ser usada com cautelas e ressalvas.

Note-se, por exemplo, que a qualidade de um curso que não dispõe de professores ($P = 0$) não seria nula, como seria de se esperar, pois sobrariam as duas outras parcelas da fórmula 1.

Este tipo de problema é análogo ao que aparece no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) onde um candidato a ingressar no ensino superior poderia ter uma pontuação suficiente para aprovação, mesmo tirando zero na redação, por exemplo.



Escola Naval

Curiosamente, a Lei nº 8.666/93, que normatiza as licitações e contratos públicos, art. 46, § 2º, inciso II, também comete este mesmo pecado matemático de somar grandezas não homogêneas (como se sabe, não se pode somar laranjas com bananas!) ao dispor que, nas licitações do tipo técnica e preço, a classificação dos licitantes será feita de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnica e de preço.



Além disso, o manejo da fórmula é bastante delicado, uma vez que a atribuição de notas aos estudantes, professores e infraestrutura deveria refletir corretamente os efeitos cruzados destas notas. Por exemplo, quantos professores a mais seriam necessários para compensar as deficiências de organização de um dado curso e, desta forma, não reduzir o seu CPC? Não parece que os pesos fixos das parcelas arbitrados na fórmula para o cálculo da média

ponderada da fórmula 1 seriam capazes de cumprir esta complexa finalidade (em outras palavras, de homogeneizar as parcelas).

Caberia ainda observar que, apesar de sua aparente objetividade, as parcelas da fórmula 1 são carregadas de subjetividade. Por exemplo, é subjetivo considerar que a qualidade do professorado é função só de sua titulação acadêmica e do seu regime de trabalho, deixando de lado seu talento para trans-

mitir conhecimentos e para motivar os alunos.

Para que os cursos “fiquem bem na foto” do CPC, a fórmula 1 poderia, inclusive, causar uma corrida dos professores aos títulos de mestrado e doutorado (que inevitavelmente perderiam em qualidade), a fim de aumentar a parcela “P”.

Para contornar os problemas causados pela soma de grandezas heterogêneas, poder-se-ia, por exemplo, ao invés de fazer um único ranqueamento, ordenar os cursos separadamente pela qualidade presumível dos alunos, dos professores e das facilidades de ensino, sem tentar estabelecer uma única classificação geral.

Outra possibilidade seria multiplicar, ao invés de somar, as três avaliações de qualidade, conforme a seguinte fórmula:

Fórmula 2	$\text{CPC} = \text{EPI}$
-----------	---------------------------

Por exemplo, se somarmos um número de homens com um número de horas, o resultado é um número sem sentido prático algum, mas se multiplicarmos um número de homens por um número de horas, o resultado (homens hora) é uma medida usual de quantidade de trabalho.

Adotando a fórmula 2, vemos que se não atrair estudantes ($E = 0$), ou professores ($P = 0$), ou não dispuser de infraestrutura adequada ($I = 0$), o curso terá $\text{CPC} = 0$, ao contrário do que ocorre com a média ponderada da figura 1, o que é matematicamente melhor.

De qualquer forma, deve-se ter sempre em mente que, como o próprio nome diz, o CPC é apenas uma estimativa preliminar, um tanto precária, da qualidade do ensino que poderia ser propiciado pelas várias instituições de ensino do País.

Avaliação *a posteriori*

Inspirando-se no método científico, uma avaliação alternativa seria experimentar o curso na prática e verificar se ele efetivamente teve êxito em capacitar seus alunos para uma proficiente atuação profissional de modo consistente. Afinal, como consta na Bíblia, “árvore boa é a que dá bons frutos”.

Certamente a boa qualidade dos alunos, professores e facilidades de ensino são pré-condições necessárias, mas não suficientes, para que haja uma efetiva preparação de pessoas para uma vida profes-

sional que seja bem-sucedida na prática.

Para cursos de Direito, por exemplo, já há uma avaliação objetiva final dos cursos, que é dada pela aprovação de seus formandos no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Analogamente, para o ensino médio há o já citado ENEM, realizado pelo próprio INEP, que é uma efetiva avaliação objetiva final do nível de qualidade dos cursos de nível médio do país, através do número de seus alunos que conseguem ingressar nas universidades.

Para o ensino superior, já há também o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) para concluintes dos cursos de graduação.

Entretanto, tal avaliação objetiva de cursos *a posteriori* da sua conclusão seria extremamente difícil, senão impossível, de instituir de modo geral, por ser bastante demorada.

Para medicina, por exemplo, a proposta de criar um exame pós-formatura nos moldes da OAB sofre forte resistência, em que pese serem cada vez mais claras as carências técnicas exibidas por alguns formandos.





IME - Instituto Militar de Engenharia



Conclusão

Ao invés de tentar quantificar a qualidade que se poderia esperar de cursos através de uma fórmula complexa (que pode ser enganosa – e até mesmo injusta –, tanto por ser de difícil manejo, quanto por omitir importantes fatores que são essenciais) para se ter uma avaliação realmente significativa, talvez fosse mais prático, preliminarmente, fixar apenas requisitos mínimos para o funcionamento de cursos como, por exemplo: aparelhamento pedagógico adequado e bem mantido, professores em qualidade e quantidade suficientes para o número de alunos, abordagem garantida de um currículo mínimo, sistema confiável para o controle da frequência e do progresso na aprendizagem (atualmente inexistente), etc.

Os conceitos dos cursos e das instituições de ensino iriam se formando na opinião da sociedade em geral com o passar do tempo (não através de um valor instantâneo dado por uma fórmula empírica) refletido no renome resultante da atuação na prática dos profissionais que foram seus alunos.

A Escola Naval, instituição de ensino mais antiga do País, o ITA e o IME já desfrutam, merecidamente, deste tipo de prestígio.

É o que se verifica pelo mundo afora. ■



“Corsários” na Enseada Batista das Neves -

Colégio Naval – Enseada Batista das Neves – Angra dos Reis, RJ

CMG (RM1) Alberto Piovesana Junior

Para mim, a Baía da Ilha Grande pode ser comparada a uma delicada joia com uma linda, preciosa e polida esmeralda, envolvida por rico rendilhado de exuberante vegetação em intrincada trama. A esmeralda, pontilhada de reflexos das mais de 300 ilhas existentes na Baía.

Em 1973, esse paraíso, então pouco habitado, era o “quintal” de numeroso grupo de jovens idealistas, a maioria ainda na adolescência, mas já orgulhosos de poder representar a Marinha do Brasil em seus uniformes brancos de caráter obrigatório, em todas as licenças do regime de internato do Colégio Naval (CN), concedidas, à época, apenas a cada 15 dias.

O Colégio dispunha de algumas poucas embarcações, entre veleiros, canoas canadenses e embarcações híbridas, propulsadas pela força do vento ou de remos. De algum modo propiciavam elas estender a meninice um pouco mais, em aventuras de pura “pirataria” em seu estilo mais romântico por aquelas águas cristalinas e “inexploradas”.

Bem firmou Luís da Câmara Cascudo no prefácio do primeiro livro de poesias do Comandante Lucimar Luciano de Oliveira, *O Mar e Outras Descobertas*, 1968:

“O Mar não guarda os vestígios das quilhas que o atravessam. Cada marinheiro tem a ilusão cordial do Descobrimento”.

Essa ilusão a que se refere Câmara Cascudo era uma verdade quase absoluta para aqueles “meninos” hígidos e sonhadores.

E é sobre isso que trata essa breve e despretensiosa narrativa, uma aventura, peripécia inesquecível àqueles que dela participaram. Um deles, personagem destacado dessa façanha, nos deixou e foi sozinho, recentemente, em busca do velho Caronte, para que ele o levasse em segurança para novas aventuras na “outra margem” desta vida, e mais além.

O esboço dessa narrativa já por alguns anos ronda



Angra dos Reis

A Tripulação do Escaler nº 1

Aluno 1001
Luiz Carlos CIOCCHI

Aluno 1064
Paulo BOLÍVAR de Freitas Filho

Aluno 1144
Alberto PIOVESANA Júnior

Aluno 1155
Wagner LÁZARO Ribeiro Júnior

Aluno 1251
João Luiz Xavier VIGO

minha imaginação; agora, no entanto, em reverência a esse bom amigo que terá sempre lugar na memória da Turma “Canecão”, abandono meu indefensável vagar e decido ordenar no tempo e no espaço.

Anelando pelo rigor dos fatos, considerando possíveis lapsos de memória, conversei com todos os diretamente envolvidos, amalgamando lembranças várias em uma narrativa que espero seja fluida e consistente, talvez não fiel à absoluta verdade, mas quem a tem? Talvez o Bolívar...

E foi assim que aconteceu...

Já um tanto, e inadvertidamente, despidos da roupagem de timidez e insegurança, perfeitamente natural e aceitável a calouros em tão peculiares condições, saídos do lar em tenra idade direto aos rigores de um internato em regime militar, já mais integrados à instituição que nos abrigava e, por que não acrescentar, mais “ousados”, um pequeno grupo de apenas cinco alunos do 1º ano armou um antigo e pesado escaler de madeira, do tipo que era usado em diversas unidades de ensino da Marinha.

Aparelhamos o escaler designado pelo número “1”, mastros, vergas, estais, brandais e outros preciosos itens de marinharia, e o vestimos com velhas, rotas e amareladas velas de brim grosso e áspero e, sem quaisquer outros aviamentos que não os componentes da palamenta básica, fizemo-nos ao mar e de vela no plácido e abrigado remanso da Enseada Batista das Neves, ao fundo da qual sobressai, contra o verde escuro da mata atlântica, o vetusto prédio pálido do Colégio Naval.

Largamos da ponte do Colégio estimo que pelas três horas da tarde, e rapidamente adquirimos o seguimento necessário para romper a barra da enseada e nos lançamos em direção ao “nosso mar alto”.

Havia um propósito claro naquela sortida: adestrar a tripulação para uma regata-desafio em planejamento para breve tempo. Seriam dois escaleres, paulistas contra cariocas, estávamos motivados a sustentar a “velha rixa” entre esses “dois irmãos” que se complementam e que, na Marinha, também com os oriundos de todos os rincões desse imenso Brasil, amalgamam-se em um só espírito em prol do País. Mas ainda não tínhamos clara a percepção desse destino: naquele momento, em nossos corações, falava mais alto a perspectiva da aventura e o espírito combativo contra os “adversários” a serem batidos.

Enquanto aparelhávamos o nosso “navio”, recebemos um alerta, uma praça de serviço no portaló avisou: “Vem vento por aí...” Mas ah, e a aventura... e a

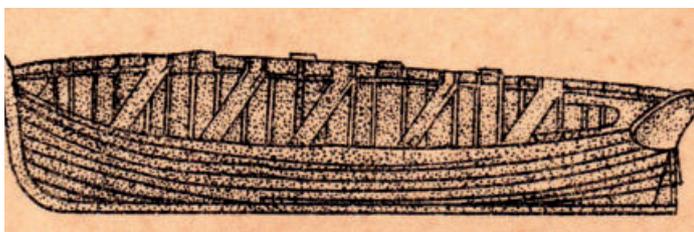
motivação da regata? Não haveria de ser uma brisa “um pouco” mais forte que iria nos fazer desistir de treinar naquela tarde ensolarada. Além disso, estávamos justamente em um veleiro, era de vento mesmo que precisávamos, e queríamos, às favas tanta precaução. Ainda podíamos ouvir o eco de algum trecho batido pelo professor de português... “e a salsugem...”, era isso, ansiávamos, sim, por sentir essa salsugem no rosto, afinal, quem sabia mesmo o que era “salsugem”? Haveríamos de descobrir... Desatracamos decididos... Às favas as “precauções despropositadas”, queríamos ir para o “mar” e, quem sabe, sentir a tal da “salsugem”.

Amuras a bombordo, pano ainda pouco enfunado, cabos tesos, poleame chiando em surdina, fomos sendo impelidos para fora do aconchego de nossa enseada... O Colégio Naval “diminuindo” no fim da esteira de branca espuma.

Em poucos minutos, espreitávamos pela alheta de boreste o Coqueiro, clube dos oficiais na Ponta do Bonfim que, em par com a Ilha Francisca a bombordo, delimita o abrigo da, hoje querida por nossa nostalgia, Enseada Batista das Neves. Demandando “nosso” “mar aberto”, fomos atingidos em cheio pela lestadada infrene, até então apenas se ocupando em perseguir carneiros de espuma que lhe fugiam em debandada para os lados de Paraty, a oeste, correndo sobre as águas emulsionadas e de aparência verde leitosa.

Escaleres são pequenas embarcações movidas a vela ou remos, podendo ser de palamenta, quando dois remadores ocupam a mesma bancada, um em cada bordo, ou de voga, em que há um remador por bancada, alternadamente, em cada bordo. Possuem formas finas, proa afilada e popa quadrada, denominada espelho ou painel. Em sua origem, foram utilizados como embarcações de serviço nos navios da era de marinha a vela, nos dias de hoje são um excelente recurso para formação e adestramento de marinharia básica, bem como adequado a regatas.

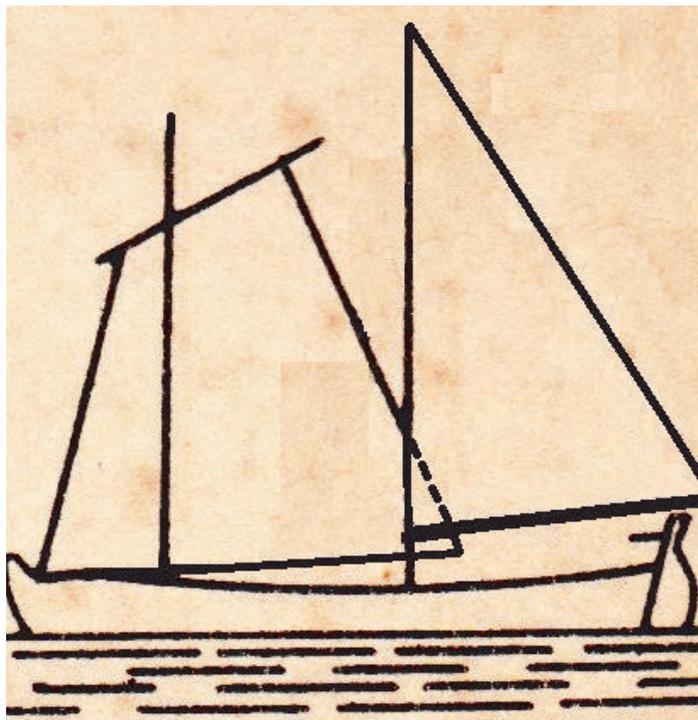
Aqueles escaleres do Colégio Naval eram de palamenta com cinco bancadas, voga, sota-voga, meio de bancada, sota-proa e proa.



Escaler de 5 Bancadas

Para navegar a pano, o aparelho dispunha de dois mastros, o grande um pouco a ré do meio da embarcação e o traquete mais junto à proa.

As velas eram de brim achavascado, ambas latinas: no traquete, de pendão, quadrangular com amura avante do mastro e vestindo verga, pela qual era içada; e, no grande, triangular, ou “vela bayoneta”, amurada ao mastro. Assim era composta sua armação.



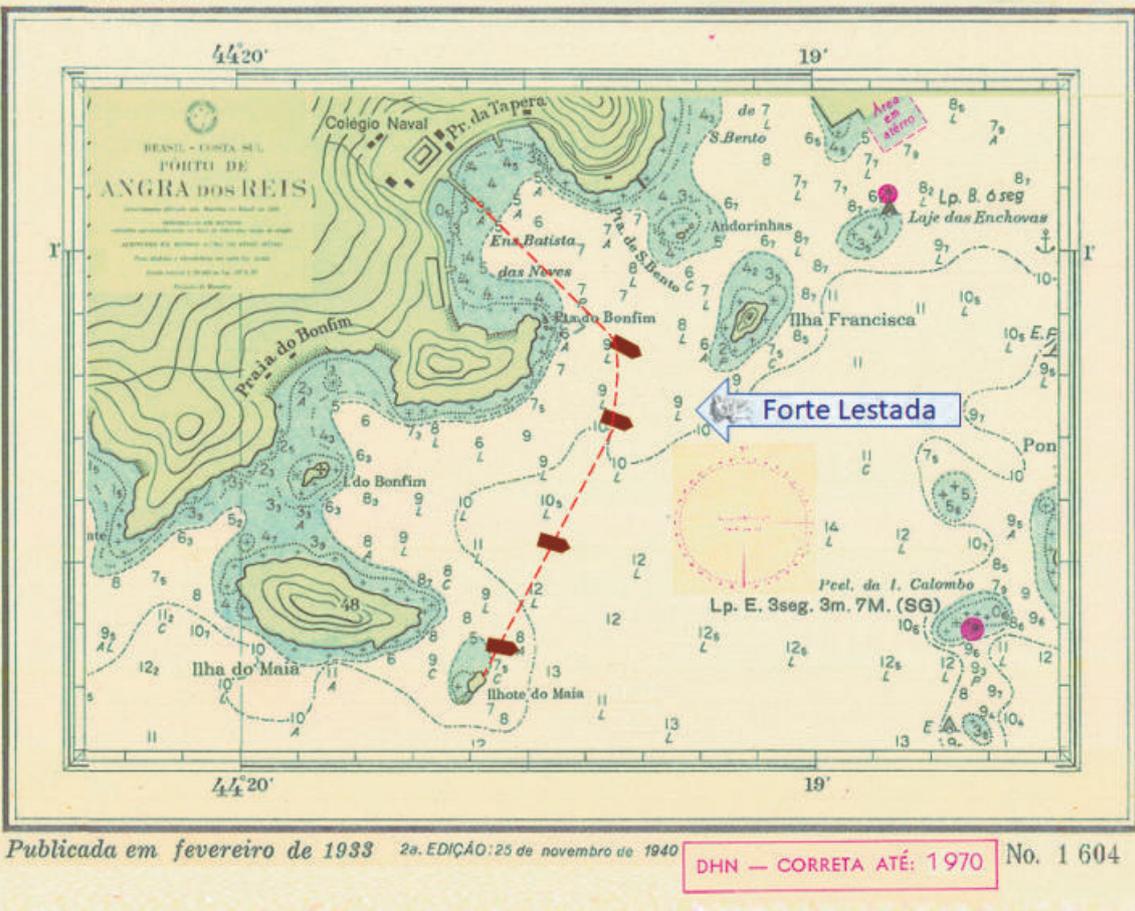
Escaler com dois mastros, grande com vela bayoneta e traquete com vela quadrangular de pendão

Esses escaleres não possuíam qualquer tipo de bolina, fixa ou móvel, em seu casco arredondado, “fundo de prato”, apenas a quilha era um pouco mais pronunciada. Essa característica estrutural, combinada com sua armação, tornavam-no um veleiro limitado, com reduzida capacidade de bolinar junto ao vento; navegando a pano, seu melhor desempenho era com ventos do través a um largo, e de popa.

Ainda mais grave do que bolinar mal, era que ao aproximar a proa ao vento, além da redução do seguimento avante, rolava com vontade para sota vento.

Isso tudo aprendemos rápido nos primeiros minutos fora da “concha” acolhedora de nossa enseada, em demanda do “mar alto”, com proa sul-sudeste.

Mantivemo-nos com amuras por bombordo, e o vigoroso leste fazia estalar a valuma dos panos e queixar mais alto todo o aparelho. A sota vento, as chumaceiras



Proximidades do Colégio Naval – trecho editado da Carta Náutica 1604

de bronze de boreste se aproximavam da água quando o barco adernava. Passaram rápido pela popa e logo estavam pela alheta de bombordo as pedras que arredondam a Ponta do Bonfim, indicativo certo de que rolávamos inexoravelmente, e rápido, para oeste, para cima da Ilha do Maia.

A decisão mais lógica, acertada e simples a ser tomada naquele momento era virar de bordo por d'avante, ou mesmo virar em roda, a que não nos atrevíamos pela

intensidade do vento e, também, porque nos aproximaria ainda mais da ilha. Não ousando arribar na direção da Ilha do Maia para ganhar seguimento e facilitar a manobra de virar de bordo por d'avante, preferimos permanecer naquele "mau bordo", inocentemente apostando que conseguiríamos passar, safos, por aquele obstáculo que crescia mais e mais por boreste.

Não sem uma boa dose de emoção, tivemos a certeza de que passaríamos pela Ilha do Maia, restando ainda, no entanto, safar a Ilhota, que se estende um pouco mais além para sudeste.

Outra decisão plausível, naquele momento tenso, além das já mencionadas, seria desistir da orça muito cochada que forçávamos em desespero, piorando a situação, arribar e desfechar um rumo que nos conduzisse, céleres, por entre a Ilha do Maia e sua Ilhota. No entanto, pela pouca experiência, para não dizer nenhuma, e pelo praticamente inexistente conhecimento mais detalhado da morfologia do fundo no local, não ousamos tomar essa decisão, insistindo em cochar ainda mais a orça, tentando sempre virar de bordo por d'avante ou navegar em rumo que nos permitisse "fugir" à perseguição da pequena ilha, sim, pois já era o que se nos afigurava, a Ilhota do Maia aparecia como "cruel e implacável perseguidor", a nos caçar naquelas águas tumultuadas e rasas em que havíamos nos metido.



Proximidades do Colégio Naval – a imagem por satélite

Ah... A vaidade, a falta de humildade do ser humano, de simplesmente admitir um erro e buscar outros rumos... Ah, o ego de cada um de nós... éramos garotos, vibrantes, movidos por um ideal maior que nos fazia intrépidos, homens-meninos... meninos-homens. Quantas lições a serem tiradas de um simples incidente, mas que poderia ter custado a vida de todos ou de alguns de nós.

No entanto, é fato que Deus protege bêbados e ignorantes... Nós não havíamos bebido.

Como uma serpente que hipnotiza sua vítima, a pequena ilha rochosa foi atraindo, “sugando” a pequena embarcação, estávamos definitivamente vinculados àquelas rochas negras, sem chance de haver uma retirada.

Lentamente fomos sendo jogados pelas ondas e pelo vento em direção às rochas.

Tentamos, ainda, uma última reação, aos remos, com nosso máximo e extremo empenho, mas já não havia força disponível que nos subtraísse àquele cenário.

Certamente por ter tocado no fundo, o leme saltou fora das governaduras no espelho de popa e foi à deriva, livre de um fiel que não fomos previdentes em passar, o leme não havia sido peado como recomenda a velha e boa marinharia.

Lembro-me de estar entre os mastros quando vi, e a cena é indelével em minha memória, o Bolívar, em um último e excruciante esforço, tentar barrar o avanço do escaler para a Ilha, escorando com o remo de voga que estava usando, a pá nas pedras das quais nos aproximávamos, e no abdome, virilha ou pélvis o punho do remo. A velha peça de madeira de lei não resistiu, partiu, tal a força com que éramos impelidos, e tal a robusta compleição física do Bolívar que, por muita sorte, não se feriu com gravidade.

Nesse transe, subitamente, qual mão amiga e oportuna, aproveitando a preamar bem recente, uma onda mais alta ergueu o escaler e com a “gentileza” que as circunstâncias permitiam, “pousou” a desarvorada embarcação sobre as pedras da ilha.

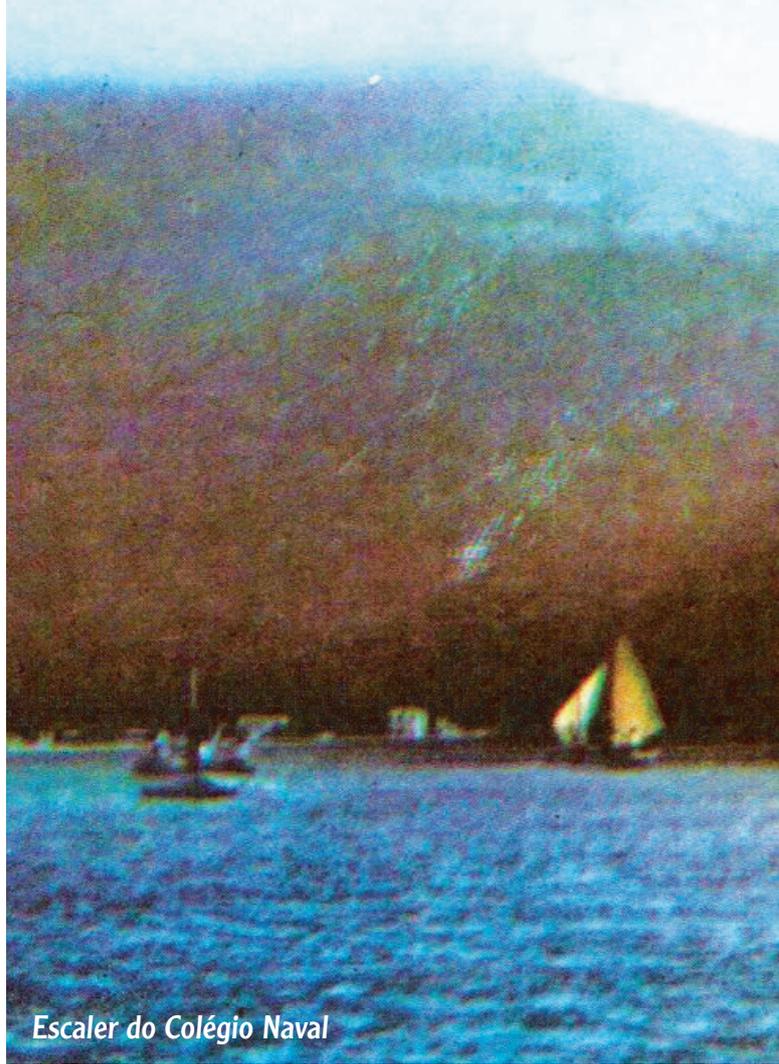
Nenhum de nós ferido, exceto o Bolívar com a quebra do remo.

Seguiu-se um breve momento de silêncio e perplexidade, contínuas e fervorosas rezas e promessas que vinham do bico de proa calaram. Do mar, apenas o estrondo das ondas agredindo as pedras, no ar o grito feliz de gaivotas “velejando” contra o vento forte.

Náufragos!!!

Com poucos meses na carreira de homens do mar... “Náufragos”, simples assim, caprichoso destino.

Com Apeliotes em dia de cólera, Éolo nos conduziu aos domínios de Poseidon. Inocentes que éramos, nunca



Escaler do Colégio Naval

desconfiaríamos de tal artimanha dos deuses.

Empoleirado na Ilhota qual fera acuada, fustigado por alguma onda mais atrevida, o velho escaler ainda gemia o tabuado ferido do casco, rebelando-se de encontro às rochas, na ânsia, quem sabe, de ver-se livre do cenário vexatório em que jovens incautos o haviam colocado no final de vida, expondo-o ao vexame aos “olhos” de outras embarcações que porventura dali se aproximassem. Barcos, navios... têm alma, e aquela estava ferida.

Em um lapso saímos da perplexidade e tratamos de “abandonar o navio”, temerosos de que nele permanecendo poderíamos nos expor a algum risco maior, caso alguma onda mais possante o emborcasse, por exemplo.

“Perdidos” em “nossa” ilha, deliberamos que um de nós deveria nadar para colocar-se em posição onde mais facilmente pudesse ser visto por alguma embarcação que estivesse retornando para o porto.

Assim foi feito e um pescueiro, retornando de faina, o recolheu e levou ao Colégio Naval, de onde partiu uma embarcação para nos resgatar.

O velho “boi”, que servia de embarcação de apoio ao Colégio, logo apareceu. Lembro-me do Patrão-Che-



fe do Grêmio de Vela à proa da embarcação.

Seguimos todos taciturnos, no retorno para o Colégio, digerindo tristeza e vergonha pelo ocorrido. Não sabíamos, ainda, que certas coisas, mesmo aquelas que a providência poderia, e deveria evitar com facilidade, só ocorrem àqueles que vão para o mar, que decidem, mesmo erradamente, enfrentar os riscos que os elementos adversos oferecem. Ficou a inesquecível lição, começou ali nossa real formação marinheira.

O escaler foi resgatado, aproveitando-se a preamar noturna, exatamente à meia-noite, rebocado de volta ao Colégio e içado na rampa para a garagem de barcos. Não participamos da faina do resgate, talvez houvesse alguma prova no dia seguinte, ou certamente teríamos aprendido muito com o oficial do Corpo de Alunos que a coordenou, um dos que sempre nos serviram de exemplo ao longo da carreira ou fora dela. O então tenente foi pessoalmente buscar no Estaleiro da Verolme alguns tambores grandes que, durante o reboque, devidamente amarrados como flutuadores ao sofrido e magoado casco, impediram que o valente escaler naufragasse no curto percurso até o CN. Ainda

guardo na memória a imagem desse barco-navio no seco sobre seu picadeiro, aguardando reparo.

Hoje, passados exatos 48 anos desse episódio, ocorrido em setembro daquele ano, tivesse eu a oportunidade de encontrá-lo, quem sabe exposto em algum museu, então, reverente e com ternura para não o despertar do merecido repouso, deslizaria as mãos por suas tábuas gastas e cansadas de mar, seus bronzes polidos pela coça de cabos rústicos e das ascomas de couro cru dos remos, suas curvas graciosas, seus entalhes artesanais, e cismaria um arremedo de prece, um agradecimento à sua alma por se ter mantido protetor entre nós, marinheiros de primeira viagem, e as rochas da Ilhota do Maia, emendando em preito de saudade ao Aluno 1064, Bolívar, amigo querido que já iniciou a grande viagem pelos altos mares do infinito. ■

Fontes de referência técnica e imagens (em ordem cronológica de Edição)

- Barão de Angra – Dicionário Marítimo Brasileiro Rio de Janeiro, 1877.
- Amphilóquio Reis – Dicionário Técnico da Marinha - Rio de Janeiro, 1947.
- Amphilóquio Reis – Manual Para as Embarcações Miúdas - Rio de Janeiro, 1937.
- Diretoria de Hidrografia e Navegação – Carta Náutica 1604 – Porto de Angra dos Reis – Rio de Janeiro, publicada em 1933, 2ª Edição em 1940, última correção em 1970.
- Colégio Naval - Revista A Fragata – Angra dos Reis, 1974.
- Googlemaps – Imagem Satélite das proximidades da Enseada Batista das Neves – 2021.



A Terceira Ponte

Panorâmica da Terceira Ponte em Vitória

CMG (Ref) Jose Luiz Barreira Batista

Vitória sempre foi um dos portos mais visitados pela Esquadra nos anos 80. As localizações geográficas de Vitória do Espírito Santo, assim como Santos no estado de São Paulo, tanto pela qualidade dos serviços portuários quanto pela proximidade da Base Naval do Rio de Janeiro, sede da Esquadra, ofereciam economia logística e facilidade de planejamento para os diversos exercícios de adestramento e preparo para nossas tripulações embarcadas. Numa dessas operações realizadas pela Esquadra, havia o Programa de Adestramento da Comissão de Inspeção e Assessoria de Adestramento (PAD-CIASA) onde um navio era inspecionado em todas as suas atividades visando a sua prontidão operativa.

A Fragata *Independência* (F-44) era, em 1990, um dos navios mais modernos construídos no Brasil. Foi em junho

que a Fragata *Independência*, cumprindo a FASE III de seu PAD-CIASA, aportou em Vitória. A bordo da F-44 estava um Lynx SAH-11 do Primeiro Esquadrão de Helicópteros de Esclarecimento e Ataque A/S (HA-1). Eu era o chefe do DAE (Destacamento Aéreo Embarcado) sendo acompanhado pelo jovem tenente do Esquadrão, CT Carneiro, que viria a ser o meu fiel imediato oito anos depois, quando assumi o Comando do Esquadrão. Atracamos em Vitória depois de intensos exercícios. Vitória sempre foi uma adorável cidade. Sua beleza e culinária típica, além da famosa simpatia capixaba, sempre atraíram os marinhaes. Conosco, não foi diferente. No dia da partida, uma forte frente fria se apossou do céu, despejando uma tempestade com ventos muito violentos, diminuindo a visibilidade e tornando o mar um desafio para qualquer “lobo do mar”. A brava *Independência* deixou a “alcateia”



salva vidas

para sua prova definitiva nessas condições.

Durante a navegação pelo canal portuário, fui para o convés de voo para observar as condições meteorológicas, me preparando para os próximos e difíceis voos que viriam. Ao cruzarmos o vão central da recém-inaugurada Terceira Ponte, observei a boreste as instalações da Escola de Aprendizes-Marinheiros em Vila Velha e apreciei a grandeza da obra civil da ponte projetada sob responsabilidade do escritório Figueiredo Ferraz Engenharia de Projetos S.A.. Era uma obra de arte e pensei: “seria até perfeitamente seguro passar voando sob este vão central de 260 metros de altura se fosse permitido”.

Deixamos o canal e botamos a “cara a tapa com balanço” no mar aberto. Os exercícios internos a bordo começaram intensos. A *Independência* portava-se como uma verdadeira “Nau Veterana” apesar da pouca idade. Já havíamos navegado cerca de 50 milhas náuticas, quando um alarme de postos de combate soou no fonoclamor.

Rapidamente corri para o passadiço para me inteirar da situação. “Seria apenas um exercício”, pensei. Não era!

Ao chegar ao passadiço fui informado pelo comandante sobre o ocorrido: “encontramos um barco pesqueiro naufragando. Tudo indica que há dois homens na água e um se segurando no mastro do barco afundado, vamos realizar o resgate dos homens com as lanchas do navio. Esteja preparado para transportar para terra se não tivermos condições de tratá-los a bordo”.

Imediatamente determinei ao DAE a preparação do helicóptero para transporte de acidentado e fui me inteirar das condições para um voo com destino a Vitória. Não eram boas: chuva torrencial, visibilidade próxima de zero, ventos fortes e mar com intensa movimentação para uma decolagem segura. Além disso, o aeroporto de Vitória (SBVT) estava fechado para operações VFR/IFR¹. Consultei a Escola de Aprendizes em Vila Velha sobre a capacidade sanitária, que confirmou ter condições de atender

¹ Quando um aeroporto está “fechado” VFR/ IFR, significa que o aeroporto está fechado para pouso de qualquer aeronave, seja voo em regra visual ou regra instrumento.



Fragata *Independência*

emergências e, caso fosse necessário, teriam uma ambulância para traslado para hospitais mais capacitados. Só me restava aguardar o resgate dos naufragos e esperar a decisão do comandante do navio.

A faina de resgate foi complicada, o estado do mar dificultava todas as ações. Depois de muito esforço, os três pescadores foram alcançados e trazidos para a enfermaria do navio. O médico de bordo providenciou todos os exames necessários, constatou que um deles estava em condições críticas e diagnosticou que não teria condições de garantir sua sobrevivência com os recursos a bordo. Pediu a remoção do naufrago, que seria acompanhado por ele até um hospital. O comandante do navio analisou toda a situação e decidiu pelo traslado de helicóptero para o aeroporto de Vitória, que teria uma ambulância aguardando. Seria a decisão mais apropriada, caso SBVT não estivesse fechado para operações IFR (regras de voo por instrumentos).

A missão me foi passada e ponderei com o comandante: “posso até pousar na ‘marra’ em SBVT, no entanto isso vai gerar um ‘incidente aeronáutico’ onde talvez eu tenha que perder tempo me explicando. Mesmo que tudo fique esclarecido (se não ocorrer nenhum imprevisto) terei atrasado a operação do navio. Na minha opinião, o desembarque do acidentado pode ser feito na Escola de Aprendizes de médico para médico com todo apoio, sem interferência da burocracia aeronáutica civil nesses casos”. E a rápida decisão do comandante foi: “Imediato, faça contato com a Escola de Aprendizes em Vila Velha para se prepararem para receber o Lynx com um naufrago em emergência!”.

Decolamos, Carneiro e eu, com o médico do navio

monitorando o naufrago deitado na maca. A visibilidade era quase nula quando deixamos o convoo pela intensidade da chuva. Decidi manter 100 pés vendo a espuma do mar bravo até atingir visual da areia da praia de Camboriú. Dali para Vila Velha “praiodrômico”² seria fácil (segundo o velho águia “tio Ney”³, que dizia: “me dê uma praia e chegarei ao Alaska”). Não foi fácil, nem precisei chegar ao Alaska, mas precisava chegar a Vila Velha, e no caminho existia uma ponte de 300 metros de altura (cerca de 1.000 pés) que a mantinha invisível nas nuvens, em sua estrutura mais alta e altitude muito maior que me mantinha com visual do mar (e da praia). Quando atingimos as proximidades da Terceira Ponte, perguntei ao meu copiloto Carneiro: “alguma restrição para cruzar a ponte por baixo?”. “Não”, foi a seca, simples, rápida e confiante resposta do Carneiro.

Cruzei a ponte pelo vão central a 50 pés, com total visual das colunas daquele vão, com baixa velocidade (cerca de 40 nós) e pousamos com toda segurança na Escola de Aprendizes, que nos aguardava com a ambulância pronta. Nosso médico transferiu as informações sobre o paciente para o colega em terra, que na ambulância ligou a sirene e partiram para um hospital.

Missão cumprida. “Borracha no ar”⁴, caminho da roça (por baixo ponte), raios e trovões da tempestade, assim como Netuno, comemorando o sucesso da missão, ofereceram condições de pouso a bordo na *Independência* bem mais tranquilas que na decolagem.

De volta ao isolamento do meu camarote a bordo pensei: a Terceira Ponte pode se orgulhar de ter salvado, pelo menos, uma vida.

Isso é MARINHA! ■

² Termo usado pelo aviador conhecido como “tio Ney” para manter-se em condições de voo visual seguindo a praia, sem necessidade de entrar nas nuvens voando em condições de “instrumentos”.

³ Antigo aviador naval apelidado de “tio Ney Peixeiro” (já falecido).

⁴ Termo usado por aviadores navais quando decola a aeronave (os pneus de borracha saem do chão).



SELOS

na Marinha do Brasil



CMG (RM1) Claudio da Costa Braga

A definição clássica de filatelia é “o estudo e o colecionismo de selos postais e materiais filatélicos relacionados”. Ela possui várias áreas de estudo: a tradicional, história postal, pré-filatelia, marcofilia, inteiros postais e temática.

O objetivo deste hobby é selecionar selos para compor uma coleção que pode ser geral, por país, temática etc., à escolha do colecionador.

Para falarmos de filatelia, devemos tecer alguns comentários sobre a história dos Correios, os primórdios dos serviços postais no Brasil. As cartas eram os únicos meios de comunicação a longa distância e são empregadas desde o início de nossa colonização.

Abordarei sobre os Correios no Brasil, o início da filatelia no País e, depois, a filatelia na Marinha do Brasil, foco principal deste artigo.

A data de 25 de janeiro de 1663 está consagrada como a do início dos Correios no Brasil. Daí em diante diversas foram as estruturas estabelecidas para se processar esse serviço.

Chegando ao Brasil Império, podemos destacar a carta entregue a D. Pedro, em 7 de setembro de 1822, pelo estafeta Paulo Bregaro, que culminaria com a nossa independência de Portugal. Ele é hoje o patrono dos Correios do Brasil. A partir daí, inicia-se uma reestruturação do serviço de correio, instituindo-se o pagamento antecipa-

do do transporte de encomendas e cartas, culminando com a criação dos primeiros selos postais, sendo o selo a comprovação do pagamento.

O primeiro selo emitido no mundo aconteceu em 1840, na Inglaterra, com o *Penny Black*, que representava a efígie da rainha Vitória. O Brasil seria o segundo país no mundo a emitir selos postais, em 1º de agosto de 1843, os conhecidos “Olhos de Boi”.

Iniciaria assim a filatelia no Brasil. Daí em diante vieram os denominados “Inclinados”; os “Olhos de Cabra” ou “Verticais”; os “Olhos de Gato” ou “Coloridos”; os Verticais e Coloridos, mas agora “Denteados”; e, a partir de 1866, os selos com diversos tipos de efígies de D. Pedro II.

Com a República, podemos destacar a emissão da primeira série de selos comemorativos alusivos ao quarto centenário do descobrimento do Brasil. A partir de então, diversos foram os tipos de selos emitidos: para franquia telegráfica, para jornais, ordinários, aéreos, comemorativos etc.

De uns anos para cá, os Correios criaram a possibilidade da emissão de selos particulares personalizados, sem valor filatélico, com a emissão paga pelos solicitantes. Em decorrência, diversas Organizações Militares passaram a emitir selos aludindo a alguma comemoração importante de suas instituições. Esses selos devem estar ligados a selo oficial dos Correios sendo, normalmente, disponibi-



Almirante Tamandaré



Programa Antártico PROANTAR



Ilha da Trindade - 100 anos de soberania nacional



Corpo de Fuzileiros Navais



Lançamento do Submarino Tapajó



Antártida - primeira expedição brasileira

lizado o selo ordinário com a estampa da Bandeira do Brasil sobreposta, parcialmente, pela silhueta do território continental brasileiro, preenchido com um ipê amarelo. Esses selos não serão aqui considerados; somente os selos oficiais, classificados como ordinários, aéreos ou comemorativos, alusivos à Marinha do Brasil, suas atividades, datas históricas ou seus heróis, e mesmo assim não todos, pois senão estaríamos apresentando um verdadeiro catálogo¹.

O primeiro selo alusivo à Marinha do Brasil aconteceu em 1906, com a série “Alegorias Republicanas e Efigies de Cabral e de Próceres Republicanos”, sendo homenageado o Almirante Eduardo Wandenkolk, primeiro Ministro da Marinha na República.² Em 1941, na série “Alegorias e

Vultos Célebres – Série Netinha”, o homenageado seria o Almirante Maurity.

Em 1954, a série “Vultos Célebres da História do Brasil - Série Bisneta”, homenagearia o Almirante Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil; um outro selo comemoraria o “Sesquicentenário Natalício do Almirante Barroso” e, em 1957, o “Sesquicentenário do Almirante Tamandaré”.

Em 1958, os Correios homenageariam o “Sesquicentenário do Corpo de Fuzileiros Navais”.

Em 1965, a emissão seria de uma Folhinha Filatélica oficial, comemorativa do “Centenário da Batalha Naval do Riachuelo”.

Daí em diante diversos foram os selos homenageando a Marinha, alguns dos quais reproduzidos nesta página. ■

¹ Usado como referência o “Catálogo de Selos do Brasil” de Rolf Harald Meyer – RHM

² Esses selos foram impressos pelo American Bank Co.



Fuzileiro Naval 1808



Marinheiro 1840



Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel



Busca e salvamento marítimo



A Competição entre a CHINA e os EUA no Atlântico Sul

C Alte (Ref) Antonio Ruy de Almeida Silva

Os oceanos têm tido um papel fundamental no desenvolvimento das civilizações e na disputa entre as grandes potências, devido ao seu “poder capacitador, que possibilita a vida na Terra, gera riquezas, contribui para a globalização econômica e a comunicação mundial por meio dos cabos submarinos, e que possibilita a projeção de poder militar no nível local, regional e global”.

Atualmente, observam-se três tendências relacionadas com os espaços marítimos: a crescente importância dos oceanos na globalização econômica e no âmbito militar; o incremento das tensões relacionadas com a demarcação das fronteiras marítimas, que vem possibilitando que extensas áreas se tornem águas jurisdicionais nacionais,

em um fenômeno denominado por Ken Booth como a “territorialização do mar”; e o incremento da competição entre as grandes potências, oficializado, em 2017, pela Estratégia de Segurança Nacional dos EUA.

Esse cenário favorece, por um lado, a dimensão cooperativa nos espaços marítimos. Os Estados, em tempo de paz, têm o interesse de proteger o sistema marítimo globalizado contra as ameaças neotradicionais.¹ Por outro lado, a dimensão conflitiva também se faz presente nesses espaços devido às tensões provocadas pelos interesses conflitantes dos Estados, principalmente, a competição entre as grandes potências.

O reconhecimento dessa competição pelos EUA em relação à China expressa uma mudança de nível e de

¹ O termo “novas ameaças” não parece identificar de forma clara o fenômeno, pois ameaças como a pirataria, o roubo armado no mar, o terrorismo e o crime internacional são reconhecidamente muito antigas. Assim, o termo “neotradicionais” parece mais bem aplicado para descrevê-las. Elas se diferenciariam das ameaças clássicas, consideradas como aquelas relacionadas com os conflitos inter-estatais. Por outro lado, a palavra “neo” esclarece que esses crimes vêm sendo aprimorados, explorando as novas possibilidades de um mundo globalizado, utilizando, inclusive, redes e outras tecnologias mais avançadas para atingir os seus objetivos.

Porta-aviões de várias categorias: os super porta-aviões americanos



postura político-estratégica do governo norte-americano. De nível, por estabelecer que essa competição é a principal ameaça aos EUA, relegando a segundo plano a “guerra ao terror”; e de postura estratégica, por alterar a estratégia de engajamento, fundamentada em uma visão liberal, que buscava integrar a China como um futuro Estado democrático satisfeito com o *status quo* no sistema internacional. A partir do documento de 2017, os EUA adotaram uma estratégia de contenção, fundamentada em uma visão realista, com o propósito de reduzir o crescimento econômico chinês e evitar que a China se torne a principal potência econômica mundial, com o conseqüente aumento do seu poder militar, como preconizado, em 2001, por John J. Mearsheimer. Na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, a China e a Rússia passaram a ser considerados “atores estatais malignos” e “Estados revisionistas”, que buscam desafiar a ordem internacional estabelecida após a 2ª Guerra Mundial. A ameaça chinesa é considerada pelos EUA muito mais difícil de ser contida do que a russa, devido ao crescimento do poder econômico chinês.

Nessa estratégia de contenção, o âmbito marítimo tem um importante papel. O cenário traçado na Estratégia de Defesa Nacional dos EUA, publicada em 2018, é de possível conflito na região dos oceanos Índico-Pacífico. No entanto, a competição já afeta, em maior ou menor grau, os demais oceanos, inclusive o Atlântico Sul.

A dinâmica dessa competição entre as grandes potências tem diferenças em relação às áreas marítimas sul-americanas e africanas do Atlântico Sul. A primeira

é mais importante para os EUA do que a segunda, principalmente no âmbito estratégico, por fazer parte do Hemisfério Ocidental, considerado como área de influência preponderante norte-americana desde a promulgação da Doutrina Monroe. Na disputa entre as grandes potências é, portanto, fundamental que os EUA mantenham a hegemonia no Hemisfério Ocidental, inclusive com o apoio de países pertencentes à Organização do Tratado do Atlântico Norte que possuem interesses na região.²

² Em março de 2021, o SouthCom realizou uma conferência com representantes dos Departamentos de Defesa do Canadá, França, Holanda e Grã-Bretanha, para discutir a defesa hemisférica na visão Transatlântica, abordando, inclusive, a competição chinesa na região. Disponível em: <https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/2534374/us-nato-defense-leaders-discuss-the-future-of-western-hemisphere-security/>. Acesso em: 25 de maio de 2021.



Esse objetivo é facilitado para os EUA pois, além dos laços comerciais e dos investimentos norte-americanos serem substanciais, a influência política e militar norte-americana na região tem sido preponderante. Essa

influência foi reforçada com o término da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2019, o que pode ser considerado uma vitória político-diplomática dos EUA. Do mesmo modo, no âmbito global, o governo brasileiro reduziu na sua política externa a importância dada ao BRICS, mecanismo que agrega Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.³ No âmbito da diplomacia de defesa,⁴ os EUA têm buscado ampliar as históricas boas relações com o Brasil, também como uma forma de contribuir para a contenção da China.⁵ A visita do Presidente Jair Bolsonaro ao Comando Sul, em 2020, o primeiro presidente brasileiro a fazê-lo, é, por si só, uma demonstração do alinhamento entre os dois países.⁶

Desafios pontuais à predominância estratégica norte-americana na América Latina seriam as questões da Venezuela, Cuba e Nicarágua, com ênfase na primeira, pelo potencial energético de dimensões mundiais daquele país. No âmbito estratégico, a China tem evitado desafiar os EUA na sua principal área de influência, diferentemente da Rússia que, logo após uma visita do Presidente Maduro àquele país, fez pousar em aeroportos venezuelanos aviões bombardeiros de longo alcance capazes de carregar bombas atômicas.⁷

No campo econômico, os chineses estão competindo fortemente com os EUA e já se tornaram o principal parceiro comercial dos países da região. A China tem ganhado espaço inclusive na área do Canal do Panamá, área estrategicamente importante para a segurança norte-americana. A importância do Canal para a China pode ser medida pela visita do Presidente Xi Jinping, que se tornou o primeiro presidente chinês a visitar o Panamá. Durante sua visita, em dezembro de 2018, dezenove acordos de cooperação foram assinados.⁸ O avanço econômico chinês na região também tem repercussões políticas e estratégicas para a questão de Taiwan, pois o Panamá, em 2017, deixou de reconhecer diplomaticamente a ilha, tendo sido seguido pela República Dominicana e El Salvador no ano seguinte.

No Brasil, a China tem feito investimentos em setores relacionados com o poder marítimo, especialmente na exploração de petróleo no mar, instalações portuárias e projetos logísticos com eles associadas. Na Argentina,

³ Mike Pompeo parabeniza Bolsonaro por afastar Brasil dos Brics. Disponível em <https://economia.ig.com.br/2021-01-20/mike-pompeo-parabeniza-bolsonaro-por-afastar-brasil-dos-brics.html>. Acesso em 23 de março de 2021.

⁴ A diplomacia de defesa pode ser definida como o conjunto de práticas sociais que constroem, administram e reproduzem as relações não coercitivas no âmbito da Defesa entre os Estados e entre eles e outras organizações que atuam na política internacional.

⁵ A indicação do Brasil, em 2019, como "Major Non-Nato Ally", é um movimento do governo norte-americano que contribui para esse objetivo. *White House. Message to the Congress on Designating Brazil as a Major Non-NATO Ally*. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/message-congress-designating-brazil-major-non-nato-ally/>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

⁶ *US Southern Command. Brazilian President Visits SOUTHCOM* Disponível em: <https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/2105124/brazilian-president-visits-southcom/>. Acesso em: 31 de agosto de 2020.

⁷ BBC News. *US-Russian spat over bombers landing in Venezuela*. 11 December, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-46522358>. Acesso 30 de agosto de 2020.

⁸ *Panamá and China sign 19 agreements during Xi Jinping state visit*. Disponível em: <https://www.caribbean-council.org/panama-china-sign-19-agreements-xi-jinping-state-visit/> Acesso em: 23 de agosto de 2020.

além dos investimentos para garantir o fluxo de produtos naturais e alimentos, a China tem um tratado estratégico de cooperação na área espacial, que assegura, por 50 anos, uma estação espacial chinesa na província de Neuquén. Estão, também, em andamento negociações do governo argentino para uma possível adesão à Iniciativa da Rota da Seda.⁹ Apesar da convergência de interesses entre os dois países, existem questões pontuais que geram tensões, como é o caso da pesca ilegal realizada por embarcações de pesca de origem chinesa na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) argentina.

Os EUA têm buscado tirar vantagem política da questão da pesca ilegal de navios chineses dando destaque ao tema em pronunciamentos do Comando Sul (SouthCom)¹⁰ e enviando navios da Guarda Costeira para combater o ilícito.¹¹ As preocupações do SouthCom em relação à Rússia e, principalmente, à China se voltam também para a atuação desses países na questão da COVID-19, já que ambos podem prover vacinas e com isso incrementar sua influência na região. A China, segundo o SouthCom, estaria explorando a crise sanitária para avançar seus interesses relacionados com a Rota da Seda e com a participação na infraestrutura 5G de alguns desses países.

A área marítima sul-atlântica africana é muito mais complexa que sua congênera sul-americana, devido à grande quantidade de países, à instabilidade política, aos contenciosos relacionados com as fronteiras marítimas, à pouca capacidade de alguns Estados de proteger suas águas jurisdicionais, à existência de organizações extremistas e movimentos separatistas e ao elevado grau de tensões neotradicionais, além de uma maior ingerência de potências extrarregionais, principalmente daquelas relacionadas com as suas ex-colônias.

Na África, a competição entre os EUA e a China no âmbito econômico é também intensa.¹² No âmbito estratégico, os EUA têm mantido, por meio do Comando dos EUA para a África (AfriCom), uma estratégia com dois componentes principais: projeção de poder e diplomacia de defesa. O primeiro se dá, principalmente, com sua base em Djibouti, e é reforçado pela presença militar na região dos seus aliados, principalmente, a França. A China atua na África, no âmbito estratégico, com mais desenvoltura do que na América do Sul. A estratégia chinesa tem



O Presidente da China, Xi Jinping (segundo da esquerda) e o panamenho Juan Carlos Varela (segundo da direita), acenam flanqueados pelas primeiras damas Peng Liyuan e Lorena Castillo

três componentes principais: projeção de poder militar, participação em forças de paz e diplomacia de defesa. A projeção de poder militar se dá, principalmente, com o estabelecimento da base naval no Djibouti. A participação em forças de paz na região é uma forma de mostrar comprometimento com a segurança e estabilidade dos países africanos. A diplomacia de defesa tem sido bas-

⁹ Mauricio Cantando. *Cristina negocia la adhesión de Argentina a la ruta de la seda de China*. La Política OnLine. 22/8/2020. Disponível em: <https://www.lapoliticaonline.com/nota/128775-cristina-negocia-la-adhesion-de-argentina-a-la-ruta-de-la-seda-de-china/>. Acesso em 1 de setembro de 2020.

¹⁰ De acordo com o Comandante do Comando Sul: "Fleets of Chinese-flagged fishing vessels routinely violate the sovereign rights of coastal states to conduct illegal fishing in the Exclusive Economic Zones (EEZs) of Latin American countries" (SouthCom, 2020, p.4).

¹¹ A tripulação contava com um oficial da Marinha de Portugal. Esse país está criando o Centro do Atlântico, nos Açores, com o propósito também de atuar nos temas de segurança desse oceano, iniciando com aqueles relacionados com o Golfo da Guiné.

¹² US. Department of Defence. *National Security Advisor Unveils Administration's Africa Strategy*. Dec 13, 2018. Disponível em: <https://www.defense.gov/Explore/News/Article/Article/1713212/national-security-advisor-unveils-administrations-africa-strategy/>. Acesso em: 28 de agosto de 2020.



tante explorada por meio de mecanismos multilaterais e bilaterais, intercâmbio e treinamento de pessoal e com a doação de meios navais para vários países africanos.

No âmbito da diplomacia de defesa, a China tem dado destaque à África do Sul. Cape Town tem sido o porto mais visitado pelos navios chineses. A operação naval multinacional promovida pela África do Sul e realizada no final de 2019, no sul da África, com meios navais da China, Rússia e África do Sul, simboliza uma comunhão de interesses entre três países dos BRICS, e uma postura pragmática do país africano em relação à competição entre as grandes potências.

Em síntese, a estratégia chinesa no Atlântico Sul é proativa, com objetivos bem claros. Primeiro, priorizar

a vertente político-econômica, garantindo o suprimento de recursos necessários para o seu desenvolvimento. A Iniciativa da Rota da Seda, com o seu componente marítimo, seria o principal instrumento de médio e longo prazo. Segundo, isolar diplomaticamente Taiwan. Terceiro, incrementar a capacidade de atuar para a defesa dos seus interesses econômicos, inclusive de suas linhas de comunicação marítimas e a proteção dos seus cidadãos, principalmente na África. Já os EUA demonstram ter apenas uma estratégia reativa de contenção ao avanço global chinês, preocupados em manter sua posição de principal potência no sistema internacional. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico dos dois países joga um papel fundamental nessa disputa, já que ele será determinante para o desenvolvimento do poder naval chinês e para o fortalecimento do poder naval norte-americano, instrumento indispensável para a capacidade de alcance global necessária a uma grande potência.

Durante a Guerra Fria, a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi uma estratégia adotada pelos países do Atlântico Sul, numa tentativa de afastarem-se da competição entre as grandes potências. A Resolução que a criou teve o voto contrário dos EUA. O retorno da competição entre EUA e China gera novos desafios para o mecanismo. O momento atual de incremento da competição entre as grandes potências coloca a ZOPACAS e, principalmente o Brasil, o maior país do Atlântico Sul, em um dilema: incrementar o mecanismo ou mantê-lo no seu atual estágio vegetativo.¹³

Os documentos de defesa encaminhados ao Congresso brasileiro em 2020 dão destaque ao mecanismo. A Política Nacional de Defesa estabelece como um dos seus pressupostos a manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação. Nesse sentido, a Estratégia Nacional de Defesa considera que a ZOPACAS deve ser fortalecida, pois isso “contribuirá para consolidar o Brasil como ator regional relevante, minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extrarregionais”.

Sendo assim, no âmbito da diplomacia de defesa, a opção para o Brasil seria incrementar o mecanismo, embora os Ministros da Defesa dos países membros somente em 2013 tenham participado, pela primeira vez, em uma reunião da ZOPACAS.¹⁴ Nesse contexto, são promissoras algumas iniciativas pontuais que vêm sendo adotadas pelo Brasil, tais como a criação do Grupo Interministerial de Acompanhamento da Segurança no Golfo da Gui-

¹³ A última reunião do mecanismo foi realizada em 2013, no Uruguai.

¹⁴ Gov.Br. Ministério da Defesa. Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). 24/06/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>. Acesso em: 2 de setembro de 2020.

né, com a participação dos Ministérios das Relações Exteriores, Defesa e do Comando da Marinha;¹⁵ o seminário sobre ZOPACAS, promovido em 2020 pela Marinha e pelo Ministério das Relações Exteriores; e a participação brasileira no Grupo de Amigos do Golfo da Guiné. Também existe a possibilidade de maior engajamento de meios navais brasileiros em ações contra ameaças neotradicionais nessa região. Outra opção, que vem sendo aventada há alguns anos nos círculos navais brasileiros, seria a criação pela Marinha de mecanismo que reunisse



os chefes navais e das guardas costeiras dos países do Atlântico Sul, semelhante aos simpósios navais promovidos periodicamente pelos EUA, Itália e Índia, para discutir temas relacionados com a estratégia naval no âmbito global e/ou regional. Essas iniciativas, ainda que tímidas, podem contribuir para o objetivo de fortalecimento da ZOPACAS no âmbito naval. Melhor seria se fosse possível ampliar o escopo para o âmbito marítimo, incluindo as questões da economia azul no Atlântico Sul. Além desse esforço inicial, seria necessário que o Ministério da Defesa prosseguisse em medidas duradouras para institucionalizar o mecanismo também no âmbito da Defesa.

Além do mais, como a ZOPACAS tem objetivos muito mais amplos, torna-se necessário que o governo brasileiro inclua o mecanismo como uma das prioridades da sua política externa. Embora a menção à ZOPACAS feita pelo Presidente Jair Bolsonaro em seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, em 2020, possa ser considerada um sinal promissor, seriam necessárias medidas concretas do Brasil, o que parece pouco provável de acontecer no futuro próximo em face dos problemas enfrentados pelo governo brasileiro, especialmente, no âmbito econômico e em relação à pandemia da COVID-19.

Em síntese, no âmbito da diplomacia de defesa, é indiscutível a vantagem dos EUA em relação à China na

região. Os mecanismos e laços militares entre Brasil e EUA, por exemplo, são muito antigos e amplos, e fortalecê-los tornou-se um objetivo importante na estratégia dos EUA para conter o avanço chinês na região. Dessa forma, embora o Atlântico Sul seja um espaço marítimo periférico na disputa com a China, a presença naval dos EUA provavelmente ganhará algum reforço neste oceano.¹⁶

No campo econômico, no entanto, o comércio com a China e os investimentos chineses em portos e em atividades relacionadas com o mar contribuem

para o desenvolvimento nacional e para o fortalecimento do poder marítimo brasileiro, da mesma forma que ocorre com a Argentina e o Uruguai e com os países africanos sul-atlânticos. Essa relação com a China é especialmente importante no momento em que os investimentos diretos na região sofrem um decréscimo significativo devido, também, à crise sanitária mundial.¹⁷ Assim sendo, apesar da retórica contra a China alimentada pelos EUA, e expressa por alguns setores domésticos dos países da região, as relações econômicas com o país asiático contribuem para incrementar a importância do Atlântico Sul no âmbito regional e global. Desta forma, o Brasil, principal país sul-atlântico, teria que desenvolver uma estratégia que possibilitasse enfrentar o desafio de manter uma boa relação com a China sem prejudicar sua importante relação com os EUA. Para isso, teria que estabelecer objetivos de política externa focados nos interesses brasileiros, e exercitar uma diplomacia pragmática e hábil, que contribuísse para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e para a manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação. ■

Trabalho apresentado no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais em julho de 2021.

¹⁵ Brasil. Presidência da República. Decreto nº 9.800, de 23 de maio de 2019. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial de Acompanhamento da Situação do Golfo da Guiné. Brasília, D.F.

¹⁶ Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil. Mais novo submarino norte-americano visita base naval em Itaguaí. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/mais-novo-submarino-norte-americano-visita-base-naval-em-itaguaui/>. Acesso em: 27 de março de 2021.

¹⁷ World Investment Report 2020. International Production Beyond the Pandemic. New York, United Nations Publications.



Transição Energética no Brasil: Desafios e Oportunidades

Luiz Carlos Gabriel*

Em dezembro de 2015, cento e noventa e cinco países assinaram a 21ª Conferência das Partes (COP 21), conhecida como Acordo Climático de Paris, firmando assim uma posição multilateral em relação às ameaças das mudanças climáticas e emitindo um alerta sobre a capacidade dos países de lidar com os efeitos dessas mudanças. A COP 21 é passo fundamental na consolidação de uma economia global de baixo carbono. Sendo signatário deste acordo, o Brasil assumiu compromissos de reduzir efetivamente a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). De outro lado, no cenário da geopolítica de energia, o papel do líder Brasil em relação a estes desafios é determinante para destravar o acordo de livre comércio do bloco da União Europeia com o Mercosul.

Transição energética significa implementar mudanças estruturais na matriz energética, variando de um modelo com fontes fósseis, tais como óleo, carvão e gás natural,



para um modelo baseado em fontes primárias renováveis, como a hídrica, solar, eólica, biomassa, e a nuclear que não é renovável, mas é fonte limpa. Nesse sentido, além da diversificação das fontes da matriz energética, esta transição também se relaciona com o uso racional de recursos naturais, eficiência energética, resgate de

carbono, inovações dos processos industriais como automação, digitalização e soluções tecnológicas capazes de reduzir os impactos ambientais. Com relação ao meio ambiente, o Brasil tem perfil algo diferente do resto do mundo, em que os combustíveis fósseis são a principal causa das emissões de GEE. Aqui, além dos fósseis, também impactam a questão ambiental a exploração mineral, os desmatamentos e as queimadas ilegais para expansão da fronteira agropecuária.

Uma economia de baixo carbono, além de se basear na redução dos impactos de atividades econômicas sobre o meio ambiente, visa também à geração do desenvolvimento por meio de tecnologias, processos e formas inteligentes e de menor impacto ambiental. Diz respeito, também, à reflexão e análise sobre os efeitos do atual modelo de geração e consumo de energia no meio ambiente, na economia, na sociedade, bem como na relação com requisitos ambientais de acordos internacionais.

Eficiência, transição, transporte

As oportunidades de aproveitamento dos potenciais de eficiência energética estão em vários setores da vida nacional. Oportunidades aparecem em quase toda a cadeia de produção envolvendo transporte, indústria, serviços, agronegócio, setor elétrico etc. de modo a gerar melhor rendimento a menores custos de bens e serviço. Neste sentido, precisamos refletir sobre a eficiência energética de quase toda a cadeia de valor. Começando pelo produto industrializado brasileiro, que para ganhar em eficiência, competitividade e crescer na contribuição para a retomada do progresso econômico, precisa embutir menos energia, menos carbono e mais tecnologia de ponta.

Igualmente, cabe refletir sobre as oportunidades que podem ser criadas na transição energética em relação a tecnologias avançadas a fim de consolidar bases mais sofisticadas para o crescimento da economia, norteadas pelo desenvolvimento tecnológico e, deste modo, projetar um futuro que vá muito além da exportação de commodities. Por que esta reflexão é importante?

Vejam, quantos sacos de soja são necessários para importar um equipamento de ressonância magnética da Siemens? Quantos sacos de milho por um *smartphone* de última geração da Samsung? Quantas toneladas de minério de ferro, ou de carne de boi, por uma plataforma de exploração de petróleo? O Brasil costuma vender matéria-prima bruta, não processada e muitas vezes importá-la depois de industrializada. Isto naturalmente demanda um

estado permanente de alerta em relação ao equilíbrio da balança comercial, já que produtos processados têm maior valor agregado.

Pagamos royalties pelo direito de uso de itens inteligentes que não fabricamos aqui, apenas montamos sem participar da criação, e das tecnologias embutidas que viram uma caixa preta. Enfim, esta situação está na contramão do desenvolvimento. O Brasil é um dos países mais ricos do mundo em vida, sol, claridade, terras férteis, água, agropecuária, território, energia renovável e minerais estratégicos. Recursos que, juntamente com o desenvolvimento tecnológico, podem diminuir a dependência de importação de itens inteligentes, modernizar a indústria e tornar o País exportador também de industrializados com tecnologia de ponta, alto valor agregado e baixo carbono embutido.

Na indústria, as oportunidades se relacionam com a penetração de equipamentos mais eficientes, com pesquisas tecnológicas, com inovações dos processos industriais, automação, digitalização, inteligência artificial, gestão de energia, eficiência energética, Garantia de Qualidade Total (TQC), normas ISO série 9000 (qualidade), norma 14001 (gestão ambiental) e com o uso eficiente de energia elétrica.

O setor industrial consome cerca de 40% da energia elétrica do País, sendo que 70% da energia utilizada na indústria é consumida por motores elétricos. Portanto, é um item sensível que precisa ter o consumo de energia controlado. Entretanto, na contramão do uso eficiente de energia, mesmo em grandes indústrias, existem ainda em operação motores elétricos de 20/30 anos, de tecnologia ultrapassada, algumas vezes reenrolados e apresentando, lógico, baixíssimo rendimento (%). Na realidade, o emprego de motores antigos de baixo rendimento devoradores de energia, muitas vezes está mais para uma



Quanto maior o índice de rendimento, maior a eficiência do motor elétrico

questão conceitual/cultural do que financeira para substituí-los por motores de alto rendimento.

Na outra ponta, o Sistema Interligado Nacional (SIN), rede de transmissão de energia elétrica que abastece 98% do território brasileiro, tem que se virar para atender a um aumento de demanda, que em grande parte é desperdiçado em forma de calor pelos milhares de motores obsoletos de baixo rendimento em operação. Enquanto isto, o Brasil fabrica modernos motores elétricos de alto rendimento, como o IR5 *premium* com rotor de ímã permanente da WEG que chega a 97% de eficiência. É um ganho formidável de eficiência energética, característica própria de uma nova geração de motores de alta performance que cada vez mais diminuem as perdas internas.

Neste sentido, ao relacionar motores elétricos com eficiência energética, operacional e ambiental no transporte de cargas no Brasil, vemos que para destravar a logística, mitigar a emissão de carbono, melhorar o escoamento da produção de commodities e a competitividade, um caminho é consolidar um modelo multimodal de transporte com ênfase em ferrovias eletrificadas de longo curso, ligando as fontes de produção a portos modernos dotados de logística de ponta e receptivos a grandes calados. Para locomotivas diesel-elétricas, a potência é limitada ao tamanho do motor. Já a potência elétrica é limitada pelas saídas de rede, que é normalmente maior do que qualquer locomotiva precisaria. O resultado é maior aceleração e maior velocidade que resultam em desempenho mais elevado. Enfim, precisamos despertar de vez para a importância de operar alternativas mais eficientes e de baixo carbono no transporte de carga.

Uma destas alternativas é planejar ferrovias de longo curso com locomotivas de tração 100% elétrica ao invés do tradicional modelo diesel-elétrico. O rendimento de

motores elétricos de alto desempenho já chega a 97% contra 30% de motores do ciclo diesel. Só por esta razão, sem falar no aspecto ambiental, não se trata de opção planejar ferrovias eletrificadas de longo curso no Brasil, mas sim de missão.

O Capex (investimento de capital) é maior para ferrovias eletrificadas pelo modelo consolidado existente (rede aérea de tração alimentada por subestações ao longo do trecho), contudo o Opex (custo operacional) é muito menor na variável tempo e ferrovias têm longa vida útil. Saber usar esta vantagem é também uma forma de eficiência que muito bem se encaixa na transição energética.

Paralelamente, uma outra tecnologia de eletrificação ferroviária surge sinalizando vantagens operacionais e ambientais. Trata-se de locomotiva 100% elétrica movida a baterias recarregáveis através de fontes renováveis. A Vale, por exemplo, já opera uma locomotiva de manobra de pátio na Ferrovia Vitória-Minas 100% elétrica movida a baterias recarregadas por painéis solares.

A Vale está tocando o projeto PowerShift, que tem como meta substituir as locomotivas diesel-elétricas de maior potência, como as que tracionam vagões de minério de ferro por locomotivas movidas a bateria como medida de redução de emissão de carbono.



Locomotiva 100% elétrica da Vale, banco de baterias até 2,4 MWh. Operação 24 horas sem recarga.

Com relação ao transporte rodoviário, a substituição de veículos movidos a combustíveis fósseis por veículos elétricos tornou-se ponto de referência de descarbonização da matriz energética no mundo inteiro. Do mesmo modo em que há alternativas renováveis para a geração

de eletricidade, igualmente há alternativas renováveis no transporte, destacando-se os biocombustíveis, setor em que o Brasil é referência mundial. O etanol produzido da cana-de-açúcar é fonte renovável que, além de ajudar o País a reduzir as emissões de GEE, proporciona também uma economia circular ao aproveitar o bagaço, a palha e a ponta da cana para gerar energia elétrica. Por outro lado, pode até acontecer de o Brasil se atrasar no desenvolvimento do carro elétrico, não por incapacidade, mas devido a sua produção crescente de biocombustíveis. Principalmente o etanol, que é competitivo, verde e movimenta uma grande cadeia de valor. São poucos os países que podem se dar a este luxo de opção.

O etanol poderá ser também uma ponte de ligação com carros elétricos de uma outra forma. Já existe em protótipo tecnologia para produzir hidrogênio a partir do etanol. Assim, uma vez produzido, o hidrogênio pode ser utilizado como combustível em células a combustível (H), um reator eletroquímico que converte o hidrogênio produzido e o oxigênio do ar em eletricidade para carregar as baterias emitindo apenas vapor d'água. A Bosh e a Volkswagen por exemplo, já desenvolveram protótipo que transforma o etanol em hidrogênio, o combustível utilizado em células a combustíveis em automóveis. No Brasil, esta tecnologia poderia ser estendida para onde o etanol não tem entrado diretamente, como em caminhões, ônibus e embarcações.

O hidrogênio (verde) para alimentar célula a combustível e gerar eletricidade pode ser produzido também através da eletrólise. Este método emprega a corrente elétrica para separar o hidrogênio do oxigênio que existe na água. Esta corrente, porém, deve vir de fontes renováveis, justa-

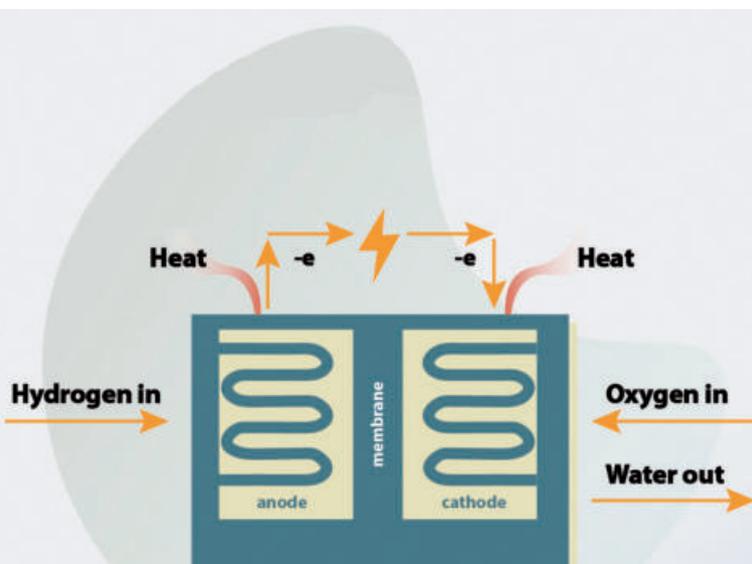
mente para que a energia produzida não emita CO₂ para a atmosfera. Caso contrário, é “trocar seis por meia dúzia”.

Finalmente, a opção por veículos não poluentes movidos a hidrogênio, bateria ou biocombustível é um movimento mundial vivo energizado por pressões sociais, ambientais, tecnológicas e econômicas. As montadoras terão que se reinventar, porque não é mais uma questão de opção comercializar veículos livres de emissão de CO₂, mas de sobrevivência.

Carbono

Consolidar formas de eficiência em toda a cadeia de produção é fundamental na transição energética conjuntamente com fontes de energia não poluentes, mudança de padrões de consumo e tecnologias de resgate de dióxido de carbono para que a energia seja utilizada da melhor forma possível, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável. Em paralelo, é uma oportunidade para o desenvolvimento de novas tecnologias, bem como para projetar um futuro moderno e mais limpo com a maior participação de fontes renováveis, baixa emissão e meios de resgate do carbono emitido para a atmosfera.

Para incentivar o comprometimento com tecnologias mais limpas, é preciso consolidar um mecanismo por



Modelo Simplificado de Célula a Combustível (H)



meio do qual alguns setores da cadeia produtiva compensem as emissões de outros. Ou seja, enquanto uns ganham incentivos para plantar árvores e/ou operar meios de captação de GEE, outros pagarão para continuar emitindo GEE. Uma forma que se encaixa bem para imple-

mentar este mecanismo é desenvolver e regulamentar um mercado de carbono, como já existe em outras partes do mundo, notadamente na União Europeia e nos Estados Unidos. No Brasil existe um mercado voluntário não regulado, ligado a empresas pioneiras ou a projetos de fundo ambiental. Entretanto, há um projeto de lei (PL nº 528/21) que institui o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) e que visa regular a compra e venda de créditos de carbono. Neste sentido, há expectativas de que a efetivação/regulamentação de um mercado nacional de carbono venha nos ajudar com as oportunidades de crescimento que a transição energética e uma economia de baixo carbono podem oferecer ao País.

A criação de um mercado de carbono regulado vai obrigar empresas que não estão nem aí para a questão ambiental, a olhar melhor para as oportunidades, para os riscos que correm os seus negócios e para a sua própria sobrevivência. Quem emitir GEE vai pagar e quem ajudar a despoluir vai receber.

Este fundamento certamente vai contribuir para criar na cadeia produtiva do País uma cultura alinhada com a transição para uma economia limpa. Como consequência, acelerar este processo poderia ajudar o País na preparação para a Cop-26, a conferência ambiental da ONU agendada para novembro em Glasgow. Neste encontro, a discussão central será focada justamente em torno de mecanismos de troca entre os países para os direitos de emissão, estabelecidos no Acordo de Paris.

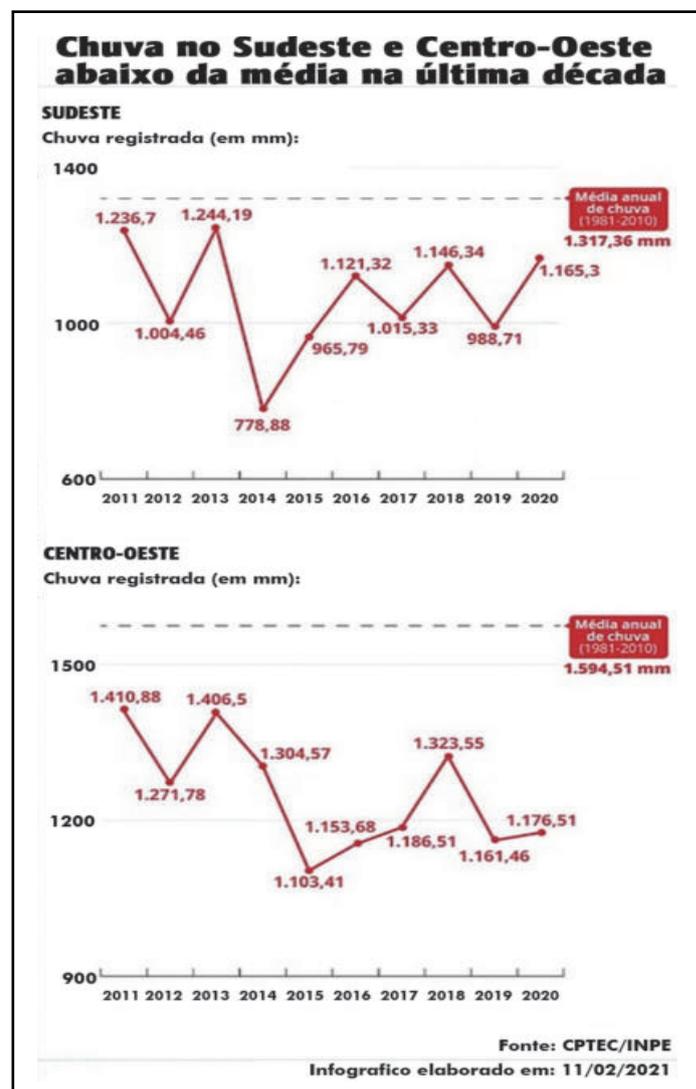
A retração econômica e a pandemia reduziram o consumo e postergaram a ruptura do ponto de desequilíbrio entre oferta e demanda de energia. Entretanto, um novo ciclo de alta de produção de commodities no Brasil em 2021, embora prejudicado pela estiagem, chega puxando as exportações do agronegócio, minerais, leilões de energia, portos e transformações digitais. Uma economia mais aquecida que demanda expansão da oferta de energia, preferencialmente com baixa emissão e/ou resgate do carbono emitido para a atmosfera. No entanto, esta demanda ocorre em meio a uma crise hídrica histórica que leva o País a ter que despachar mais usinas termoeletricas, na contramão da transição energética.

Hidroelétricas, termoeletricas, renováveis

Desde 2013/14 tem sido especialmente preocupante a baixa afluência nos reservatórios devido à diminuição do volume de chuva na cabeceira dos rios, bem como ao emprego de hidroelétricas a fio d'água que foi tornado obrigatório. Assim, não é mais permitido construir hidroelétricas com reservatórios de acumulação, aquelas que de

fato literalmente “seguram as pontas”. Uma usina a fio d'água tem reservatório apenas para prover regularização de curto prazo, ou sequer tem reservatório, ou seja, aproveita o desnível natural do rio para girar as pás de uma turbina que aciona o gerador de eletricidade. No período seco pode até não gerar nada.

Os grandes blocos de energia renovável gerados pelas usinas hidroelétricas (as quais aliadas à regularidade e abundância de chuva, por muito tempo equilibraram o abastecimento e a segurança energética), com reservatórios de acumulação implantados nos anos 70/80, ficaram no passado. A realidade agora são menores índices de chuva e reservatórios com baixos volumes. O País não tem mais a capacidade de armazenamento de água suficiente para manter o equilíbrio entre estoque e demanda como antes. Isto tem afetado especialmente as regiões Sudeste e Centro-Oeste onde estão localizadas as hidroelétricas que geram mais da metade da energia elétrica no País. O volume de chuva nessas regiões ficou abaixo da média de todos os anos da última década e, pelo que parece, teremos uma reposição muito pequena do volume de água dos reservatórios nos próximos anos, indicando



que a estiagem prosseguirá firme como já se vê em 2021. Neste cenário, as novas fontes renováveis – biomassa, eólica e fotovoltaica – exercem papel relevante na complementação da geração de energia elétrica, isto é, podem contribuir de modo significativo para economizar água nos reservatórios e assim preservar a energia potencial armazenada nas hidroelétricas.

Complementar a geração de energia é função básica das novas renováveis, pois devido à intermitência que as caracterizam e por serem não-despacháveis, isto é, não são programáveis nem controláveis, não dá para utilizá-las nas demandas de ponta e nem na rede básica do SIN, que é papel da geração de energias “firmes” como as hidroelétricas e termoeletricas.

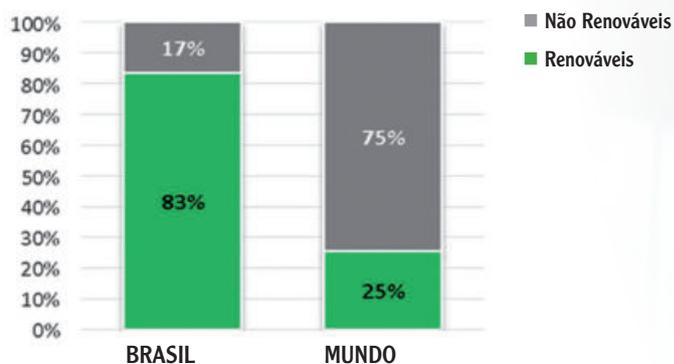
Entretanto, as hidroelétricas, a nossa principal fonte renovável, como vimos enfrentam o grave problema de baixa afluência nos seus reservatórios. Por outro lado, a geração termonuclear, que pode tanto complementar a geração como operar na rede base do SIN, ainda não tem usinas suficientes para cobrir a enorme quantidade de energia que tem deixado de ser gerada pelas hidroelétricas devido aos longos períodos de seca. Além de Angra I e II, seriam necessárias mais usinas nucleares, mais potência. Angra III tem previsão de conclusão para 2026, serão mais 1.400MW de potência ativa injetada nas linhas de transmissão de 500KV que vão fazer diferença, principalmente na Região Sudeste. Paralelamente, o Plano Nacional de Energia (PNE 2050), do Ministério das Minas e Energia, prevê mais 8/10GW gerados de usinas nucleares até 2050. Contudo, para a demanda de grandes blocos de energia no curto prazo, no momento não há outra solução que não seja a de garantir a geração firme através de usinas a carvão, óleo e gás, conscientes dos desdobramentos negativos resultantes como o aumento tarifário. Em novembro começa um novo período úmido que poderá amortecer a atual crise hidrológica.

Estão surgindo também outras fontes firmes e limpas de geração como célula a combustível a hidrogênio, como vimos, mas as expectativas de produção de grandes blocos de energia através destas novas fontes estão mais para um futuro ainda não completamente definido. Assim sendo, por

enquanto, a velocidade de implantação destas fontes é bem menor do que a necessidade do SIN no curto/médio prazo.

As termoeletricas, mesmo as que emitem GEE, dão segurança ao abastecimento e ainda vão continuar operando no SIN por um tempo. É possível mitigar as emissões destas fontes com o funcionamento de um mercado de carbono nacional, com a produção de biocombustíveis como o biodiesel e o etanol e com o crescimento de geração das novas renováveis (eólica, solar e biomassa), conservando assim mais água nos reservatórios e ficando a geração hídrica para atender as curvas de carga. Entretanto, é necessário compatibilizar o planejamento energético com os compromissos assumidos no Acordo de Paris, bem como com a descarbonização do SIN. Tarefas extremamente complicadas no momento devido à crise hidrológica e aos efeitos da pandemia.

Apesar de tudo, as características geográficas e climáticas do território brasileiro deixam o País numa condição privilegiada em relação ao resto do mundo e aos desafios da transição energética. Na matriz elétrica brasileira, mais de 80% da geração vem de fontes renováveis, incluindo a hídrica, com aproximadamente 63%. Uma grande vantagem muito acima das demais nações. Mas o País precisa também avançar em soluções para garantir a estabilidade do abastecimento dependendo cada vez menos de geração térmica que emita GEE, num processo de transição de melhoria contínua que inclua a geração termonuclear.



Finalmente, quem reduzir próximo a zero a participação de fontes fósseis na matriz energética, dominar as tecnologias de geração de energia elétrica por fontes renováveis/limpas e de eletrificação do setor de transporte e da indústria, certamente ocupará papel de liderança no processo de transição energética rumo a uma economia global de baixo carbono. ■

Engenheiro Eletricista, M.Sc. Integrante do Grupo de Interesse CTEMI do Clube Naval.





O Brasil possui um Tribunal Marítimo

V Alte (RM1) Wilson Pereira de Lima Filho

Quando nos debruçamos sobre os compêndios do Direito, nos deparamos com uma enormidade e variedade de campos do conhecimento jurídico, cada um com suas características e especificidades. Dentre estas várias áreas, uma delas carece de atenção especial em um país vocacionado para o mar: o Direito Marítimo. Neste contexto, é importante perceber que a ligação umbilical do Brasil com o mar é inquestionável. Nosso país foi descoberto pelo mar, e nele se consolidou a sua independência. A nossa vocação marítima não se deve apenas a essas raízes históricas, mas também às próprias características geográficas e geopolíticas de nosso país-continente. Somos uma nação totalmente dependente do mar e demais vias navegáveis.

Nesses espaços marítimos está incluído o mar territorial, onde o Brasil possui jurisdição soberana: são as águas marítimas abrangidas por uma faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro. Entretanto, há que se ressaltar que existe uma extensa faixa em que o Brasil exerce uma espécie de “soberania econômica”, podemos assim dizer, em consonância com o preconizado na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Montego Bay - 1982). Neste caso, estão a Zona Contígua, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a Plataforma Continental até 350 milhas da costa, espaços marítimos para além de nossas águas territoriais, mas onde o Brasil possui prerrogativas na utilização dos recursos, tanto vivos como não-vivos, e responsabilidade na

sua gestão ambiental. Nesses espaços marinhos, desenvolve-se a nossa “economia azul” que é extremamente promissora. Destaca-se que o Estado brasileiro atua diuturnamente para garantir a aplicação dos instrumentos legais vigentes, a exploração sustentável e a segurança da navegação.

Por essas águas, que denominamos Amazônia Azul, trafegam diariamente mais de 2.000 embarcações das mais variadas classes e bandeiras, seja transportando riquezas, em atividades de apoio marítimo, turismo náutico, explorando o leito marinho ou realizando atividades de pesca. Nesta área, o Estado brasileiro, em consonância com o ordenamento jurídico internacional, possui suas próprias leis e normas. Sob a ótica da segurança da navegação, em decorrência do previsto no art. 4º da Lei nº 9.537/1997, estas normas são estabelecidas pela Marinha do Brasil (MB), que é a Autoridade Marítima Brasileira, e são muito claras, abrangentes e dinâmicas: as Normas da Autoridade Marítima - NORMAM.

Essas palavras introdutórias são relevantes para que o leitor tenha, de forma cristalina, a percepção da envergadura marítima do país, sua relevância e a complexidade das ações a serem empreendidas para o uso consciente, seguro e sustentável do nosso mar. Em que pesem as medidas normativas, fiscalizatórias e de conscientização implementadas por intermédio da Marinha do Brasil, acidentes ocorrem neste ambiente onde interagem milhares de embarcações. Com o propósito de manter a segurança marítima, a MB instituiu um regramento específico em decorrência dos diferentes tipos de Acidentes e Fatos da Navegação¹ e seus respectivos efeitos. Com isso, está sob a responsabilidade da MB a segurança do tráfego aquaviário em águas brasileiras, cabendo às Capitânicas dos Portos e suas Delegacias e Agências, a efetiva coordenação e controle das atividades desenvolvidas nos mares e rios e, conseqüentemente, a investigação dos acidentes e fatos da navegação, por intermédios dos Inquéritos Administrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN)².

Neste diapasão, em países vocacionados para o mar como o Brasil, é importante que exista uma instituição que disponha de especialistas que possam julgar de forma isenta e com elevado padrão de tecnicismo os acidentes da navegação, uma vez que a atividade marítima possui procedimentos, nomenclaturas e regras que exigem conhecimentos bem específicos e, em geral,



desconhecidos de grande parte dos julgadores. No Brasil, esta importante instituição é o **Tribunal Marítimo (TM)**, cuja existência assinala a marca registrada de uma nação marítima que valoriza o mar, a justiça e a segurança da navegação.

Uma história resumida do Tribunal Marítimo

No início da década de 1930, o crescente aumento de acidentes da navegação em águas brasileiras demonstrava a premente necessidade de se estabelecer no Brasil um órgão técnico para avaliação das causas e circunstâncias dos acidentes de embarcações nacionais – onde quer que estivessem – e estrangeiras, quando em águas jurisdicionais brasileiras, de maneira a não ficar à mercê das decisões das cortes marítimas estrangeiras. Havia, por conseguinte, uma questão de soberania em pauta.

Sem dúvidas, o fato de maior peso para a criação de um Tribunal Marítimo Administrativo foi o incidente ocorrido no fim da tarde do dia 24 de outubro de 1930. O comandante do navio alemão “BADEN”, em escala no Rio de Janeiro, decidiu prosseguir viagem para o sul, sem autorização para sair da Baía da Guanabara. Ignorando os avisos dados pela Fortaleza de Santa Cruz, continuou sua navegação para fora da barra. Foi quando o Forte do Vigia, localizado no Leme, recebeu ordem para abrir fogo sobre o navio, forçando o seu retorno ao porto. O caso foi julgado pelo Tribunal Marítimo da Alemanha, que concluiu pela precipitação do comandante do navio, bem como pela negligência de nossas fortalezas que bombardearam o “BADEN”.

¹ “Considera-se fato da navegação: o mau aparelhamento ou a impropriedade da embarcação para o serviço em que é utilizada e a deficiência da equipagem; a alteração da rota; a má estivação da carga [...]; a recusa injustificada de socorro à embarcação em perigo; todos os fatos que prejudiquem ou ponham em risco a incolumidade e segurança da embarcação, as vidas e fazendas de bordo; o emprego da embarcação, no todo ou em parte, na prática de atos ilícitos, previstos em lei como crime ou contravenção penal, ou lesivos à Fazenda Nacional.” (Lei. nº 2.180/54, Cap. II, Artigo 15).

² Mais detalhes sobre os referidos inquéritos administrativos, os IAFN, poderão ser obtidos na NORMAM-09 disponível na página da Diretoria de Portos e Costas na internet: <https://www.marinha.mil.br/dpc>.

O caso rendeu muitos comentários nos principais jornais da capital, além de grande repercussão internacional. Este fato corroborou ainda mais para a criação de um órgão especializado, de modo a não ficarmos na completa dependência das decisões de órgãos estrangeiros. Assim, foi promulgado o Decreto nº 24.585, de 5 de julho de 1934, que aprovou o Regulamento do Tribunal Marítimo Administrativo, data considerada como a de criação do Tribunal. Nesse Regulamento, abandonou-se a ideia inicial de divisão do território nacional em circunscrições marítimas, sendo confirmada a instituição de apenas um Tribunal Marítimo, com sede na então capital federal, Rio de Janeiro.

As atribuições do Tribunal Marítimo

O Tribunal Marítimo, conforme preceitua o art. 1º, da Lei nº 2.180/1954, é um órgão autônomo, com jurisdição em todo o território nacional, auxiliar do Poder Judiciário, vinculado ao Comando da Marinha, possuindo duas principais atribuições, previstas no artigo 13 desta mesma Lei. A primeira é julgar os acidentes e fatos da navegação, definindo-lhes a natureza e determinando-lhes as causas, circunstâncias e extensão, indicando os responsáveis, aplicando-lhes as penas estabelecidas nesta lei; e propondo medidas preventivas e de segurança da navegação. A segunda responsabilidade - não menos importante - é manter o registro geral da propriedade marítima, das correspondentes hipotecas, demais ônus sobre embarcações brasileiras; e dos armadores de navios brasileiros.

Além das mencionadas acima, outra importante atividade cartorária é o Registro Especial Brasileiro (REB), instituído por intermédio da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, constituindo-se em uma medida de apoio e estímulo à Marinha Mercante nacional e à Indústria Naval Brasileira. Vale mencionar que o PRÉ-REB permite que na fase da construção das embarcações, em estaleiros nacionais, sejam obtidos incentivos fiscais na compra de chapas, tintas e equipamentos diversos de governo, comunicações e eletrônica. Após sua construção, a embarcação ainda poderá ser inscrita no REB e continuar a usufruir dos incentivos fiscais.

A Divisão de Registros estabelece procedimentos padronizados para a execução dos serviços cartoriais de registros e transferências de propriedades marítimas das embarcações, dos registros de armadores; das averbações de ônus; dos registros no REB, bem como renovações, cancelamentos e averbações em geral, dentre outras. Por força de lei, o TM é a única insti-

tuição com competência para registrar a propriedade marítima em território nacional.

A composição do Colegiado do Tribunal Marítimo

Ao longo de sua história, a competência do Tribunal Marítimo acompanhou a mudança do cenário mundial e, também, de compromissos internacionais firmados pelo Brasil, na qualidade de Estado signatário de muitas convenções e regulamentos na área marítima. Desta maneira, foi necessário modificar sua estrutura organizacional e hoje o Colegiado está composto por sete juizes. A seguir, apresento a sua composição, com o nome dos Juizes que estão ocupando estes cargos em 2021, indicando suas respectivas qualificações como previstas em Lei:

- um Presidente, Oficial-General do Corpo da Armada da ativa ou na inatividade. Hoje exerce o cargo o Vice-Almirante (RM1) Wilson Pereira de **Lima Filho**;

- dois Juizes Militares nos postos de Capitão de Mar e Guerra ou Capitão de Fragata, sendo um do Corpo da Armada, hoje o CMG (RM1) Juiz **Attila Halan Coury**, e outro do Corpo de Engenheiros Navais, atualmente o CF (RM1-EN) Juiz **Julio Cesar Silva Neves**; e

- quatro Juizes Civis, sendo dois bacharéis em Direito - um especializado em Direito Marítimo, na atualidade o Dr. **Nelson Cavalcante e Silva Filho** e o outro em Direito Internacional Público, o Dr. **Marcelo David Gonçalves**; um(a) especialista em Armação de Navios e Navegação Comercial, posição ocupada por nossa Juíza Decana, Dra. **Maria Cristina** de Oliveira Padilha; e um Capitão de Longo Curso da Marinha Mercante, desde 2004, o CLC Fernando Alves **Ladeiras**.

Nota-se que ante as qualificações mencionadas, o Colegiado foi composto de forma a abranger todas as áreas do conhecimento imprescindíveis à análise das circunstâncias que envolvem os acidentes e fatos da navegação. Como consequência, as decisões do Tribunal têm valor probatório e se presumem certas, no que diz respeito à



matéria técnica, atribuindo-se elevada importância aos acórdãos prolatados, haja vista a especificidade da matéria tratada e a expertise do Colegiado.

O Tribunal Marítimo na atualidade

Acompanhando a evolução da Tecnologia da Informação (TI), o TM procura disponibilizar uma série de ferramentas para facilitar a interação com o seu público. Na nossa página, os interessados podem encontrar orientações para a entrada de processos, uma coletânea de legislação de interesse, arquivo de portarias, pautas e atas, informações sobre o registro de embarcações e tabela de custas. O Diário Eletrônico do Tribunal Marítimo (e-DTM) talvez seja um dos mais importantes veículos da página web do TM. É o documento oficial por meio do qual são publicadas as atividades processuais referentes aos processos e serviços decorrentes de acidentes e fatos da navegação e dos atos relativos aos registros e averbações realizados pela Divisão de Registros.

Quase centenária e atuante desde 1934, a “Corte do Mar” é uma Instituição que prima pela tradição. Mas isso em nada tem impedido seu avanço, em consonância com a disrupção tecnológica característica da atualidade, e mesmo diante dos desafios interpostos pela pandemia causada pela COVID-19 desde 2020. Alinhado com o Comando da Marinha e na esteira do Poder Judiciário, o TM não parou. Ajustou as velas e seguiu realizando o seu importante trabalho.

De forma pioneira, a “Corte Marítima” realizou a primeira sessão por videoconferência de sua história no dia 22 de abril de 2020. A iniciativa teve o objetivo de dar continuidade aos julgamentos enquanto perdurava o estado de emergência pela COVID-19. Em agosto retornaram as sessões presenciais, intercaladas com as realizadas por videoconferência.

Em 1º de outubro de 2020, nas soluções inovadoras para driblar os entraves da pandemia, foi realizada a primeira sustentação on-line de um advogado durante julgamento presencial. A novidade atendeu a um pleito antigo dos advogados que labutam no TM, especialmente, aqueles que defendem representados hipossuficientes³ residentes em estados distantes do Rio de Janeiro. Assim, os patronos que estiverem impossibilitados de comparecer pessoalmente, já podem realizar a sustentação oral por videoconferência.

Outro marco importante, no enfoque das inovações alcançadas em sua história, foi a realização da primeira

distribuição de processo por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-TM), em 12 de novembro de 2020. A necessidade de otimizar a prestação de serviços fez com que os recursos computacionais fossem utilizados em vários tribunais do País, a partir da prática de atos processuais eletrônicos e do documento eletrônico, e o TM não ficou para trás. Dentre as capacidades do Sistema estão o acompanhamento de processos on-line e a assinatura de documentos por usuários internos e externos ao Tribunal, o que automatiza todas as etapas do processo e reduz o tempo de tramitação. Essas capacidades permitem o aumento da produtividade e a diminuição do uso do papel no trâmite de processos, possibilitando aos representados ou advogados das partes peticionarem em qualquer computador ou até mesmo pelo celular, facilitando o acesso aos autos sem sair de casa.

As dificuldades inicialmente vislumbradas foram enfrentadas com serenidade e perseverança, transformando-se em oportunidades de aprimoramento. O TM se superou e continua firme em seu propósito de prestar o melhor serviço à sociedade, trabalhando com afinco, com ou sem pandemia, em prol da justiça e segurança da navegação. O TM, assim como o Brasil, não pode parar e não parou!

Também está disponível para consulta na internet o Boletim de Acidentes Julgados no Tribunal Marítimo. Esta nova ferramenta apresenta, de forma resumida, uma análise dos acidentes julgados a cada trimestre, em que se identificam as falhas, suas causas determinantes, ensinamentos colhidos e recomendações aos navegantes, bem como ações que poderiam ter sido tomadas para evitá-los, sem, contudo, revelar os nomes das embarcações e pessoas envolvidas. Nem todos os acidentes julgados são analisados, somente aqueles que apresentam lições importantes e que sejam passíveis de divulgação para os navegantes.

Considerações finais

Por fim, gostaria de lembrar que o Tribunal Marítimo é um órgão autônomo, auxiliar do Poder Judiciário,



³ Hipossuficiência econômica, dentro do ordenamento jurídico brasileiro, é atribuída à pessoa que não tem condições de arcar com os custos do ingresso e dos trâmites na Justiça sem comprometer o seu sustento e a sua subsistência.



vinculado ao Comando da Marinha. O atual e os antigos Comandantes da Marinha, bem como seus Gabinetes, sempre dispensaram especial atenção e inequívoco apoio ao TM, provendo recursos orçamentários e de pessoal para o adequado funcionamento de nossa Corte. O funcionamento ágil e ininterrupto do TM é fundamental, não apenas para o Poder Judiciário, mas também para a segurança da navegação. Em algumas situações, as decisões prolatadas nos acórdãos do TM subsidiarão Juízes e Desembargadores em seus julgamentos, podendo acarretar impactos substanciais em armadores, empresas de navegação, estaleiros, seguradoras e aquaviários, entre outros atores da indústria marítima.

Tamanha é a importância das decisões do Tribunal que o novo Código de Processo Civil, em seu art. 313, inciso VII, determina a suspensão do processo quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo. Por lei, a “Corte do Mar” exerce jurisdição sobre todas as embarcações ou artefatos a elas equiparados que arvoram bandeira brasileira (exceto as da Marinha do Brasil) e sobre todos os aquaviários brasileiros, no Brasil ou em qualquer mar ou via navegável estrangeira ou internacional; sobre qualquer navio ou marítimo estrangeiros, sobre proprietários, armadores, afretadores e demais pessoas, de qualquer nacionalidade, nas águas jurisdicionais brasileiras, assim como ilhas artificiais e instalações, sempre respeitando os acordos firmados pelo Brasil e as normas de Direito Internacional. É importante que o leitor saiba que, de acordo com o Artigo 10 de sua lei orgânica, o TM possui jurisdição, também, sobre embarcações estrangeiras em alto-mar, quando o acidente ocasiona morte ou ferimento grave em brasileiro, provoque danos graves a navios ou a instalações nacionais ou ao meio marinho, como, por exemplo, no caso de grandes acidentes de poluição que atinjam nosso litoral.

Pode-se constatar que o Tribunal contribui sobremaneira para a consolidação de uma mentalidade de segurança da navegação junto à sociedade, em geral e condutores de embarcações, em particular. O TM possui como pedra basilar o postulado de que a vida humana é o bem jurídico tutelado mais importante e, neste contexto, o seu papel se torna essencial, pois estabelece as causas determinantes, circunstâncias e extensão dos acidentes e fatos da navegação, podendo propor, inclusive, medidas preventivas e de segurança da navegação (Lei nº 2.180/1954 – art. 13). Assim, os navegantes podem tomar conhecimento de ocorrências e ações que poderiam ter sido tomadas para evitar acidentes e, principalmente, a perda de preciosas vidas humanas.

Como apresentado, o Brasil é uma nação vocacionada para o mar, sendo essencial que os brasileiros saibam que **o País possui um Tribunal Marítimo** e reconheçam o seu relevante papel para que a navegação em nossas águas jurisdicionais se mantenha cada vez mais segura. A Marinha do Brasil trabalha diuturnamente nesse sentido, contando com a atuação constante da única Corte Marítima de nosso país, que segue honrando o seu lema:

“Tribunal Marítimo, trabalhando pela justiça e segurança da navegação!” ■

Referências

BRASIL. Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954. Dispõe sobre o Tribunal Marítimo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2180-5-fevereiro-1954-361393-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 2 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 12 de dezembro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19537.htm. Acesso em 2 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.105/15, de 16 de março de 2015, que instituiu o Código de Processo Civil. In: Palácio do Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 3 set. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada -DECRETO Nº 99.165, DE 12 DE MARÇO DE 1990-Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 set. 2021.

FERRARI, Sérgio. Tribunal marítimo: natureza e funções. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

LIMA FILHO, W. P. A imprescindível continuidade da atividade marítima em tempos de pandemia: valorizando o binômio navio x porto. Portos e navios, Rio de Janeiro, 28 mai. 2021. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/artigos/artigos-de-opiniao/a-imprescindivel-continuidade-da-atividade-maritima-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 2 set. 2021.

LIMA FILHO, Wilson Pereira de. Tribunal Marítimo: visitando a Corte do Mar Brasileira. In: LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (Org.). Direito marítimo: estudos em homenagem aos 500 anos da circum-navegação de Fernão de Magalhães. Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 599-614.

PIMENTA, Matusalém Gonçalves. Direito processual marítimo. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.



NOVA LOGOMARCA

Valores de sempre



**Marinha e sua nova
representação visual,
alternativa e moderna, que
se soma à tradicional
Coroa Naval**



**MARINHA
DO BRASIL**

Centro de Comunicação Social da Marinha

A Marinha do Brasil (MB) está com uma nova logomarca que se junta à tradicional Coroa Naval. O projeto gráfico, produzido pelo Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM), foi escolhido a partir de uma enquete entre a tripulação de todas as organizações militares da MB no País.

Intitulada por alguns autores como logotipo e por outros como logomarca, é um item gráfico que identifica, transmite valores e a essência da instituição, com o poder de trabalhar no subconsciente das pessoas, provocando sensações, despertando sentimentos e se aproximando do público interno e externo.

Com o passar dos anos e a evolução contínua da comunicação social e da sociedade brasileira, necessidades técnicas e sociais despertaram na Força a motivação para repensar a comunicação, tornando-a cada vez mais estratégica. Assim, a partir do reposicionamento estratégico da comunicação da Força, surgia a oportunidade de oxigenação da marca “Marinha do Brasil”, aproximando-a, ainda mais, da sociedade brasileira.

Em meio às comemorações dos 60 anos da Comunicação Social na Marinha, ocorridas no primeiro semestre de 2021, o CCSM lançou a nova logomarca, promovendo maior visibilidade e fortalecendo a mentalidade marítima no País.

O novo projeto gráfico foi desenvolvido com o objetivo

de transmitir valores institucionais, quais sejam, segurança, confiabilidade, força, transparência, modernidade e brasilidade. Valores importantes que impactam diretamente na percepção dos brasileiros sobre a sua Marinha.

O ferro em design arrojado remete à segurança, tecnologia e força. As formas dinâmicas no estilo de onda simbolizam as águas dos mares brasileiros. O círculo azul, rodeado por anéis em verde e amarelo, remete à Bandeira Nacional e à proteção das águas brasileiras. A tipografia transmite confiabilidade, defesa e fortalece os tradicionais indicativos navais.

O Diretor do CCSM, Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert, explica que a nova logomarca é flexível e pode ser usada de várias formas. “Ela está nas nossas páginas da internet, mídias sociais, em campanhas publicitárias, campanhas de programas estratégicos, materiais promocionais e impressos, como cartazes, outdoors ou banners”, exemplificou.

Quanto à Coroa Naval, o Almirante Lampert esclarece que continua sendo o símbolo oficial da Marinha, utilizado em produtos institucionais, a exemplo de documentos administrativos; viaturas e embarcações; uniformes; estandarte da Força; e itens de uso interno. “A Coroa Naval é nosso símbolo tradicional e continuará a nos representar”, reforçou. ■



**MARINHA
DO BRASIL**

**NOVA LOGOMARCA
VALORES DE SEMPRE**





Núcleo de
Atendimento ao Idoso
na Marinha - NAIM



Autonomia
Mobilidade
Orientação
Longevidade

Uma nova forma de
cuidar de quem mais precisa e
promover atenção especial.

Acesse www.saudenaval.mar.mil.br/naim
e saiba onde o serviço está funcionando.



Saúde Naval®